

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM DEZOITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE** -----

----- **ATA NÚMERO QUARENTA E NOVE** -----

----- Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e catorze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Almeida Leitão, Primeiro Secretário, e pela Excelentíssima Senhora Margarida Saavedra, Segunda Secretária.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António José do Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Cândida Cavaleiro Madeira, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando José da Siva e Nunes da Silva, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Freire de Andrade, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, João Ricardo Vasconcelos, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Margarida Matos Mota, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Margarida de Moraes, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nelson Pinto Antunes, Nuno Ferreira Pintão, Patrícia Caetano

Barata, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado e Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Carolina Domingues Ambrósio. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *à contrário sensu*, na linha d) do nº. 1, do artigo 3º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º. Do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Tiago Albuquerque Nunes Teixeira (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata. -----

----- João Diogo Santos Moura (CDS/PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António José do Amaral Ferreira de Lemos. -----

----- David Amado (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida de Morais. -----

----- Maria Luísa Aldim (CDS/PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Freire de Andrade. -----

----- Rita Neves (PS) por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Pintão. -----

----- Augusto Miguel da Gama (PS) por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cândida Cavaleiro Madeira. -----

----- Manuel Portugal Lage (PS) por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Mota. -----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE) por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Pires. -----

----- Mariana Mortágua (BE) por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Ricardo Vasconcelos. -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Carolina Rodrigues. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Paula Marques, Jorge Máximo, Fernando Medina, Manuel Salgado e João Afonso. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Paulo Quaresma, António Prôa, João Pedro Gonçalves Pereira, Carlos Moura e Alexandra Barreiras Duarte. -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente** fez a seguinte intervenção:-----
----- “Boa-tarde Senhores Deputados Municipais e Senhores Vereadores, sejam bem-vindos, Público, Senhores Dirigentes, Senhores Jornalistas. -----
----- Vamos dar início a mais uma Sessão da Assembleia Municipal, uma Sessão Extraordinária, nesta Sessão Extraordinária tínhamos uma pessoa inscrita, mas que afinal já não deseja falar, quer apenas assistir à sessão, portanto, não há público. -----
----- Passamos imediatamente para o ponto seguinte, antes de entrarmos na Ordem do Dia informar os Senhores Deputados Municipais do seguinte: deu entrada na Mesa um Voto de Pesar pelo falecimento de José Casanova, é subscrito pelo PCP e eu mandei distribuir por todos os Senhores Deputados Municipais. -----
----- Penso que há um parágrafo novo, mas o Senhor Secretário da Mesa lerá o Voto e os Senhores Deputados Municipais Independentes pedem para subscrever também o Voto. -----
----- É a primeira questão que vamos tratar, pedia o vosso respeito, vamos Primeiro ao Voto de Pesar e depois iremos na Ordem do Dia, tenho a indicação que o Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos quer fazer um Ponto de Ordem para trocar, digamos, a Ordem do Dia ou a Ordem de Trabalhos, mas já vamos lá. -----
----- Eu pediria primeiro para prestarmos a nossa homenagem a José Casanova, portanto, o Senhor Secretário vai ler o Voto de Pesar nº.1/49 (Retificado)”. -----
----- **O Senhor Primeiro Secretário José Maximiano Almeida Leitão** no uso da palavra leu o Voto de Pesar:-----
-----“Voto de pesar. -----
----- Faleceu no passado dia 15 de Novembro José Casanova membro do Comité Central do Partido Comunista Português. -----
----- José Casanova nasceu no Couço em 1939, onde desde muito novo viveu acontecimentos da luta antifascista nesta terra de resistência dos trabalhadores e do povo contra a exploração e a opressão, pela liberdade e a democracia. -----
----- Aderiu ao Partido Comunista Português em 1958, com 19 anos, e as suas primeiras atividades políticas foram desenvolvidas na União da Juventude Portuguesa, de cuja Direção fez parte. -----
----- Assumiu como jovem comunista papel destacado nas candidaturas democráticas de Arlindo Vicente e Humberto Delgado em 1958. Desempenhou tarefas partidárias em vários pontos do País nas décadas de 50 e 60 do século XX. -----
----- Preso pela PIDE em 1960, julgado e condenado a dois anos de prisão, foi sujeito às chamadas “medidas de segurança” que o forçaram a permanecer cerca de seis anos nas prisões fascistas. -----
----- Entre 1971 e 1974, José Casanova esteve exilado na Bélgica, prosseguindo aí a sua atividade partidária, quer junto dos emigrantes portugueses – foi Presidente da Associação dos Portugueses Emigrados na Bélgica – quer em contactos com os movimentos de libertação das ex-colónias: MPLA, PAIGC e FRELIMO. -----
----- Regressado a Portugal em Abril de 1974, assumiu tarefas partidárias na Organização Regional de Lisboa. -----

----- José Casanova foi diretor do jornal “Avante!”, Órgão Central do PCP, entre 1997 e Fevereiro de 2014. Atualmente era responsável pela Comissão Nacional da Cultura. -

----- Salienta-se ainda a sua produção no campo literário, com os romances “Aquele Noite de Natal”, “O Caminho da Aves” e “O Tempo das Giestas”, todos com ação e conteúdos que decorrem em Lisboa, bem como com outras obras, nomeadamente um livro sobre Catarina Eufémia, recentemente editado, e diversos trabalhos e participações. -----

----- José Casanova deixa-nos a sua intervenção dedicada como militante e dirigente do PCP nas mais diversas tarefas e responsabilidades e a sua sensibilidade e contribuição no plano cultural.-----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão de 18 de Novembro de 2014, delibere: -----

----- a)Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de José Casanova e apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à família;-----

----- b)Propor que seja considerada a atribuição do seu nome de político e escritor de Lisboa a um local significativo da cidade.” -----

----- Isto é assinado pelo Deputado Municipal do PCP Carlos Silva Santos. Os Deputados Municipais Independentes também manifestaram através do Senhor Deputado Municipal Miguel Graça a vontade de subscrever também este Voto de Pesar.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário.-----

----- Senhores Deputados, vamos então votar o **Voto de Pesar nº. 1/49**. Quem vota contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Não há abstenções. Está **aprovado por unanimidade** e a Mesa propõe um minuto de silêncio. -----

----- Muito obrigada Senhores Deputados Municipais.-----

----- Antes ainda de entrar na nossa Ordem de Trabalhos mais uma informação, o Senhor Deputado Municipal Hugo Miguel Mateus Gaspar, que tem estado com o mandato suspenso por um período de 365 dias, manifestou a intenção de regressar efetivo e, portanto, está-se a tratar dos procedimentos e na próxima sessão já ocupará o seu lugar de Deputado Municipal eleito. -----

----- Queria informar os Senhores Deputados do seguinte: nós temos uma Ordem de Trabalhos com dois pontos: a Apreciação do Segundo Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa e as perguntas à Câmara sobre Freguesias. Há um pedido do Partido Comunista, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos para pedir para trocar a ordem destes dois pontos. -----

----- Vamos ouvir as razões e depois a Mesa pedirá ao Plenário para se pronunciar, se concorda ou não com esta troca de ordem.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra propôs o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- A nossa proposta baseia-se em dois ou três simples argumentos: primeiro esta Sessão na sua base é uma Sessão de perguntas à Câmara para questões da Freguesia; segundo, verificámos que o conteúdo de perguntas, o número de perguntas é relativamente importante e, portanto, este tempo atribuído de quatro horas atribuído a esta função, para ser feito de forma unitária, não previsivelmente em duas partes; e uma terceira é que mantendo-se estes pontos mais importantes a discussão teria toda a vantagem de ser feita primeiro as perguntas e um segundo tema, que poderá ou não ser prolongado para a próxima sessão, poder ser amplamente discutido e sem estar apertado numa baía, até porque é importante a discussão sem estar apertado numa baía limitada de número de horas, de duas horas ou duas sessões. -----

----- Portanto, era esta a proposta, primeiro seriam as perguntas, até porque era a Sessão original era esta a função, de resposta às perguntas, que são bastantes, são pertinentes e penso que deveríamos valorizar, por isso a minha proposta oral é que a Senhora Presidente coloque à Assembleia esta alteração da Ordem de Trabalhos. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal, a Mesa vai fazer como solicitou, em todo o caso recordo que isto foi apreciado ontem em Conferência de Representantes e ninguém levantou objeções, mas naturalmente estamos sempre a tempo de suscitar os problemas e de os decidir.-----

----- A questão é simples: O Partido Comunista propõe que se trate o ponto 2 em primeiro lugar e a seguir o ponto 1 e é esta pergunta que eu vou fazer à Assembleia. Vamos fazer o voto contra ao contrário que é mais fácil. Quem vota contra?...-----

----- O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo pede a palavra para? Uma interpelação à Mesa sobre a intervenção do Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos e a decisão da Mesa de solicitar isto ao plenário.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra fez a seguinte Interpelação à Mesa: -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Como disse e bem, a questão podia ter sido suscitada ontem, para nós é relativamente indiferente, mas aquilo que vemos é que não tendo sido solicitada a matéria ontem há vários representantes do Município a quem são dirigidas perguntas que ainda não estão cá e, portanto, eu acho que a questão eventualmente também devia ser colocada em primeiro lugar à Câmara porque ontem houve oportunidade de podermos ter alterado esta matéria e de ter informado atempadamente a Câmara para os devidos efeitos, e portanto, podemos correr o risco de fazer uma alteração em que depois se esgota no seu conteúdo. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra acrescentou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal, em todo o caso a Câmara e uma vez que ainda não estão presentes todos os membros, não poderá se calhar pronunciar-se sobre a matéria. -----

----- Eu confio no vosso bom senso e, portanto, a Assembleia decidirá o que entende melhor fazer, sendo que as quatro horas que estão previstas para as perguntas podem

ser menos, se não se gastar o tempo todo e as duas horas que estão previstas para o segundo Relatório poderão ser hoje ou poderão, logo se vê, enfim, essas coisas são como são, para a proposta 643 não há uma grelha previamente definida, as duas horas foi uma proposta minha, para a outra há sim uma grelha definida pelo Regimento e é uma grelha máxima, não é uma grelha obrigatoriamente a consumir toda, até porque há vários Grupos Municipais que não fizeram perguntas, portanto, Senhores Deputados Municipais, não sei se a Câmara quer dizer alguma coisa? O Senhor Vice-Presidente quer dizer alguma coisa, faça o favor.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Fernando Medina, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado -----
----- Era só para clarificar que a Câmara organizou a sua participação neste debate tendo em conta a Ordem de Trabalhos que estava apresentada, era começar-se pelo Relatório da Reforma, que não envolverá todos os Vereadores e na parte das respostas envolverá mais Vereadores, por isso haveria vantagens em manter a Ordem de Trabalhos que estava programada.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra acrescentou: -----

----- “Os Senhores Deputados Municipais têm os argumentos na vossa, enfim, estão postos na mesa, portanto, a Mesa delega na Assembleia agora a decisão e vou perguntar: quem vota contra a alteração da Ordem de Trabalhos? CDS/PP, PSD, PS, Deputados Independentes e PNPN. Quem se abstém? Abstencões do PAN e do MPT. Quem vota favoravelmente? PCP, Bloco de Esquerda, PEV. Portanto **foi rejeitada a Proposta de Alteração da Ordem de Trabalhos.** -----

----- Portanto, vamos então prosseguir como estava previsto, em todo o caso naturalmente procuraremos ser sintéticos para aproveitarmos ao máximo a nossa sessão de hoje.” -----

----- **Proposta 643/CM/2014 – Apreciação do 2º. Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa anexo à Proposta nº. 643/CM/2014;** -----

----- (A Proposta nº. 643/CM/2014, é anexada à presente ata como anexo I e dela faz parte integrante); -----

----- (Os pareceres da Primeira e Quinta Comissões sobre proposta 643/CM/2014 formam um parecer conjunto, que é anexado a esta ata como anexo II e dela faz parte integrante); -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “Ainda antes de dar a palavra à Câmara para apresentar o Relatório a Mesa quer dar conhecimento de um ofício. -----

----- A Mesa fez chegar ontem ao Senhor Vereador Duarte Cordeiro um ofício, porque na sequência da Conferência de Representantes foi identificado que continuava a faltar alguma informação que tinha sido solicitada por esta Assembleia Municipal relativamente às Freguesias e ao Processo de Monitorização das Transferências de Competências e, portanto, esse ofício foi distribuído por todos os Senhores Deputados Municipais, pergunta concretamente cinco questões e eu gostaria que a Câmara, que

vai fazer a apresentação do 2º. Relatório também esclarecesse estas perguntas que a Mesa fez em nome dos Senhores Deputados Municipais que solicitaram estas informações. -----

----- Em primeiro lugar quando é que a Câmara pensa elaborar e enviar à Assembleia o Manual para o Município, que estava previsto na Recomendação que nós aprovámos aqui em janeiro. -----

----- Em segundo, quais as formas de cálculo que a Câmara utilizou para a alocação de recursos financeiros. -----

----- Terceiro, quais os critérios utilizados em cada Freguesia para a alocação dos recursos humanos. -----

----- Quarto, quando é que a Câmara pensa remeter a esta Assembleia os anexos j), k) e l) dos Autos de Transferência, que não constam de nenhum dos Autos e que são anexos importantes. -----

----- Quinto, finalmente, o Acordo Tripartido que foi celebrado, quando é que a Câmara o pode remeter à Assembleia. -----

----- Portanto, eu agradecia na Intervenção da Câmara que apresentem o Relatório e se possível que respondam a estas questões.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Fernando Medina, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte apresentação: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, Caros Colegas Vereadores. -----

----- Não irei debruçar-me sobre o detalhe do conteúdo do Relatório, porque ele é do conhecimento de todos os Senhores Deputados Municipais e também já foi alvo de pronunciamento pelas Comissões desta Assembleia, mas acho que é importante passados seis meses olharmos para a Reforma e para o ponto de situação da Reforma. -

----- Acho que seis meses depois, o primeiro ângulo que nós podemos olhar para a Reforma Administrativa da cidade só pode ser um, que é o ângulo dos cidadãos. É o ângulo da forma como prestamos os serviços aos cidadãos e como é que os cidadãos percebem os serviços que a administração da cidade, nos seus diversos níveis, lhes presta. E creio que seis meses depois, de a Reforma ter sido aprovada e concretizada através dos Autos de Transferência, só podemos fazer um balanço amplamente positivo, deste período que vivemos. -----

----- Seis meses depois de os Autos terem efetivado a transferência de competências, o que nós verificamos é que do lado das competências que transitaram para as juntas de freguesia, do lado das juntas de freguesia, do lado das entidades que receberam essas competências, há uma forte apropriação da generalidade das competências transitadas. -----

----- Esta apropriação significa o quê? Significa a capacidade de saber lidar com a competência, de a saber gerir, de a saber exercer, e sabê-la exercer sem perda de qualidade, face àquilo que era exercido na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- É verdade que as evoluções são desiguais entre as juntas de freguesia, nem tudo corre ao mesmo ritmo e nem tudo corre da mesma forma, mas Senhores Deputados Municipais, seis meses e unicamente seis meses depois da efetivação da transferência de competências de mais de mil e duzentos trabalhadores, de mais de setecentos

equipamentos, em áreas absolutamente vitais para a nossa cidade, é verdadeiramente notável o grau de tranquilidade com que esta transição se operou, e a capacidade que as juntas de freguesia tiveram para assumir e exercer essas novas competências. -----

----- Aliás, em várias áreas, são já visíveis sinais de melhoria do desempenho dessas mesmas competências, desde a área na limpeza urbana, na limpeza e na varredura, desde a área da sinalização, quem não vê hoje o que se passa nas passadeiras da cidade, um novo impulso que há na recuperação do espaço público e na manutenção do espaço público, nos passeios, nos jardins, na reparação de equipamentos das escolas às instalações desportivas. -----

----- Por todo o lado da cidade é visível que esta apropriação se fez com rapidez, e que desta apropriação, não resultou nenhuma deterioração da qualidade de vida na cidade, pelo contrário, são já visíveis e claramente visíveis, sinais de melhoria da qualidade do serviço prestado aos cidadãos. -----

----- Há um outro plano, o plano da Câmara. E há que também reconhecer, que se num primeiro momento a reforma administrativa, trouxe dificuldades acrescidas e deteriorou a prestação de serviços do lado da Câmara Municipal, no lado da higiene urbana, justo é reconhecer também, que seis meses depois, o fundamental dessas dificuldades se encontra ultrapassado e com a situação em vias de normalização. -----

----- As dificuldades de uma reforma desta natureza, não é só do lado de quem recebe, já falamos sobre isso, foi também do lado da Câmara Municipal, que tem que organizar e gerir de forma diferente os seus recursos e as suas competências. E as dificuldades por que passámos, e foram evidentes, foram notórias, tiveram uma resposta rápida, uma resposta à altura, e encontra-se hoje numa situação normalizada. -

----- Significa isto que tudo está bem, tudo está perfeito, tudo está exemplar? Não. Significa isto sim, é que o fundamental da reforma e o fundamental da reforma é servir melhor os cidadãos, quem apostou nesta reforma, os vários partidos, as forças políticas, Deputados, Presidentes de junta, Vereadores, estão perante uma aposta ganha. O modelo de descentralização de competências para as freguesias funciona. O modelo de descentralização de competências para as freguesias, ao aproximar e dar mais competências a um poder político de proximidade, tem mais capacidade de resolução de um vasto conjunto de problemas, do que o funcionamento de um órgão administrativo a partir dos serviços da Câmara.-----

----- Resta-nos agora em segundo lugar Senhores Deputados Municipais, resolvermos as questões internas de procedimento de organização das matérias, que ainda estão abertas, entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia. Os próximos meses serão pois importantes, para finalizarmos um conjunto de tarefas que ainda estão em aberto. São as tarefas relativas à transição do licenciamento, à transição integral da competência de licenciamento, que prevemos que a partir de 1 de janeiro seja totalmente exercida pelas juntas de freguesia. Estamos a falar de completar um processo relativamente às instalações, que felizmente, na generalidade das juntas já se encontra resolvido, mas há ainda alguns casos que é necessário resolver ou até formalizar, e proceder à avaliação final, agora que teremos mais dados de mais alguns meses de desempenho, relativamente à avaliação dos recursos financeiros, que foram

afetos no âmbito da reforma e depois identificados no âmbito dos autos de transferência. -----

----- É pois este o nosso caderno de encargos para os próximos meses, é pois este o caderno de encargos que fechará o ciclo desta fase da reforma, no que é este primeiro grande conjunto de avanços e também de problemas, porque espera-se naturalmente, que o avanço desta reforma trará sempre novos e mais problemas, mas trará sempre também, como já nos demonstraram estes meses, novas alegrias e sinais de reconhecimento da população sobre a nossa capacidade de servir melhor a cidade. Muito obrigado” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra proseguiu: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vice-Presidente. -----

----- Senhores Deputados Municipais, a Mesa regista várias inscrições, mas desculpem, antes de falarem os Senhores Deputados Municipais temos que pedir à Senhora Relatora, que é a Deputada Municipal Inês Drummond para fazer uma apreciação sucinta das conclusões do Relatório do Parecer da Comissão, é um Parecer conjunto da Primeira e da Quinta Comissão, é um parecer bastante desenvolvido e, portanto, naturalmente a Senhora Deputada Municipal Inês Drummond não vai apresentar o Parecer completo, mas concentrar-nos-emos nas suas conclusões porque elas são relevantes para o tema em causa.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)**, como Relatora do Parecer conjunto da 1ª. e da 5ª. Comissões, no uso da palavra fez as seguintes declarações: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. Caros Deputados Municipais. -----

----- Através da proposta 643/2014 aprovada na Câmara Municipal de Lisboa a 29 de outubro de 2014 submete-se á apreciação desta Assembleia Municipal o 2º. Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa, que foi objeto de Parecer conjunto da 1ª. Comissão Permanente e da 5ª. Comissão Permanente. -----

----- A Lei 56/2012 de 8 de novembro determinou a Reorganização Administrativa da Cidade de Lisboa através de definição de um novo mapa da cidade, de um quadro específico de competências próprias dos respetivos órgãos executivos, bem como dos critérios de repartição dos recursos entre o Município e as Freguesias do Concelho. ----

----- Na sequência de uma Recomendação desta Assembleia Municipal no sentido de que este órgão pudesse fazer um melhor acompanhamento de monitorização e avaliação do processo de transferência de competências para as Freguesias, a Câmara Municipal constituiu um grupo de trabalho cuja denominação final foi alterada para “Grupo de Acompanhamento de Monitorização de Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa”, entregando a sua coordenação ao Professor Doutor João Seixas, que no âmbito desta proposta foi ouvido em sede de reunião conjunta da 1ª. e da 5ª. Comissão. -----

----- Depois de termos tido a oportunidade de apreciar nesta Assembleia Municipal, no passado dia 15 de julho o 1º. Relatório chega-nos agora o 2º. Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa da Cidade, que consubstancia uma análise do estado da arte do Processo da Reforma à data de 25 de setembro de 2014, ou seja, oito meses após a aprovação da Deliberação nº. 6 da Assembleia

Municipal de 2014 ou numa perspetiva mais operacional dos seis meses após a assinatura dos autos de efetivação de transferência de competências. -----

----- Esta segunda análise da monitorização do Processo de Reforma é mais abrangente do que aquela que se encontra vertida no 1º. Relatório, que tinha sido efetuada sobretudo com um foco na capacitação administrativa a organizacional das 24 Juntas de Freguesia.-----

----- A monitorização prosseguida neste 2º. Relatório, através da conjugação de elementos base quantitativa e qualitativa pretendeu estruturar uma análise integrada que combina a monitorização do processo de efetivação de transferências com a capacitação da própria prestação de serviço por parte destas, bem como de outros enfoques relevantes para afirmação, tais como as capacidades de interação urbana, cívica a socio institucional.-----

----- De realçar que para elaboração deste Relatório foram realizadas visitas a 14 Juntas de Freguesia, já tinham sido, no primeiro já tinham sido efetuadas cinco visitas e neste agora complementaram-se tendo já um foco de catorze Juntas de Freguesia. ----

----- Ora tendo presente o teor destes dois Relatórios, bem como o consenso comprovado entre os diversos intervenientes, impõe-se a conclusão de que o processo de implementação da Reorganização Administrativa da Cidade de Lisboa, apesar da sua envergadura e complexidade está a decorrer com apreciável qualidade e coesão. ---

----- As 24 Juntas de Freguesia estão de forma crescente a assumir o seu novo papel de parceiros mais ativos na cogovernança da cidade, cada vez mais exigente, há um reconhecimento da materialização dos conceitos de proximidade e de autonomia e em ganhos de eficiência e agilização, bem como uma melhoria do serviço público nas respostas às necessidades da cidade e da população. -----

----- No que respeita à transição dos recursos humanos a sua pacífica transição para a Junta de Freguesia deveu-se essencialmente à plena salvaguarda dos direitos adquiridos e de um conjunto de regalias e benefícios sociais, se numa primeira fase transitaram 1177 colaboradores, o que correspondeu a uma taxa de satisfação entre os oito quarenta e cinco e os 95%, nesta segunda fase de transição de recursos humanos a taxa de satisfação cifrou-se nos 27,5%, apesar de constituir uma taxa reduzida não deixa de ser compreensível atendendo à natureza voluntária desta transição, o que merece especial atenção em futuros relatórios de monitorização. -----

----- Como já se referiu, a conclusão que a implementação da Reforma tem sido progressiva e de inegável sucesso, não prejudica a constatação de facto que existem algumas preocupações, uma dessas preocupações que merecem especial enfoque é a passagem das competências na área do licenciamento cuja transferência está, como aqui já foi dito pelo Senhor Vereador prevista estar totalmente concluída no dia 1 de janeiro de 2015. -----

----- No que concerne às instalações administrativas também pudemos registar que praticamente todas as Juntas têm a sua situação estabilizada, é ainda de realçar que num próximo Relatório de Monitorização deverá ser dada especial atenção à capacidade das Juntas no que respeita à execução das competências transitadas em função dos recursos financeiros e a elas associadas perspetivando se será ou não

necessário encontrar mecanismos de compensação entre as Freguesias e a Câmara por forma a garantir a qualidade do serviço público prestado ao munícipe. -----

----- Quanto às metodologias desenvolvidas pelo grupo de trabalho no Relatório e não menosprezando a componente qualitativa deseja-se que as próximas monitorizações, que nas próximas monitorizações se aprofunde a introdução de painéis indicadores quantitativos. -----

----- Salienta-se também, apesar do processo de transferência de competências estar a decorrer de forma tranquila e sem perturbação no serviço que é prestado ao munícipe subsiste ainda alguma confusão nos serviços das Juntas e da Câmara Municipal sobre as reais competências de cada entidade, o que pode eventualmente originar duplicação de serviços, ineficiências ou até mesmo falta de resposta a alguns problemas, mostra-se assim importante clarificar eventuais zonas cinzentas no quadro de competências.---

----- Em suma, se é certo que a reforma em causa constitui um processo de modernização administrativa de notável envergadura e complexidade, repitam-se que transitaram neste processo todo mais de 1270 colaboradores e mais de 700 equipamentos para as novas instituições, é igualmente verdade que a transferência se efetivou sem quaisquer interrupções, e sublinhe-se, sem quaisquer interrupções na satisfação das necessidades públicas que as competências transferidas garantem, sem prejuízo de como já se explicou, de reconhecerem algumas dificuldades entretanto já solucionadas ou em resolução. -----

----- Simultaneamente a implementação da Reforma Administrativa resultou num amplo processo de participação e compromisso, demonstra estar já a cumprir o seu propósito fundamental, melhorar a gestão da cidade tornando-a mais eficiente e com melhor capacidade de resposta aos problemas de funcionamento, evidencia-se assim a continuação dos conceitos de proximidade e de autonomia que têm vindo a traduzir-se em ganhos de eficiência. -----

----- No entanto no âmbito organizativo das Freguesias, a principal preocupação dos seus executivos corresponde a uma das Recomendações desta Assembleia Municipal, que agora no 2º. Relatório são mais uma vez evidenciadas, que consiste na imperiosa necessidade da consagração legal da possibilidade de atribuição de dois tempos inteiros aos membros das Juntas de Freguesia, ainda que o segundo possa ser remunerado pelo orçamento próprio de cada Junta verificando-se por isso uma necessária interpelação neste sentido ao Governo e aos Grupos Municipais e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República. -----

----- Por último, estando a Reforma Administrativa da Cidade em processo de conclusão, considera-se também que o Município está apto a poder receber competências da Administração Central, que pode exercer de forma mais eficaz e eficiente, designadamente nas áreas da saúde, educação, do fomento do empreendedorismo e da empregabilidade, dos transportes e da fiscalização de trânsito, bem como na construção de parcerias com universidades, centros sociais e culturais com vista a intervenções territoriais integradas que prossigam os objetivos de crescimento inteligente sustentável e inclusivo. -----

----- Face ao exposto a Primeira e a Quinta Comissão consideram que o presente Parecer sobre a proposta 643/2014, que se submete à apreciação desta Assembleia Municipal, o Relatório da Monitorização da Reforma Administrativa está em condições de ser debatido e votado pelo Plenário. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Ferreira de Lemos (CDS/PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Excelentíssima Mesa, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Em primeiro lugar agradecer a clara exposição que a deputada Municipal que me antecedeu, Inês Drummond, fez sobre o Relatório e sobre a Monitorização da Reforma Administrativa e também para vos comunicar que na linha do anterior é um Relatório positivo e genericamente podemos dizer que bastante bem elaborado.-----

----- Gostaríamos de alguns casos específicos de uma maior precisão sobretudo de condução, ou quando se afirma “Situação resolvida na instalação de Juntas”, por exemplo na Junta de Freguesia de Santo António temos um contrato de comodato e ainda não está instalada, era uma primeira pergunta que eu gostaria de dirigir.-----

----- Quanto a recursos humanos parece haver uma discrepância com afirmações que passo a citar e que parecem serem contraditórias, cito relativamente a recursos humanos: “elevado face às efetivas necessidades que entretanto se vieram a perceber e maturar”, para logo referir também relativamente a recursos humanos “uma relativa e elevada insuficiência de recursos”. Ora era isto que eu gostaria de perguntar se se trata de uma discrepância ou de duas opiniões pelo mesmo autor. -----

----- O processo de transferência do pessoal da Câmara para as Juntas está terminado? Era uma outra questão. -----

----- E como ultrapassar a posição de algumas Juntas que referem não ter meios suficientes, designadamente para licenciamentos, uma nova competência agora das Juntas. -----

----- Registo também o caso das piscinas e de outros equipamentos que transferiram para Juntas em mau estado e cujo investimento terá que ser suportado através dos respetivos orçamentos das Juntas. -----

----- Ainda sobre a utilização de equipamentos públicos seria desejável que se praticasse em termos de preços uma equidade por parte de todos os municípios, independentemente das Juntas onde estão sediados estes equipamentos. -----

----- Termina com uma sugestão, que era reforçar em próximos Relatórios o ponto de vista da Câmara, ou seja, que impacto é que na eficácia dos serviços e no papel futuro da Câmara se tem vindo a revelar este processo de transferência de competências.-----

----- O nosso voto será favorável a este Parecer, a esta proposta e também gostaríamos de saudar a forma como ele está elaborado, como comecei. Muito obrigado. Disse.” ---

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Dias (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Representantes da Câmara Municipal, Senhores Deputados Municipais. -----

----- Em cumprimento da Recomendação aprovada nesta Assembleia Municipal no sentido de serem periodicamente elaborados Relatórios de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa, o Grupo de Acompanhamento e Monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa apresentou agora o 2.º Relatório Trimestral. -----

-----Esta segunda análise de monitorização do Processo de Reforma Administrativa de Lisboa é mais abrangente do que aquela que se encontra vertida no primeiro relatório, pois incide já não somente na componente de monitorização do processo de descentralização e segundo os princípios e objetivos operacionais da reforma, mas também nas componentes relativas à concessão de meios à governação de proximidade.-----

----- A monitorização combina a tripla conjugação de elementos de base qualitativa, obtidos por via de entrevistas aos principais agentes e responsáveis políticos, pela ida ao terreno e por estudos de caso, com a organização de Grupos de Debate ou Participativos (*focusgroups*) formados por funcionários camarários, futuramente constituídos também por funcionários das Juntas de Freguesia, antes e após transferência e até de munícipes e também com elementos de base quantitativa obtíveis sobre um painel de indicadores que, porém, se encontra ainda em construção.-----

----- No âmbito da respetiva Audição, o Professor Doutor João Seixas, Coordenador do Grupo de Acompanhamento, afirmou que as Freguesias de Lisboa estão de forma crescente a assumir o seu papel de parceiros mais ativos na cogovernação da cidade, havendo reconhecimento da materialização dos conceitos de proximidade e de autonomia e ganhos em eficiência e de agilização, bem como de melhoria no serviço público.-----

----- Mais transmitiu o Coordenador que a apreciação global da Reforma Administrativa de Lisboa pelas Juntas inquiridas é positiva ou muito positiva em 8 Freguesias, sendo um sucesso histórico ou excedendo as expectativas em 3 freguesias e havendo 2 executivos que consideram existirem ainda obstáculos relevantes a resolver e 1 Junta que entende que o processo está a decorrer de forma insuficiente.-----

----- Passando à análise sumária do Relatório, cumpre salientar o facto de a monitorização se basear numa avaliação qualitativa e quantitativa da reforma, por outro lado é igualmente imperioso mencionar um dos aspetos mais frisados por todas as Juntas entrevistadas e que se mantém quer no 1.º quer no 2.º Relatório, a limitação legal de atribuir mais tempos inteiros aos executivos das freguesias cria constrangimentos óbvios na governação, isto é, a metodologia escolhida assenta na avaliação do processo em si mesmo, mas também, o que é de louvar, na análise comparativa com outras experiências semelhantes internacionais conhecidas e à luz de métricas e parâmetros aceites e testados, o que permitirá, no futuro, comparar o processo de reorganização administrativa de Lisboa com outras reformas semelhantes.-----

----- É igualmente imperioso mencionar um dos aspetos mais frisados por todas as Juntas entrevistadas - a limitação legal de atribuir mais tempos inteiros aos executivos das freguesias, o que cria constrangimentos óbvios na governação.-----

----- A terminar, tendo presente o teor dos dois Relatórios de monitorização produzidos pelo Grupo de Acompanhamento, conclui-se que, em termos globais, o processo de reforma como um todo se mantém a decorrer com apreciável qualidade e coesão, atenta a sua notável envergadura e complexidade (transitaram 1270 colaboradores e mais de 700 equipamentos para novas instituições completamente novas ou em processo de reestruturação, de reorganização e de realocação). Esta conclusão suporta-se, por exemplo, nas análises de monitorização efetuadas pelo Grupo de Acompanhamento, bem como no considerável consenso comprovado entre os diversos intervenientes do processo de reforma inquiridos.-----

----- Não obstante, e tal como já havia sido referido no 1.º Relatório, torna-se crescentemente evidente a necessidade de dotação de plataformas de informação, de instrumentos comuns de gestão, bem como de regulamentos globais numa série de dimensões de base estruturante a toda a cidade que suportem e regulem as responsabilidades e as essenciais interações na prestação de serviços públicos, entre as principais entidades públicas da cidade. Para tal, afigura-se como essencial consolidar canais permanentes de comunicação e de sistematização protocolar entre a CML e as Juntas de Freguesia, bem como iniciar a gestão integrada de novos protocolos (de segunda “geração”), de regulamentos comuns e de diversos outros instrumentos essenciais para a cidade e de natural ação conjunta.-----

----- Reitera-se, principalmente, mais uma vez, depois das análises efetuadas em sede de Juntas de Freguesia, que um dos aspetos mais evidentes a ter em conta e aqui apela-se também ao Governo da República- em termos de desfasamentos ainda existentes – e referido pela esmagadora maioria das Juntas –, é o da impossibilidade de atribuição de mais tempos inteiros aos executivos que cria dificuldades óbvias a uma governação que se pretende permanente e ativa e presencial.-----

----- O Grupo de Acompanhamento conclui que, apesar da confirmação de que o processo de reforma prossegue com considerável qualidade e coesão, a reforma ainda não se encontra completa, não só face a diversos aspetos que ainda carecem de resolução, mas sobretudo à mudança gradual de paradigma na governação da cidade, do gradual surgimento de novos e mais capacitados atores na governação local – incluindo os próprios cidadãos – e do paralelo surgimento de novas exigências para a administração de uma cidade como Lisboa. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público presente e Comunicação Social. -----

----- A primeira questão que eu queria levantar era para a Senhora Presidente, sobre as condições de trabalho que estes Deputados tiveram para analisar este Relatório, ou seja, só ontem à noite, às 19h15m é que os Deputados da Primeira e da Quinta Comissão tiveram acesso ao Relatório sobre esta Reforma, ou seja, em relação fizemos uma primeira reunião como já foi aqui descrito e a que começou às 19h 30m, estivemos 15 minutos ou tivemos 15 minutos para analisar esta proposta.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra questionou: -----
----- “Senhor Deputado, peço desculpa, para analisar a proposta ou para analisar o Parecer da Comissão?”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra respondeu:-----
----- “Para analisar o Parecer da Comissão. -----
----- Portanto, aquilo que eu queria em primeiro lugar, era que a Senhora Presidente tivesse em conta as condições de trabalho dos Deputados Municipais, os prazos apertados que foram dados para a elaboração deste Parecer e também as condições que nós tivemos para o ler e para nos pronunciarmos, portanto, era uma chamada de atenção para o futuro que acabámos por fazer uma análise simplesmente se era um inegável sucesso esta Reforma, pelo aquilo que estava a decorrer, como aliás o Senhor Vice-Presidente agora colocou e que se demonstrava já estar a cumprir um propósito fundamental que era melhorar a gestão da cidade tornando-a mais eficiente, com melhor capacidade de resposta aos problemas do seu funcionamento. -----
----- Ora aquilo que nós vimos neste segundo Relatório é que é um Relatório que está bem elaborado no entanto continua a reportar a 14 das 24 Freguesias, sendo que destas 14 Freguesias continua a repetir e a renovar 5 Freguesias que já tinham sido monitorizadas no primeiro Relatório.-----
----- Por conseguinte consideramos que este Relatório de Monitorização espelha bem as dificuldades que no entanto são pouco ainda pormenorizadas de concretização da transferência de competências nas diversas áreas bem como dos espaços físicos necessários ao nível das freguesias para abarcar competências, os trabalhadores colocados à disposição. -----
----- Em termos de equipamentos queria-me referir a dois em concreto, as Bibliotecas da Penha de França e de parte do Museu da República e Resistência em São Domingos de Benfica.-----
----- Incorretamente, na minha opinião e na opinião do Bloco de Esquerda na Penha de França mudou-se a Biblioteca em vez de se procurar um novo espaço que abarcasse a nova Freguesia da Penha de França, que é junção da Penha de França anterior com São João e que tinha e tem um conjunto de valências a responder aos munícipes e, portanto, consideramos que aquilo que devia ser encontrado de uma forma, claro que é mais onerosa para o Município, mas de qualquer forma para se dar uma resposta mais cabal, aquilo que devia ser procurado era uma reforma em termos para as pessoas de mais valências e de mais competências, um novo sítio para essa Freguesia. -----
----- Em relação a São Domingos de Benfica, que também levantei na Comissão, está-se a esvaziar as competências e a função de parte do Museu da República e Resistência, que em princípio será transferido para o Aljube e que albergará no futuro Museu da República e Resistência e Liberdade. -----
----- Ora esvaziadas essas competências esvaziam-se as competências e funções de três Técnicos para aí transferidos, aparentemente contra a vontade do Presidente da Junta, que já recorreu a algumas formas de assédio moral contra esses trabalhadores e

que a Câmara Municipal sabe, nomeadamente o Senhor Vice-Presidente e a Senhora Vereadora da Cultura sabe o ocorrido mas não tomam nenhuma atitude nem nenhuma forma de intervenção, até porque o Senhor Presidente da Junta já disse que não quer lá aqueles trabalhadores e, portanto, havia que colocar alguma questão nesse Relatório, ou seja, se tivessem sido ouvidos os trabalhadores nesse Relatório tinha sido mencionado esse facto, como nada diz, como ficou de os serviços da Câmara Municipal, também nada nos diz sobre como ficou nos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, agora aparentemente que chegou ao fim transferência dos trabalhadores para as Juntas, como nada reflete que do ponto de vista central dos trabalhadores transferidos quando à sua segurança e dos seus vínculos serem transferidos e não continuarem ligados à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Há uso inumano e indigno da precaridade e dos desempregados que pelos vistos vai acentuar-se pois nesta segunda fase só 93 dos 338 trabalhadores que as Freguesias disseram necessitar foram transferidos, o recurso ao trabalho precário e ao *outsourcing*, aos serviços externos cresce para a satisfação de competências transitadas e de várias valências que são necessárias. -----

----- Por último, se continua limitada a auscultação sobre as Freguesias, se pouco fala dos trabalhadores, se nada aborda como ficou a Câmara Municipal é muito preocupante que nada diga sobre a satisfação das pessoas. As pessoas são o elemento central desta descentralização! Qual o grau de satisfação dos serviços de proximidade? O que melhorou nesta satisfação deste serviço público? O Relatório nada nos diz sobre este elemento central e então como coloca o Senhor Vice-Presidente, como pode colocar o Senhor Vice-Presidente a questão que estamos perante um inegável sucesso, por outras palavras que disse, desta reforma e de que já se notava uma melhoria muito significativa nos serviços prestados às populações. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra acrescentou: -----

----- “Peço desculpa, está-me a Mesa a informar que um Senhor Deputado Municipal pediu a palavra para? O Senhor Deputado Municipal tem que explicar para que é que quer a palavra para a Mesa saber se a pode dar ou não, mas estou à espera que lá chegue o microfone, porque senão não ouvimos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José António Cardoso Alves (PS)** no uso da palavra esclareceu: -----

----- “Boa tarde. Em primeiro lugar quero-lhe explicar porque é que quero usar da palavra, é porque este Caro Colega fez uma intervenção onde referiu a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica e, portanto, eu na qualidade de Presidente dessa mesma Junta terei, digo eu, se calhar posso não ter, a honra de defesa e esclarecimento para corrigir algumas inverdades.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu: -----

----- “Senhor Deputado Municipal, vamos lá a ver, a Mesa não quer estar aqui a criar incidentes processuais, mas a Defesa da Honra é uma figura que se utiliza quando alguém é insultado na sua honra, creio que não foi o caso! Se considera que foi tem a palavra para se defender.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José António Cardoso Alves, Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica (PS)** no uso da palavra fez a seguinte declaração em Defesa da Honra:-----

----- “Queria falar então em Defesa da Honra. Muito obrigado. -----

----- Em primeiro lugar desde já devo lamentar que o Ilustre Colega nunca tenha pedido qualquer tipo de esclarecimento, se quiser ou informação relativamente à Biblioteca em questão, à República e Resistência, o que eu lamento, de facto o meu amigo veio para aqui defender, enfim, uma série de questões e afirmar coisas que são falsas. -----

----- Além do mais, sabe, é que como eu tenho essa capacidade, lido no meu dia-a-dia com pessoas umas mais úteis que outras, mas também lido com muito gente inútil e, portanto, como as pessoas que eu considero inúteis, não só a mim, note-se, à sociedade e em particular à Freguesia de São Domingos de Benfica, a mim faz-me alguma confusão como pessoas com, tenho 30 anos de serviço na Câmara Municipal, eu até aliás devo-lhe dizer que acrescentei à pessoa, que foram duas das três que lá estão às quais eu respondi muito simplesmente “Os meus amigos acho que até têm cara de ter 50 anos, não é 30 anos.”. -----

----- Agora garanto-lhe a si e a todo o Plenário que aqui está que eu nunca fiz assédio, sexual não podia fazer porque não faz parte dos meus princípios e, portanto, um assédio que possa ser interpretado de outra forma, eu devo-lhe dizer uma coisa, eu devia de andar na rua das amarguras com as personagens em questão! -----

----- Portanto, para terminar a minha intervenção dizer-lhe que estarei disponível e estou disponível para prestar qualquer esclarecimento ou tirar qualquer dúvida que exista relativamente à Biblioteca República e Resistência. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. O Senhor Deputado José Casimiro provavelmente querará responder, tem a palavra para o efeito, são também 3 minutos para o efeito.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra respondeu:-----

----- “Eu julgo que como nós vimos a honra não foi ofendida a ninguém, eu transmiti os factos, aliás, há vários relatórios para a Câmara desses três trabalhadores sobre a situação deles! Acho que as palavras que foram usadas em relação aos trabalhadores inúteis disto tudo sobre a pessoa que se referiu a esses trabalhadores que têm 30 anos de casa ou mais, mas de qualquer forma a gente classificar como inúteis as pessoas acho que diz bem da qualidade e da forma como também se tratam os trabalhadores que eu sei de fonte fidedigna que já foi dito que não quer aqueles trabalhadores ali para nada! -----

----- Portanto, aquilo que eu chamei à atenção foi de que era necessário resolver este problema, por parte da Câmara resolver o problema desses trabalhadores que estão ali naquela situação. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra agradeceu: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. Ficaram clarificados os pontos de vista e a Mesa vai prosseguir o Debate.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas. -----

----- Passados quatro meses após a discussão do 1º. Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa, reunimos hoje nesta magna Assembleia para discutir o 2º. Relatório trimestral do mesmo objeto, nos termos da proposta 643/2014. -----

----- Como é do vosso conhecimento o Partido da Terra sempre se manifestou contra este modelo de reorganização, contudo, como já reconhecemos na Assembleia de 15 de julho, é fulcral a existência de instrumentos de monitorização e avaliação para que a implementação deste processo preconize o mínimo de impactos e constrangimentos possíveis na vida dos munícipes. -----

----- Relativamente ao documento continuamos a verificar as mesmas lacunas do 1º. Relatório, pouca representatividade, apenas 9 Juntas de Freguesia, das 24 existentes, às quais se acrescentam as 5 Freguesas provenientes do 1º. Relatório e a falta de indicadores quantitativos. -----

----- Porém contempla algumas melhorias, para além das entrevistas aos Presidentes de Junta é incluído nesta segunda fase uma outra variável que diz respeito às entrevistas aos funcionários da Câmara e alguns Diretores Municipais, mas numa lógica pouco quantitativa e muito generalista. -----

----- O Partido da Terra admite que o presente Relatório é melhor que o primeiro, mas ainda tem muita margem de progressão para poder dar uma imagem mais aproximada dos acontecimentos, bem como da própria aplicação da Reforma Administrativa em si. -----

----- Todavia, apesar das limitações verificadas este reflete alguns dos principais problemas provenientes do processo de agregação de freguesias e respetiva transferência de competências. -----

----- Ao nível do BackOffice, apoio jurídico, gestão financeira e contabilística, gestão de RH, gestão documental e arquivo denota-se uma disparidade entre as Juntas de Freguesia uma vez que umas estão bem dotadas, enquanto outras não reformaram o seu quadro e estrutura administrativa, tendo muitas vezes se socorrido de contratação de *outsourcing*. -----

----- Esta tendência não é alheia ao facto da transferência de trabalhadores nesta segunda fase ter ficado aquém das necessidades de um total de 338 trabalhadores necessários aderiram ao programa voluntário apenas 93, o que corresponde a uma taxa de 28%. -----

----- Também na área de sistemas de informação existe um longo caminho a percorrer devido à falta de manutenção evolutiva e à necessidade de formação, mas sobretudo de apoio tecnológico da Câmara por parte da UCT, aguardando expectantes que este problema esteja solucionado aquando da apresentação do próximo relatório. -----

----- A nível da gestão e manutenção de equipamentos desportivos existem alguns problemas principalmente a nível de manutenção, mas sobretudo na necessidade da realização de obras ou investimento de carácter mais estruturante. -----

----- A título de exemplo verificou-se que nas piscinas municipais estão a ser praticadas taxas de utilização distintas criando situações de desigualdade entre os municípios, pelo que o Partido da Terra defende que sendo estes equipamentos construídos com recurso a investimento de cariz municipal a Câmara tem que intervir diretamente nesta situação através de implementação de uma tabela de uniformização de preços.-----

----- Para finalizar esta intervenção reiteramos a Recomendação deixada por nós aquando da análise do 1º. Relatório, que assentava no pressuposto de que a interferência desta Assembleia deveria ir mais além da fiscalização e consequente votação destes relatórios, sugere-se que dada a urgência dos inquéritos que deram origem às entrevistas entre outros fatores os Deputados dos vários Grupos Municipais deveriam acompanhar mais de perto esta Reforma através de visitas *in loco* por forma sentir os impactos e as respetivas consequências da implementação desta Reforma. ----

----- Será também importante perceber a profundidade dos impactos que esta Reforma causou na própria estrutura da Câmara, a informação disponível até à data ajuda a reforçar a nossa posição relativamente a esta Reforma, duvidamos claramente que traga ganhos de eficiência porque assistimos progressivamente a uma descentralização da contratação para as Juntas de Freguesia perdendo-se os ganhos de escala que existiam.-----

----- Em nossa opinião iremos também assistir a uma proliferação de processos e decisões já refletido ao nível das taxas mas que irá fazer-se sentir em outros setores sobre os ganhos de eficácia da Reforma. -----

----- Devido à proximidade ainda não existe informação suficiente para atestar o grau de satisfação de municípios.-----

----- Apesar de continuarmos a não concordar com os moldes em que foi implementada a atual Reforma legitimamos a importância da existência de um modelo de monitorização e avaliação pelo que o Partido da Terra irá abster-se na presente votação. Disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Deputados Municipais aqui presentes, restante público. -----

----- Cabe-nos hoje uma vez mais fazer uma análise sobre aquilo que é o Relatório, neste caso o 2º. Relatório sobre a evolução da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa.-----

----- Importa começar por fazer aquilo que deverá estar sempre no início de uma reflexão desta natureza. O que é que é a Reforma Administrativa e o que é que nós estamos atualmente a avaliar? Entendemos que a Reforma Administrativa é forçosamente um verdadeiro processo de descentralização, é na realidade um salto

convicto para aquele que é um novo modelo de gestão autárquica e com isso necessariamente também o novo modelo de reforço do nível de serviço à população.---

----- Um processo de acompanhamento novo com uma avaliação trimestral tem sempre duas grandes vantagens, a primeira é aquela da evolução sistemática dos processos não só ao nível das Juntas de Freguesia, mas também no âmbito da própria Câmara Municipal de Lisboa e o segundo é o impacto que essas alterações vêm a ter progressivamente no serviço que prestamos todos em conjunto, Autarquia e Freguesias à população da cidade de Lisboa e é aqui que reza aquela que será uma das principais mais-valias de um Relatório desta natureza, é que progressivamente fica mais claro e progressivamente é mais transparente para a população, o primeiro objeto desta nossa grande intervenção, a clarificação de a quem compete o quê e quem faz o quê na cidade de Lisboa, isto é fundamental para a credibilização da classe política, neste caso em particular dos autarcas Câmara e Juntas de Freguesia e sobretudo, sobretudo para evitar aquilo que seria inevitavelmente um pingue-pongue cívico resultante da necessidade que as pessoas sentem em ver os seus problemas diários resolvidos.-----

----- Eu diria que os sinais do sucesso da Reforma Administrativa já se veem, inclusivamente no âmbito do próprio Relatório, fica claro para todos que a capacitação das Juntas de Freguesia iniciou um processo que muitos considerarão certamente um processo lento, é normal, todas as grandes reformas têm esta característica, mas ele é lento porque é sustentado e tem como objetivo esta mesma capacitação e esta forma de transferir para as Juntas de Freguesia aquela que é a principal vontade que qualquer autarca tem na cidade de Lisboa, nomeadamente quanto às Juntas de Freguesia se refere, que é a necessidade de manter este nível de política de proximidade, esta reposta direta ao contato e às necessidades da própria população e é aqui que muitas vezes também surgem algumas confusões sobre o próprio Relatório em si, que eu acho que é útil podermos avaliar, é que este não é um Relatório político, este é sobretudo uma narrativa de uma história que está neste momento a acontecer na cidade de Lisboa e eu diria mesmo que este é um dos principais legados da Reforma Administrativa da cidade de Lisboa, é que aquilo que alguns ainda hoje não veem é que o processo que estamos agora a construir e este Relatório e outros Relatórios que irão surgir porque a Reforma Administrativa que começou em 2013 não vai terminar em 2014, não vai terminar em 2015, é algo que vai perdurar pelos próximos quatro, oito anos muito provavelmente e que daqui surgirão ainda enormes ramificações para a gestão do Poder Autárquico e sobretudo para o nível de serviço que fazemos para a população, mas mais importante do que isto é que estes Relatórios constituem esse legado dessa Reforma Administrativa, constituem a lição para que depois os outros Municípios noutros pontos do país possam em breve ter eles próprios, dar este passo e com isto terem a informação prévia daquele Município que o fez em primeiro lugar, compreendendo o que é que correu bem e o que é que correu menos bem para que do seu ponto de vista possam depois no futuro limitar-se às opções que correram bem e explorar outras que poderão ser novas soluções para o futuro. -----

----- É por tudo isto que acreditamos que independentemente de se entender que um Relatório não deve ser merecido, não deve ser passível de votação, porque ele conta uma história e a história não está sujeita à votação, a história é o que está a acontecer todos os dias, a verdade é que não poderia merecer senão o nosso apoio e é esta a mensagem com a qual queria terminar. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Rodrigues Moreno, Presidente da Junta de Freguesia do Parque das Nações (PNPN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhoras e Senhores Deputados e Senhores Vereadores, Caras e Caros Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

----- Eu julgo que este Relatório e o Parecer emitido na Comissão da Assembleia Municipal mostram que estão de parabéns aqueles que tiveram a coragem de lançar esta desafiante Reforma da Cidade de Lisboa e também a Assembleia Municipal que na altura viabilizou um processo desta natureza.-----

----- Efetivamente aquilo que nós assistimos, perante aquilo que é dito e que é visível no terreno por aqueles que são os seus atores neste momento mostra que efetivamente o trabalho que está a ser feito é um trabalho que tem contribuído para melhorar a qualidade de vida na cidade, a qualidade de manutenção dos espaços, enfim, tem sido benéfica para a cidade de Lisboa, mas há de facto aqui algumas questões que é preciso ainda resolver.-----

----- Esta não é, como dizia, disseram alguns oradores que me precederam, não é uma Reforma acabada, nem vai terminar em 2014, é uma Reforma que se iniciou, está em curso e ainda há um caminho longo a percorrer do meu ponto de vista.-----

----- Naquilo que me diz respeito à minha Freguesia, da experiência que tenho do trabalho que lá tenho feito ao longo deste 9/11 meses de implementação de Reforma Administrativa eu diria que é preciso ir mais longe, temos que entrar de facto numa segunda fase da Reforma administrativa. Aquilo que se está a fazer é muito mas ainda é pouco! É preciso nomeadamente, por exemplo, no que diz respeito à minha Freguesia eu direi que aquilo no que respeita à transferência de competências sobre matéria de manutenção de espaço urbano, de espaço público ou de espaços verdes é preciso ir mais além.-----

----- Na Câmara Municipal de Lisboa tem nomeadamente em termos de espaços verdes, tem 75% ainda de competências neste momento, por decorrência da própria natureza do espaço em que temos nomeadamente ali o Parque do Tejo, que é um parque com cerca de 90 hectares e só isso faz com que tendo sido considerado estruturante a Câmara Municipal de Lisboa tenha logo um peso enorme na manutenção das áreas verdes, mas enfim, há outras áreas mais pequenas dentro deste campo global que são os espaços verdes que são responsabilidade da Câmara na minha Freguesia, mas dizia eu que preciso ir mais além.-----

----- Nós entendemos e já lançámos esse desafio à Câmara Municipal de Lisboa, que certamente o ponderará, do nosso ponto de vista para que esta Reforma seja ainda mais eficaz terá de passar toda essa competência para a Junta de Freguesia,

acompanhada obviamente dos meios financeiros necessários, esta é fundamental, do ponto de vista de monitorização do espaço pedonal também direi a mesma coisa, é preciso aprofundá-la ainda mais. Há ali zonas que são consideradas estruturantes, vale a pena fazer essa reavaliação e ver até que ponto elas se deverão manter como estruturantes na sua totalidade ou se não será conveniente transferir mais alguma competência para Junta de Freguesia. -----

----- O Poder Local de proximidade de facto é mais eficaz, conseguimos responder mais atempadamente aos problemas e eu atrevo-me a dizer que provavelmente até com ganhos ao nível dos meios financeiros. -----

----- Por outro lado, já foi aqui falado também por quem me precedeu, há que ver também que a gestão que nós hoje estamos a fazer a nível das Juntas de Freguesia não se compadece com o modelo que foi desenhado há muitas décadas atrás, é preciso profissionalizar os órgãos de gestão das Autarquias, não se compadece com este sistema de ter um tesoureiro! Nós precisamos de ter alguém responsável pelas finanças! É uma área complexa, já não é a figura do tesoureiro que faz as contas como faziam na altura em que foi criado o Diploma que deferiu isto, em que se fazia certamente o orçamento das Juntas de Freguesia, perdoem-me a expressão, ao domingo à saída da Missa, num papel de merceeiro entre o Presidente da Junta e o dito tesoureiro! Estamos muito longe desses tempos, portanto, é preciso dar aqui uma outra estrutura às Juntas de Freguesia, mas não apenas ao nível da estrutura financeira, é preciso fazê-lo também profissionalizando os seus vogais, os responsáveis políticos pelas várias áreas e isso neste momento não é possível com este sistema que nós temos em que apenas se prevê a remuneração a tempo inteiro para o Presidente, que poderá eventualmente dividir em dois tempos, etc., mas isso de facto não se compadece com esse modelo de gestão que nós temos na nossa cidade hoje, é também um ponto que tem que ser visto!-----

----- É evidente que não é da responsabilidade da Câmara, cabe aqui ao Poder Político Central agarrar nele e arranjar uma solução, mas é urgente também que se faça se queremos efetivamente implementar e levar mais além esta Reforma que todos efetivamente queremos levar. -----

----- Por outro lado, no que me diz respeito, temos também aqui ao nível da minha Freguesia dois outros problemas, o problema das instalações. A Câmara Municipal de Lisboa não tinha instalações com capacidade para acolher a sede da Junta de Freguesia, as instalações que tem ali que podiam ter digamos que algumas condições para esse efeito neste momento estão oneradas com um contrato de arrendamento ao que me dizem de 5 anos, isso constitui um problema, nós temos que estar a pagar uma renda por uma loja que não tem de facto as melhores condições para o efeito, uma renda que é cara e cujo preço vai evoluindo ao longo do tempo! É um problema que é preciso resolver também. -----

----- Mas temos um outro problema também, que é o problema financeiro, digamos que a atribuição financeira que nos foi feita é de facto insuficiente para a capacidade de resposta que nós temos que ter face ao espaço que temos pela frente, é uma Freguesia grande, com 540 hectares de dimensão, é uma Freguesia que tem cerca de

30, quase diria eu 35 mil residentes provavelmente, apesar dos recenseados não exceder esses valores, mas provavelmente temos números reais dessa natureza, portanto, é preciso de facto agarrar nestas questões e olhar também para esta questão financeira da nossa Junta de Freguesia.-----

----- É um espaço que tem, por outro lado um padrão de qualidade a que as pessoas foram habituadas, muito exigente e que nós devemos manter, é uma das salas de visita da nossa cidade, é de facto um bem que todos nós Deputados Municipais e Vereadores, Presidente da Câmara, etc., temos o dever e temos a obrigação de defender e manter com qualidade dentro da nossa cidade. Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.-----

----- Na sequência da aprovação da Lei 56/2012, que determinou a Reorganização Administrativa de Lisboa, definindo um novo mapa de Freguesias e um quadro específico de competências próprias e da recomendação prevendo o acompanhamento, monitorização e avaliação do processo de transferência de competências estamos hoje nesta Assembleia a apreciar o 2º. Relatório de Monitorização da Reforma Administrativa.-----

----- Sobre o documento vou apenas referir algumas notas de apreciação que o PCP faz a este processo.-----

----- A metodologia que foi seguida não foi alterada em relação à primeira avaliação, o processo de monitorização deveria fazer uma avaliação rigorosa, eficaz e objetiva para detetar falhas e deficiências e poder agir para alterar e corrigir. Havia necessidade, que sempre defendemos, de diferenciação de equipas entre quem concebe e implementa e quem está a avaliar, para rigor de análise, escrutínio e utilidade prática de monitorização, deveria ser menos elogiosa, mais contida e crítica para obter outros resultados e instrumentos, não apenas em relação a 14 Freguesias mas sobre todas elas.-----

----- Refiro que esta crítica não põe em causa obviamente a competência técnica, de modo de nenhum, ou idoneidade do grupo de trabalho, é de facto uma questão de princípio.-----

----- Embora todo o Relatório seja orientado para salientar os aspetos positivos do processo a verdade é que mesmo assim não deixam transparecer já alguns problemas enunciados pelo PCP aquando da aprovação da Reforma Administrativa, primeiro a externalização dos serviços aumentou; segundo, estão a ser praticadas taxas diferentes nas diversas Freguesias no que respeita à utilização de equipamentos coletivos criando assim condições de desigualdade entre as mesmas; em terceiro lugar e esta é uma questão óbvia, novamente confirmada, é do tempo, disponibilidade, apoio e condições dos Eleitos Locais, nomeadamente os Executivos para enfrentarem o que têm pela frente, agora fala-se de mudar o estatuto dos Eleitos Locais, mas a verdade é que continua apenas um eleito a tempo inteiro nas Juntas de Freguesia e isto deveria ter

sido resolvido antes do processo, mas como se tratava de destruir Poder Local, passar competências e responsabilidades e poupar dinheiro face ao deficit esta questão estava fora de causa! Sabem muito mas não enganam quem não está para ser enganado! -----

----- Antes o que passou para as Juntas de Freguesia estava na dependência de Vereadores a tempo inteiro, Diretores de Serviços, Diretores de Departamentos e Chefes de Divisões, estruturas com experiências valiosas que agora são afetadas e mesmo desaparecem. -----

----- Em quarto lugar, não é compreensível que os trabalhadores que transitaram, os mais afetados por todo este processo ainda não tenham sido ouvidos. -----

----- Em quinto lugar, a capacidade de articulação e aproveitamento de meios perdeu-se visto que a gestão deixou de ser centralizada, o que dificulta a locação de meios aos diferentes pontos da cidade em caso de necessidade. -----

----- Outro aspeto a referir diz respeito ao facto dos interlocutores planeados para serem ouvidos, apenas o foram 14 Juntas, 4 Diretores Municipais e trabalhadores do Município. Embora o processo não esteja concluído, obviamente, sabemos isto, verdade seja dita que o universo auscultado não pode refletir toda a realidade, havendo Juntas com mais problemas que ainda não foram ouvidas. -----

----- Neste quadro não é compreensível que os trabalhadores que transitaram ainda não tenham sido ouvidos quando é pressuposto que são realmente os mais afetados, como já referi. -----

----- Em conclusão verificamos que a qualidade do serviço pode estar em causa e sobretudo denunciámos o facto do serviço público, que deveria ser assegurado pelo Município ou pelas Freguesias estar a ser entregue a privados com aumentos de custos para todos nós, por isso votámos contra o Relatório na Câmara e votaremos também contra na assembleia Municipal. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez o seguinte esclarecimento: -----

----- “Muito obrigado Senhores Deputados. -----

----- A Mesa queria aproveitar para fazer aqui uns esclarecimentos, que é o seguinte: esta proposta o que diz e que foi aprovado em Câmara é que a Câmara deliberou submeter à Assembleia Municipal para apreciação este Relatório e no Relatório anterior nós não votámos nem a favor nem contra o Relatório, nós votámos a favor ou contra as propostas que as Comissões fizeram sobre o Relatório, porque o Relatório em si é um Relatório, é um documento técnico que no entender que tivemos em relação ao primeiro Relatório não era sujeito à votação ele próprio e a Mesa hoje pensava seguir o mesmo procedimento, ou seja, pôr à votação, a proposta em si não vale a pena pô-la à votação porque a proposta em si é mandar para a Assembleia Municipal o Relatório, já cá está, não temos que a votar, a Câmara aprovou e o Relatório chegou! -----

----- A própria Câmara não aprovou o Relatório! A própria Câmara o que aprovou foi submeter à Assembleia Municipal o Relatório, o Relatório foi apreciado nas Comissões e há um conjunto importante de Recomendações, de conclusões e de Recomendações das Comissões. Portanto, aqui o que nós pensávamos pôr à votação, mas quero desde já avisá-los para se prepararem depois na altura da votação, se

estiverem de acordo é não propriamente aprovarem o Relatório em si, porque não foi aprovada até à data por ninguém, o que foi aprovado foi enviá-lo à Assembleia Municipal, mas aprovar o que sobre este Relatório foi dito pelas Comissões, porque isso é que é o documento escrito que nós temos na mesa sobre esta matéria e foi assim que nós procedemos com o 1.º Relatório, portanto, era para alertar para isso. -----

----- Se por acaso algum dos Senhores Deputados Municipais não estiver de acordo quando chegar à altura, antes da votação, esclareceremos este ponto, mas é para desde já irem meditando no assunto. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Imprensa, Público em geral.-----

----- Portanto nós apreciamos o Relatório, apreciamos o Parecer e agradecemos a qualidade com que estes documentos foram elaborados, globalmente parece-nos que a progressão é positiva, continuamos no entanto a notar que apenas estão a ser analisadas 14 Freguesias das 24 e, portanto, isso continua-nos a preocupar porque creio que isto já devia ser um número maior para poder ser mais significativo. -----

----- Da análise do 2.º Relatório da Monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa parece transparecer alguns factos relevantes que importa ter em atenção para uma adequada conclusão deste processo. Ainda que seja importante a conclusão de que o processo como um todo se mantém a decorrer com apreciável qualidade e coesão, como é referido. -----

----- Desde logo com a criação de um novo paradigma de governação da cidade é importante que existam elementos comuns que permitam uma conjugação correta de esforços entre as Juntas e a Câmara, para tanto contribuem certamente os recursos humanos que são ainda em muitas Juntas escassos. -----

----- De igual modo será importante a consolidação de transferência de imóveis para as Juntas, cuja resolução em alguns casos parece ainda não estar concluída.-----

----- Acresce que segundo o apontado pelos Executivos das Juntas subsiste uma relativa e elevada insuficiência de recursos de suporte à gestão, tais como finanças, contabilidade, recursos humanos, apoio jurídico, informática, gestão documental, arquivo, etc..-----

----- Relativamente à integração das Juntas na realidade das aplicações informáticas usadas pela Câmara, nomeadamente do Gesturbe cremos ser de vital importância que se faça um esforço sério no sentido de que no mínimo se mantenham os níveis de satisfação conseguidos pela Câmara, ou seja, um esforço para que as Juntas possam todas dominar estes meios, é pois fundamental que os processos de licenciamento sejam corretamente assegurados. -----

----- No que concerne aos equipamentos a sua manutenção terá que ser assegurada e pelo menos importa realizar as obras de carácter mais estruturante. -----

----- Por último é apontado no Relatório um diferencial existente entre a capacidade de dedicação dos Executivos das Juntas que releva perante o processo da Reforma Administrativa em curso e para a gestão político/administrativa das Juntas. Cremos,

portanto, que a governação ao nível das Juntas importa necessariamente uma mudança de fundo no que respeita à presença mais permanente dos decisores políticos. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos e a todas.-----

----- Este 2º relatório trimestral de monitorização sobre o processo da Reforma Administrativa de Lisboa teve por objetivo apresentar uma análise integrada do processo de transferência de competências e de recursos para as novas Juntas de Freguesia. Vejamos então que níveis terá conseguido aferir da respetiva capacitação administrativa e de serviço público no desempenho das competências e responsabilidades autárquicas.-----

----- Metodologicamente foram realizadas, até ao mês de Setembro, 14 visitas a Juntas de Freguesia e entrevistas aos respetivos presidentes e executivos, a auscultação dos serviços da CML por meio de apenas 4 entrevistas a dirigentes municipais e a tipificação de painéis de trabalhadores, mas auscultando apenas alguns dos que desempenham funções na autarquia e não nos serviços das Juntas.-----

----- 1º aspeto: Quanto aos Recursos Financeiros, o Grupo de Acompanhamento e Monitorização detetou que entre Maio e Setembro não tinham ainda decorrido os equilíbrios e acertos financeiros com as Juntas, alertando para o atraso nos protocolos a realizar entre o município e cada uma das Juntas.-----

----- 2º aspeto: Quanto aos Recursos Humanos, refere que na 1ª fase transitaram 1177 funcionários, dos quais 1028 trabalhadores do mapa de pessoal e 149 prestadores de serviços das áreas da educação e desporto, com uma taxa média de satisfação próxima dos 95%. Quanto à 2ª fase, iniciada em Março e completada em Setembro, o número total de registos de voluntários, à data de 31 de Agosto, foi de apenas 185, dos quais 40% dos funcionários transitados eram técnicos superiores e quase 30% assistentes técnicos.-----

----- Porém, deste conjunto de voluntários, uns iniciais e outros após entrevista, 7 trabalhadores já diziam respeito às competências transitadas, outros 93 foram aceites nas Juntas, e os restantes 85 acabariam por não transitar, ou por não terem sido aceites pelas Juntas ou mesmo porque acabaram de desistir do seu próprio registo de voluntariado, o que denota o receio óbvio pela mudança para o incerto. Para esta segunda fase, tal acabaria por corresponder a uma taxa de satisfação de uns escassos 27,5% das necessidades iniciais apresentadas pelas Juntas.-----

----- Em termos globais, e fazendo-se uma análise integrada das duas fases de transição de recursos humanos da CML para as 24 Juntas de Freguesia, procedeu-se à transição de 1121 funcionários. A este número há ainda que adicionar 149 prestadores de serviços que transitaram, na 1ª fase, para as áreas da educação e do desporto. Ou seja, no total das 1ª e 2ªs fases, transitaram da CML para as Juntas 1270 trabalhadores, baixando a taxa de satisfação de 95% para apenas 27,5%, o que terá sido verdadeiramente sintomático das dúvidas sobre o desenrolar deste processo.-----

----- Uma primeira constatação referida no próprio relatório é o facto de as Juntas ainda não se apresentarem tecnicamente preparadas para executar as competências transferidas, existindo por isso alguma apreensão na sua gestão. Os próprios recursos humanos afetos a serviços que não perderam competências identificaram inclusive dificuldades internas, como a sobrecarga dos trabalhadores que permanecem nos serviços da Câmara Municipal de Lisboa. Em segundo lugar, constata-se que, quanto ao processo de transição em si, até os dirigentes reconheceram que há serviços a serem prestados de forma diferenciada, consoante cada Junta de Freguesia. Mas já lá iremos.-----

----- 3º aspeto: Quanto às consequências da reforma administrativa para a Câmara Municipal de Lisboa, tanto dirigentes como funcionários indicaram a sobrecarga de tarefas nos restantes trabalhadores, a perda do conhecimento operacional e organizacional e a desestruturação das equipas constituídas. Mencionaram ainda recear a perda de eficácia nos serviços municipais, caso não se proceda a um rápido processo interno de redistribuição dos meios humanos entre os serviços da autarquia. Para o Grupo Municipal de “Os Verdes”, parece, por isso, ser urgente o reforço do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- 4º aspeto: Na perspetiva das estruturas organizacionais, metade das Juntas inquiridas referiram como fator preocupante para a boa governação local, a sobrecarga de trabalho face às novas responsabilidades, designadamente, devido ao facto de haver poucos elementos do executivo a tempo inteiro ou mesmo parcial. É que, embora na sequência da 2ª fase de transição a maioria tenha recebido recursos humanos transitados da Câmara Municipal de Lisboa, os executivos denotam ainda importantes lacunas nas áreas transversais de suporte à gestão.-----

----- Qual a solução encontrada pelos presidentes das Juntas? Simples: têm recorrido a contratações de serviços externos para as mais diversas necessidades, nomeadamente, nas componentes de controlo de gestão, do apoio jurídico, do suporte administrativo geral, da gestão dos recursos humanos e, inclusive, para tarefas tão rotineiras como o simples atendimento ao munícipe. Ou seja, incrementaram os recibos verdes e os ‘outsourcings’.-----

----- 5º aspeto a destacar: Na transição dos contratos associados às competências e equipamentos transferidos, o Grupo de Acompanhamento e Monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa considerou que não era ainda possível quantificar com exatidão a taxa de sucesso da transferência da titularidade dos contratos. Mas acabaria por verificar, através da tipologia de contratos resumidos no quadro 9, que alguns, como os de seguros de responsabilidade civil e de acidentes pessoais, os serviços de manutenção e assistência técnica e os de manutenção de espaços verdes estariam ainda com a sua redefinição contratual em suspenso.-----

----- Neste contexto, releva-se um 6º aspeto na transferência de competências de meios e de recursos. No caso do ambiente urbano, diversas Juntas referiram deparar-se com importantes dificuldades associadas ao envelhecimento e às avarias nos equipamentos mecânicos e veículos recebidos, tendo os executivos que rapidamente providenciar resolver estas situações, substituindo-se às naturais obrigações da

Câmara Municipal de Lisboa. Também a gestão e manutenção de espaços verdes e jardins aportaram dificuldades contratuais inesperadas, que de imediato fizeram levantar quer objeções jurídicas quanto a custos elevados ou mesmo dúvidas na sua caducidade, quer devido ao mau estado das estruturas como sistemas de rega ou repuxos, entre outros.-----

----- Daí que subsistam um conjunto ainda relevante de aspetos com necessidade de clarificação, nomeadamente quanto à repartição de responsabilidades, aos fluxos de informação e aos regulamentos conjuntos a adotar entre o Município e as Freguesias.--

----- 7º aspeto: Já quanto à análise da gestão dos equipamentos destaca-se a transferência de mais de 700 equipamentos, para além dos inúmeros elementos de mobiliário urbano. Mas destes, e à exceção dos de ensino básico entretanto inaugurados ou com pequenas reparações, inúmeros são aqueles que requerem obras urgentes de requalificação, como algumas piscinas e bibliotecas.-----

----- Daí que quase metade das Juntas inquiridas tenha dado conta de relevantes problemas de manutenção e sobretudo da necessidade de realização de obras ou investimentos de carácter mais estruturante, denotando ser este o grande constrangimento identificado neste domínio. A realização de obras estruturantes nos equipamentos que delas carecem mostra assim ser a grande preocupação que domina as linhas de ação previstas pelas Juntas, e que incluem situações de desentendimento com a Câmara Municipal de Lisboa quanto às responsabilidades de cada entidade nestas matérias.-----

----- 8º aspeto: Algumas Juntas aprovaram entretanto novas tabelas de preços e novos critérios de descontos ou de isenção, tendo, em alguns casos, aumentado as tarifas de forma considerável, estabelecendo a sua diferenciação entre fregueses e não fregueses, numa lógica de ‘na minha casa, eu quero, posso e mando’, criando, com essa decisão, distorções óbvias de um serviço público de rede que deveria ser equitativo para todos os munícipes.-----

----- 9º aspeto: Os presidentes e executivos das Juntas de Freguesia visitadas foram entrevistados quanto à sua expectativa relativa ao exercício destas competências, tendo-se mantido ou mesmo aumentado a consciência de que se afigura como urgente o adequado reforço dos quadros de pessoal e da correspondente capacitação técnica, formativa e tecnológica para a prossecução das competências transferidas.-----

----- Com efeito, “Os Verdes” já tinham alertado que o 1º relatório trimestral de monitorização sobre o processo da Reforma Administrativa de Lisboa se baseava numa abordagem de carácter sociológico que ostentava uma série de indicadores sobre as áreas de competência e de recursos transitados.-----

----- Neste 2º relatório, em que foi auscultado um novo conjunto de autarquias, mantém-se algumas das preocupações dos executivos das freguesias, quanto “à adequada gestão administrativa e de fiscalização dos contratos de intervenção herdados”. Mantém-se também o sentimento de constrangimento ao nível das insuficiências do material recebido, do seu estado de conservação e funcionamento, voltando a sobressair “a transmissão de equipamentos com necessidades de obras de

carácter estruturante”, cuja responsabilidade deveria ter sido assumida pela Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Assim sendo, o Grupo Municipal de “Os Verdes” interroga se a Câmara Municipal de Lisboa assume os encargos pela reparação desses equipamentos ou se a despesa terá de sair dos orçamentos das Juntas. -----

----- Já no anterior relatório questionámos se uma Freguesia poderia vir a aprovar uma tabela de taxas distintas. Na altura, ficámos sem resposta, mas hoje verifica-se a existência da aprovação de taxas diferenciadas para a utilização de serviços públicos pela cidade. -----

----- Também quanto aos recursos humanos transferidos, as dúvidas e os receios parecem ter vindo à tona, tanto com os funcionários, como com os seus órgãos representativos a aparentemente nunca terem chegado a serem ouvidos pelo Grupo de Acompanhamento e de Monitorização. -----

----- Gostaríamos também de perceber para que serviram afinal estes Relatórios, se entre o 1º e o 2º a Câmara Municipal de Lisboa não corrige as deficiências neles apontada, pois, se puxa o lençol para melhor cobrir o pescoço das Juntas, logo destapa os pés dos serviços municipais. -----

----- Em suma, este 2º relatório, embora menos superficial que o 1º, e continuando a assumir uma posição laudatória e pouco menos que panegírica, não deixa de desencobrir o véu das fragilidades sentidas deste processo. Trata-se de uma reforma que vai sendo feita com uma pitada de ‘depois logo se vê’ e muita navegação à vista. Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Senhora Presidente, isto tem a ver com a condução dos trabalhos em relação à votação sobre o Relatório apresentado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra prestou o seguinte esclarecimento: -----

----- “Senhor Deputado Municipal desculpe, mas isso pode fazer a seguir. Vamos acabar as intervenções e depois antes da votação eu dou-lhe a palavra para a interpelação.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Santos (PCP)** no uso da palavra fez o seguinte reparo: -----

----- “Mas podia ficar já, que é para sabermos o que é que estamos a discutir e o que estamos a votar.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra aquiesceu: -----

----- “Bom, então diga lá.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Só quero chamar a atenção da Senhora Presidente que a parte final da proposta 643 da Câmara Municipal que diz claramente “que aprovou este Relatório e decidiu colocá-lo à apreciação da assembleia Municipal o 2º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa nos termos da proposta.”, portanto, o que nós achamos é que este Relatório também está em votação assim como está em votação

não o conteúdo do Parecer mas a parte deliberativa ou de propositura dos pareceres feitos pelas Comissões, por isso era só este ponto de ordem que queríamos fazer.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu:-----

----- “Eu agradeço o ponto de ordem, mas está incorreta a referência que está feita na proposta da Câmara de que a Assembleia Municipal deliberou aprovar a proposta 278, porque ela não foi aprovada pela Assembleia Municipal, ela foi apreciada pela Assembleia Municipal e o que foi aprovado foram as conclusões do Parecer. Eu tenho isso aqui, tenho aqui a Ata em Minuta e tenho a Ata por extenso, portanto, esteve agora mesmo a conferir, a proposta 278 foi apreciada pela assembleia Municipal mas não foi aprovada, não foi posta à votação sequer e, portanto, eu queria o mesmo procedimento... -----

----- Peço desculpa, não percebi! Eu sei que está a falar da proposta 643, mas a proposta 643 no seu ponto deliberativo diz : “Tenho a honra de propor, ao abri e tal e tal e tal que a Câmara Municipal de Lisboa delibere aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal”, é aprovar submeter, não é aprovar o Relatório, é aprovar submeter o Relatório, foi assim que eu li em português! -----

----- Aprovar submeter é uma coisa, se fosse aprovar e submeter era outra, mas não está cá o “e”, portanto, aprovar submeter à apreciação da Assembleia o 2º. Relatório, assim o foi! Aprovou-se submeter e ele foi submetido! É a minha interpretação, mas ainda vamos ouvir os dois Senhores Deputados Municipais que faltam e se houver alguém que faça melhor luz sobre isto agradeço!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez o seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais. -----

----- Estamos aqui hoje para apreciar a proposta 643, que submete á apreciação desta Assembleia Municipal o 2º. Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa e com efeito a análise deste segundo Relatório permite-nos ter uma leitura do estado deste processo em curso de reforma administrativa da cidade, sendo que, como já tivemos oportunidade de o dizer aqui, os Deputados Municipais Independentes concordam com um processo de descentralização que torne as Freguesias mais fortes e o governo da cidade mais próximo o participado. -----

----- Porém esta é uma matéria apesar de ter o nosso apoio nos preocupa pois a forma como tem vindo a ser conduzida em alguns dos seus aspetos continua a causar-nos algumas dúvidas, particularmente este 2º. Relatório de Monitorização espelha algumas das nossas preocupações, dá resposta a outras e deixa ainda muitas questões para responder. -----

----- Saudamos assim antes do mais o envio deste 2º. Relatório trimestral, ainda que este tenha chegado com um considerável atraso, pois o mesmo devia ter sido entregue a esta Assembleia no passado dia 10 de setembro, ou seja, seis meses depois da assinatura dos autos de transferência e apenas aqui o estamos a discutir, mais de dois meses depois dessa data, o que é preocupante. -----

----- Sabemos que esse facto se deve à decisão da Câmara de fazer coincidir o período de análise do 2º. Relatório com o encerramento da efetivação da segunda fase de transição dos recursos humanos para as Juntas de Freguesia, o que ocorreu a 15 de setembro, porém não podemos deixar de referir que o Relatório devia ter sido entregue na data combinada pois é também essencial ao seu bom acompanhamento a manutenção da periodicidade e regularidade da entrega destes Relatórios à Assembleia Municipal.-----

----- Mas este facto à parte, este é um Relatório muito melhor conseguido que o anterior da leitura do qual conseguimos tirar um retrato mais claro do processo em curso, ainda que não nos anule um conjunto alargado de preocupações que iremos também descrever de seguida. -----

----- Registamos, como primeiro ponto positivo o facto de finalmente o Relatório ter uma ficha técnica e sabermos hoje quem constitui o grupo de acompanhamento e monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa, coordenada pelo Professor João Seixas. -----

----- Por outro lado, contra as metodologias desenvolvidas no Relatório em causa e não menosprezando a importância da componente qualitativa lamenta-se que o grupo de acompanhamento continue a ignorar as Recomendações da 5ª. Comissão Permanente e desta Assembleia Municipal não usando como base a sua análise de quaisquer painéis de indicadores quantitativos, sendo a razão com a qual se justificam o facto de existir uma escassez de dados quantificáveis na Câmara Municipal, desejando-se que nas próximas monitorizações se aprofunde a introdução de indicadores quantitativos que permitam avaliar com precisão a implementação da Reforma Administrativa em curso.-----

----- Registamos apesar de tudo uma maior objetividade e consistência no relato deste segundo trimestre, referindo-nos o Relatório em questão que até ao momento foram ouvidas e visitadas 14 Juntas de Freguesia no universo de 24, o que se espera que seja ampliado para a totalidade das Juntas de Freguesia existentes no próximo Relatório trimestral, que já agora porém vemos com muita dificuldade que seja entregue a tempo, dado que devia acontecer nove meses depois da assinatura dos autos de transferência, ou seja, a 10 de dezembro deste ano, o que tal não vai certamente acontecer. -----

----- O Relatório engloba ainda adicionalmente a auscultação de quatro Direções Municipais, que segundo a equipa são as mais diretamente envolvidas no processo da Reforma Administrativa, assim como prevê a realização de *focus group* a painéis de trabalhadores de Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia. -----

----- Registamos também como positiva a inclusão da experiência da participação municipal no processo, o que constitui obviamente mais um fator de avaliação da maior importância, porém continuamos a não ver envolvidos particularmente os *stakeholders* de maior importância em todo este processo que são os munícipes de Lisboa, referindo o Relatório que não está prevista para já nenhum inquérito de base alargada a toda a cidade o que constitui a nosso ver uma falha, sendo que para os Deputados Municipais Independentes é um facto impensável não envolver os

cidadãos desde o primeiro momento na monitorização de um processo que foi pensado para melhor os servir, sendo por isso esses quem poderá avaliar o impacto desta reforma na cidade de Lisboa.-----

----- No que à transferência de competências e à transição de recursos diz respeito verifica-se que a reavaliação das receitas e custos associados às competências transferidas já acordado entre a Câmara e as 24 Juntas de Freguesia desde o início do processo não se encontra ainda totalmente clarificada pois como referidos já mais do que uma vez neste plenário, assim como em sede da 5ª. Comissão, apesar de recomendado por esta Assembleia e requerido pelos Deputados Municipais Independentes continuamos a não ter acesso às fórmulas de cálculo utilizadas pela Câmara para a alocação de recursos financeiros e aos anexos j), k), l) dos autos de transferência referentes aos recursos humanos, contratos e valores financeiros associados.-----

----- Relembramos que vem citado neste Relatório que entre maio e setembro de 2014 ainda não tinham decorrido quaisquer alterações aos mecanismos previstos nos autos, sobre esta matéria adianta-se que estava previsto para o mês de outubro a definição de acertos em função das verbas transferida.-----

----- Da nossa parte não possuímos mais nenhuma informação sobre este assunto, apesar de termos tido conhecimento através da proposta 560 respeitante ao complemento financeiro da Reforma Administrativa que foi referida nesta Assembleia Municipal alguns dos montantes a atribuir a uma parte das Juntas de Freguesia.-----

----- Por isso ao olharmos para esta informação que nos dá a Câmara lá estamos nós novamente confrontados com o mesmo problema que já tivemos ocasião de levantar por diversas vezes e voltaremos a levantar até que a questão nos seja respondida, que é o facto de continuarmos a desconhecer a fórmula de cálculo dos recursos financeiros que transitaram para as Juntas quando dos autos de efetivação assinados a 10 de março entre a Câmara e as 24 Juntas de Freguesia.-----

----- Se o problema da Câmara é que a divulgação destes dados prejudique as negociações de alteração aos mecanismos previstos nos autos de narrativa de efetivação de transferências, nomeadamente no referente aos equilíbrios e acertos financeiros de desenvolver, que não tenha esse problema pois todos temos a noção que estes são valores provisórios e datados à época em que foram assinados.-----

----- Já a não divulgação dos dados consideramos inaceitável pois é uma informação que tem obrigação de ser pública, assim não se torna possível aferir nem dos montantes transferidos inicialmente, ainda menos dos que se agora propõem ou irão propor.-----

----- Como referi no início desta Sessão à Senhora Presidente da Assembleia dirigi um ofício à Câmara a pedir que estas informações já solicitadas e as questões em falta colocadas por esta Assembleia fossem respondidas na intervenção do Senhor Vice-Presidente, o que até agora não aconteceu, esperamos portanto que tal aconteça até ao final desta Sessão.-----

----- Assim consideramos que a não resposta a estas questões e o não envio da informação em falta seria depois do reforço da Senhora Presidente um desrespeito por esta Assembleia. -----

----- Nós, Deputados Municipais Independentes aguardamos há tempo de mais a resposta a esta matéria pelo que se a Câmara não responder à mesma durante a sessão de hoje iremos amanhã escrever uma carta a todos os Presidentes de Junta de Freguesia de Lisboa a pedir que nos enviem os anexos j), k) e l) dos respetivos autos de transferência que assinaram, que tenho a certeza que não se importarão de o fazer e sem os quais não teremos a possibilidade de continuar a monitorizar esta matéria tal como é obrigação de tos nesta Assembleia Municipal.-----

----- Em conclusão saudamos o carácter mais substantivo deste Relatório que nos permite uma leitura mais aprofundada e objetiva do momento que estamos a viver, mas estamos igualmente convictos que a sua eficaz conclusão acontecerá suportada numa estabilização consequente, as transferências de competências transitadas para as Juntas, o que só será possível num contexto em que todos os órgãos municipais envolvidos consolidem um processo de informação entre as partes que viabilize uma participação e a monitorização do processo da Reforma Administrativa onde todos participem no quadro das competências específicas que lhe estão atribuídas. Disse.” ---

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** no uso da palavra fez o seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Bom, antes do mais eu gostaria de referir que de facto “Roma e Pavia não se fizeram num dia”, a Reforma Administrativa dada a dimensão que teve está a ser de facto um inegável sucesso e o Relatório que aqui tivermos também é este Relatório a que se aplica esta máxima, de facto isto não é um Relatório político, é um Relatório que tem algum cariz científico, vide a sua ficha técnica, vamos no 2º. Relatório e vai haver um terceiro e um quarto e isto é de facto um *working progress*. É um Relatório com pormenor, com qualidade, com alguma especificidade e que portanto numa primeira fase, num primeiro Relatório tivemos uma análise a 5 Juntas e agora tivemos a mais 9 Juntas e no próximo teremos com certeza ainda a mais Juntas aumentando assim a amostra do próprio Relatório. -----

----- Há pouco a Senhora Deputada Ana Páscoa dizia que havia aqui assim de facto muitos elogios a este Relatório, mas Senhora Deputada Municipal, nós não podemos dizer que há muitos elogios quando se pretende fazer inquéritos às Juntas e são as próprias Juntas que lhe fazem esses elogios. Eu refiro que nos próprios inquéritos 8 Presidentes de Junta consideram que a implementação da Reforma está a correr de uma forma positivo ou muito positiva, três dizem que é um sucesso histórico excedendo as expectativas, bom, mas há duas que dizem que há ainda alguns problemas a resolver e uma, imagine-se, diz que decorre, que ainda há algumas coisas que estão a decorrer de forma insuficiente, eu imagino quem terá sido o Senhor Presidente de Junta que respondeu nestes termos! Cumprimento-o também, devolvo-lhe o sorriso!-----

----- De facto só para concluir tinha aqui uma questão relevante e que foi aqui tratada que tem a ver com as taxas distintas que estão a ser aplicadas na área dos equipamentos desportivos. Bom, também é com inegável sucesso que as Juntas de Freguesia sempre aplicaram taxas e preços distintos nos seus serviços que prestam à população e, portanto, tenho algumas dúvidas que os preços tenham aumentado, que por decisão das Juntas os preços tenham aumentado aos seus próprios munícipes. -----

----- Concluindo, esta Reforma de facto está a ser implementada com inegável sucesso nas áreas, havendo obviamente ainda áreas a trabalhar nesse sentido e Senhora Presidente, só porque há pouco ainda na apresentação do Relatório me esqueci de primeiro agradecer os elogios que aqui foram feitos, mas de referir que o Relatório, o Parecer da 5.^a e da 1.^a. Comissões, foi feito em conjunto por mim e pelo Senhor Deputado Magalhães Pereira, que há pouco esqueci aqui de referir e agradecer um pouco os elogios que nos fizeram, dado o curto espaço de tempo que tivemos de facto para o fazer, tivemos de facto o fim de semana inteiro a trabalhar e ainda ontem durante o dia a trabalhar intensamente, portanto, peço desculpa em meu nome por não termos conseguido fazê-lo mais cedo, demos o nosso melhor, eu e o Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira demos o nosso melhor para produzir este Relatório e que só ontem às 7 horas de tarde conseguimos fazer a distribuição e, portanto, pedimos também um bocadinho a compreensão dos Senhores Deputados Municipais por este trabalho que todos nós em todas as Comissões, todos nós sem exceção, em todas as Comissões, temos tido porque de facto esta Câmara e esta Assembleia Municipal têm trabalhado muito intensamente em prol da cidade de Lisboa. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez o seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada Municipal. -----

----- Não tenho mais Senhores Deputados Municipais inscritos. O Senhor Vice-Presidente pediu a palavra, eu chamo a atenção que a Câmara tem dois minutos e vinte e três e o Senhor Vice-Presidente tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente Fernando Medina, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez o seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Eu há pouco na minha intervenção optei por fazer uma avaliação geral do processo porque não é para mim compreensível que se olhe para um Relatório e não se tente apreciar o que é a realidade que esse Relatório tenta expressar. -----

----- O Relatório tenta ser uma fotografia ou uma impressão sobre a realidade de um processo muito complexo e muito importante que está a acontecer na cidade e creio que é sobre esse global que todos deveremos ter um debate em permanência e em particular neste momento. -----

----- Mas gostava de dar uma resposta muito clara e muito precisa às questões que a Senhora Presidente teve a amabilidade de sintetizar como no fundo questões em aberto na relação entre a Câmara e a Assembleia relativamente à prestação de informação sobre este processo. -----

----- Gostava de dizer o seguinte: relativamente ao ponto 1 e refiro-me sempre à carta que teve a gentileza de enviar à Câmara relativamente ao Manual para o Município. A informação que disponho dos serviços da Câmara é que esse Manual foi apresentado em agosto de 2014, tenho-o aqui à minha frente com um anexo, deve haver algum lapso de comunicação e de fazê-lo chegar de novo relativamente à Assembleia e recolher contributos se ele não estiver de acordo à informação aos municípios. -----

----- Relativamente à questão 3, relativamente à questão dos critérios da transferência de recursos humanos, Senhora Presidente, eu não consigo acrescentar rigorosamente mais nada do que consta na Deliberação 6 desta mesma Assembleia Municipal. A Deliberação 6 da Assembleia Municipal, de 6 de 2014, é que fixou os critérios da transferência dos recursos humanos e fixou-os de duas formas: são transferidos aqueles que estão nos equipamentos que são eles próprios transferidos para cada Junta de Freguesia e em segundo lugar serão transferidos os trabalhadores em funções de suporte ou em funções não territorializáveis que venham a ser definidos por acordo entre a Junta e a Câmara. Dessa conclusão desse processo resultou a lista que todos conhecem, com os números que todos conhecem, que estão aquém dos números inicialmente definidos mas que resultou de um processo, a primeira fase diria eu automática, isto, é, os trabalhadores de cada equipamento, a segunda fase os trabalhadores que as Juntas aceitaram que fossem transferidos. Não tenho mais informação a prestar e gostava que isto ficasse devidamente registado porque na Câmara não existe outra informação ou outro critério para além daqueles que estão presentes na Deliberação.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio: -----

----- “Senhor Vice-Presidente, a Mesa lamenta informar que o seu tempo terminou. Estamos a ver aqui se alguém cede tempo para poder concluir a sua resposta, senão terá que abreviar neste momento a resposta.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Fernando Medina, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra concluiu: -----

----- “Relativamente ao ponto número 5, relativamente ao acordo tripartido, trata-se de lapso da Câmara ou de comunicação, será de imediato transferido e trazido aqui à Assembleia Municipal. -----

----- Relativamente ao ponto 2 e ao ponto 4 eu gostaria de ser claro e que também ficasse registado isto para não perdermos mais tempo com este tema. A fórmula de cálculo relativamente, não há nenhuma fórmula de cálculo para a transferência para as Juntas realizada nos autos do dia 10 de março de 2014, não existe uma fórmula de cálculo, o que existe é um valor determinado pela Lei, ao que se seguiu uma Deliberação desta Assembleia que determinou o que é que eram as competências e os espaços estruturantes, isto é, que limitou e que alterou o perímetro das competências que eram transferidas e o que se passou foi uma avaliação com cada Junta relativamente à adequação dos custos reais transferidos face àquilo que a Lei determinou, foi essa avaliação que foi feita. Não há nenhuma fórmula de cálculo posterior à Lei, posterior à determinação da Lei, foi feita essa avaliação à data, à data de 10 de março, com uma cláusula expressa de reavaliação em momento posterior.

Por isso dizer que não há nenhuma fórmula de cálculo, foi pegado no valor da Lei e foi feita depois da correção do perímetro de ser vista essa adequação. -----

----- Relativamente ao ponto 4, relativamente aos anexos j), k) e l), eu já tive a oportunidade há uns meses atrás, creio eu que na reunião da 1ª. Comissão, da 1ª. ou da 5ª. Comissão, neste momento não tenho preciso, de comunicar com clareza a posição da Câmara relativamente a esta matéria. A Câmara celebrou com cada Junta de Freguesia de forma livre, autónoma, partilhada e acordada com cada Junta de Freguesia os autos de transferência de competências. A Câmara não apresentará autonomamente, sem o consentimento de cada Junta de Freguesia, os anexos de cada auto de competência que foi detalhado. Eu transmiti isto diretamente na reunião da Comissão! Se houver e para uma das Juntas, que cada Junta autorize essa transmissão imediatamente esse anexo contratual será comunicado à Assembleia Municipal, se a Assembleia Municipal tiver entendimento diferente e se os Senhores Deputados Municipais fizerem um pedido a cada uma das Juntas de Freguesia perfeitamente à vontade do lado da Câmara Municipal, é totalmente pacífica a transferência de informação, só não é feita porque explicitiei, como explicitiei na altura e explicitiei agora, que por uma questão simples de respeito contratual com cada uma das 24 Juntas de Freguesia com quem foram celebrados os autos de forma livre, autónoma mas também naturalmente aguardando e creio que cada Junta de Freguesia aguardava que tivéssemos o respeito pelo contrato que estabelecemos com cada uma e gostava que estas declarações e que esta posição ficassem escritas em Ata, não são novas, já foram comunicadas pela Câmara há vários meses e creio que do nosso ponto de vista encerram com clareza alguns dos assuntos pendentes que a Senhora Presidente teve a gentileza de enunciar sobre esta matéria. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra informou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça está-me a pedir a palavra, mas já não tem tempo. Quer pedir um pedido de esclarecimento. Faça o favor. -----

----- A Mesa informa entretanto que o Senhor Vice-Presidente utilizou o tempo cedido pelo PSD e pelo PAN.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Senhora Presidente, eu gostava só de fazer um pedido de esclarecimento porque algumas das matérias que enunciou o Senhor Vice-Presidente também julgamos que não são corretas. -----

----- Não existe o Manual para o Município entregue em agosto, existe um conjunto de indicações para os serviços da Câmara e dos serviços de atendimento da Câmara poderem responder aos munícipes que telefonarem para os balcões da Câmara, é isto que foi, não há nenhum Manual que tenha sido entregue aos munícipes, esse é um documento interno da Câmara e não foi entregue a nenhum munícipe, foi apenas enviado a esta Assembleia Municipal. -----

----- A segunda questão, relativamente aos anexos julgamos que há informação pública que nos deve ser prestada pela Câmara e iremos obviamente enviar esse

pedido às Juntas de Freguesia, mas enviamo-lo não porque achemos que temos que pedir autorização, mas porque a Câmara não nos está a enviar esses documentos, é por isso que faremos esse pedido e gostávamos também que ficasse em Ata. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra acrescentou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. Não foi um pedido de esclarecimento, foi uma tomada de posição, mas enfim, foi um esclarecimento! Antes de falarem não sabemos o que é que os Deputados Municipais vão dizer, portanto, a Mesa não pode adivinhar.-----

----- Senhores Deputados Municipais, chegámos ao fim das intervenções. A Mesa tem aqui na frente a Ata em Minuta e a Deliberação tomada acerca da proposta 278 que tinha a ver com o 1º. Relatório de Monitorização e chamo a atenção da Câmara para que esta proposta 643 tem um erro material na segunda página onde se diz “Em Sessão de 15 de julho de 2014 a Assembleia Municipal deliberou aprovar a proposta, tal e tal”, isto não é verdade! O que aconteceu na Sessão de 15 de julho foi que a Assembleia Municipal apreciou a proposta 278 e deliberou sobre ela uma Deliberação que está publicada no *site* e está publicada no Boletim Municipal e que reúne os contributos dos Pareceres das Comissões, portanto, agradecia que ficasse registado este erro material e que não voltássemos a fazê-lo para não haver confusões. -----

----- Chegados a este ponto agora sim vamos ver como é que vamos votar, portanto, a proposta da Mesa é que à semelhança do que fizemos com a 278 seja posta à votação, neste caso o Parecer das Comissões é conjunto, portanto, sejam postas à votação as conclusões do Parecer das Comissões. -----

----- Para explicitar que naturalmente algumas destas conclusões que ultrapassam o teor de uma Recomendação à Câmara, uma vez que têm naturalmente questões que se prendem por exemplo com questões que se prendem com competências da Assembleia da República, mas caso a Assembleia Municipal aprovar estas conclusões o compromisso da Mesa seria transformar as matérias que não são da competência da Câmara numa Moção que traríamos aqui à próxima Sessão para ser aprovada, se for aprovada, enviada então à Assembleia da República ou aos órgãos competentes.-----

----- O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos pede a palavra para uma interpelação à Mesa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez o seguinte interpelação:-----

----- “É no sentido de reforçar a nossa apreciação de que esta, ao contrário do que fizemos no passando, portanto, agora iremos corrigir, dizer que o Parecer das duas Comissões termina com o último parágrafo, penso que estamos de acordo completamente com ele, ele diz assim: “A apreciação da proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, ao abrigo do disposto do Artigo 75 do Regimento, para a emissão deste Parecer, estando a proposta 643/2014 em condições de ser debatida e votada em Plenário da assembleia Municipal de Lisboa”.-----

----- Acho que é uma interpretação que está assinada pelos Presidentes e pelos Relatores da 5ª. e da 1ª. Comissão, que eu concordo em absoluto.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “Muito bem Senhor Deputado Municipal, o meu problema é que votar esta proposta é completamente inútil na medida em que esta proposta não aprova o Relatório, esta proposta aprova submeter à Assembleia o Relatório, portanto, eu não vou promover uma votação inútil, mas se quiserem contestar o meu entendimento naturalmente eu delego esta Deliberação no Plenário. -----

----- A proposta 643 não aprova nenhum Relatório, a proposta 643 aprova submeter à Assembleia Municipal o Relatório e ele já está submetido! Portanto, se a gente deliberar aqui aprovar a proposta 643 não estamos a aprovar nada, estamos a aprovar uma coisa que já aconteceu! É só isso que eu estou a dizer! A proposta não está redigida de forma a que o seu conteúdo possa ser lido de outra maneira! -----

----- Eu vi muitas vezes propostas na Câmara com relatórios anexos, mas depois as propostas iam buscar aos relatórios as suas conclusões e punham à votação da Câmara as conclusões dos relatórios anexos e isso era votado. Agora se a proposta não toma posição sobre o Relatório nós não podemos inventar isso, portanto, eu mantenho aquilo que a Mesa propõe que é pôr à votação as conclusões e recomendações do Parecer conjunto da 1ª. e da 5ª. Comissão e faço um reparo à Câmara e à própria Comissão, apesar do esforço enorme que fizeram para fazer este Parecer, que é bastante bem fundamentado, para que este último parágrafo seja retificado na medida em que efetivamente a proposta não tem conteúdo útil para ser aprovada em Assembleia e nessa altura o que nós poríamos à votação eram os pontos 1 a 17 e não este último parágrafo, naturalmente. -----

----- Há dúvidas? Não havendo dúvidas a Mesa vai **pôr à votação como Proposta de Deliberação desta Assembleia Municipal os pontos 1 a 17, que constam da parte III do Parecer conjunto da 1ª. e da 5ª. Comissão, sobre este Relatório.** Está claro o que vamos votar? -----

----- Vamos pôr à votação. **Quem vota contra? Votos contra do PCP, do PEV e do Bloco de Esquerda. Quem se abstém? Abstenção do MPT. Votos favoráveis do PS, PSD, CDS/PP, PAN, PNP e 6 IND. Portanto, a Deliberação da Assembleia está aprovada, como aconteceu com a anterior, isto vai surgir na Ata como uma Deliberação, irá para o Boletim Municipal como uma Deliberação e será colocado no site como uma Deliberação da Assembleia sobre o 2º. Relatório de Monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa.** -----

----- Posto isto, terminámos esta fase dos nossos Trabalhos. A mesa vai passar ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos relativo às Perguntas. -----

----- A Senhora Deputada Ana Páscoa quer fazer uma Declaração de Voto em nome do seu Grupo Municipal, do PCP. Faça o favor, tem o microfone.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- O PCP votou contra esta Deliberação porque efetivamente, como é sabido e como resulta da intervenção quer aqui quer em sede de Câmara, estamos realmente contra a matéria que consta desta proposta ou deste Relatório, isto independentemente de que de facto a apreciação ontem na 1ª. e 5ª. Comissão foi de facto prejudicada pelo atraso que houve na entrega do Relatório aos Membros da Comissão, não como eu referi ontem lá, por culpa de facto dos Relatores mas pela falta de tempo para essa discussão. -----

----- Pronto, independentemente disso a nossa posição aqui é de facto contra a matéria que consta desta proposta. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada Municipal, está clarificada a vossa posição, ficará registado em Ata. -----

----- **Ponto 2 da Ordem de Trabalhos – Perguntas à Câmara sobre as matérias relativas às Juntas de Freguesia.** -----

----- A Mesa tem que fazer aqui um apelo, como sabem a grelha de tempos é uma grelha extensa, cada um usará o tempo como entender, mas as perguntas são muitas e o apelo é dirigido aos Senhores Vereadores para serem o mais sucintos possível sob pena de não poderem responder porque naturalmente o tempo da Câmara é igual ao tempo do maior Grupo Municipal, não é igual à soma dos tempos dos Grupos todos e, portanto, a Câmara tem que ser bastante sucinta nas respostas a fim de poder estar à altura daquilo que é pedido nesta fase dos nossos trabalhos. -----

----- Para quem nos está a seguir e a acompanhar este Debate anexo à Ordem de Trabalhos está a lista dos temas que os Grupos Municipais enviaram e, portanto, poderão seguir por aí as intervenções com as perguntas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Braamcamp, Presidente da Junta de Freguesia do Areeiro (PSD)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: --

----- “Boa-tarde à Mesa, boa-tarde ao Executivo da Câmara e aos Senhores Vereadores, aos Colegas Deputados Municipais e ao Estimado Público e Funcionários. -----

----- Senhores Vereadores, eu tenho aqui quatro questões, que eu queria levantar muito rapidamente dado que tempo é curto. -----

----- Primeiro é sobre o programa de repavimentação das ruas, nós desconhecemos se há algum programa ou se esse programa foi transmitido a algumas freguesias ou às freguesias onde está inserido esse programa porque até à data nós temos imensas queixas da população sobre a repavimentação, dos chamados “tapa-buracos” e nós não temos capacidade de resposta nem sabemos o que havemos de dizer desta situação. -----

----- Este programa estava previsto no início do ano, foi-me assim transmitido, mas até à data não o vimos posto em curso, portanto, queria que tomassem isto em atenção e que depois me respondessem. -----

----- Outra matéria que também está aqui em causa é a limpeza dos coletores, os coletores dado o clima meteorológico que se tem vindo a verificar aqui na cidade de Lisboa, penso eu, para além das novas redes de coletores que possam ser previstos

seria bom fazer uma limpeza dos coletores. Eu sei por experiência que se os coletores estiverem limpos o débito de descarga será muito superior.-----

----- Outra situação também, a concessão do espaço público. Eu fui confrontado aqui há três meses ou quatro com a montagem de um quiosque em cima de um lago aqui na Praça de Londres. O Senhor Vereador que tutela estas construções, o Senhor Vereador Sá Fernandes disse-me a mim “É pá desculpe-me, mas os serviços não avisaram”, eu queria saber o que é que está previsto em matéria de concessões, o que está programado em matéria de concessões para a cidade e muito especialmente aqui para a zona do Areeiro quanto ao espaço público, se há concessões que ainda não estão concretizadas mas já estão assinadas com os concessionários e se esse programa das concessões e do espaço público pode ser transmitido às Juntas atempadamente para nós termos conhecimento. -----

----- Por último, é uma pecha desta Reforma Administrativa, que está a correr bem, que é a competência dos licenciamentos, nós continuamos, aliás, a Câmara ou deu instruções ou informou mal os seus serviços de que nós não tínhamos competência para licenciar nada ainda, mas o que é certo é que a Câmara continua a avisar os proprietários, as pessoas que pedem licenças, de que isso é uma competência da Junta e depois cria-se aqui uma confusão no município, porque vai à Junta e pede a licença, nós não damos licença, tem que ir à Câmara novamente. Seria bom que a Câmara agendasse e definisse aqui e hoje era a data ideal, quando é que nós começávamos a ter competências de licenciamentos porque estas situações começam a ser, a extravasar a nossa capacidade de resposta e os municípios cada vez começam a ficar mais confusos com esta Reforma. -----

----- Portanto, eu solicitava à Vereação que afirmasse nesta Sessão de hoje, neste Fórum, qual é a data efetiva porque já era para ter começado em março, depois passou para abril ou maio, depois era para não sei quando e mais não sei quando, enfim, se é para o ano, se é no dia 1 de janeiro de 2015, se é no dia 1 de janeiro de 2016 ou 17 ou 18, eu gostava só de saber isto. Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra informou: -----

----- “Entretanto a Mesa informa que das 11 questões formuladas pelo PSD, o Senhor Deputado Municipal Fernando Braamcamp referiu quatro.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto, Presidente da Junta de Freguesia de Campolide (PS)** no uso da palavra apresentou a seguinte questão: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, serei breve. -----

----- A minha pergunta é dirigida ao Vereador Manuel Salgado e pedia-lhe o ponto da situação da intervenção da Câmara na Rua Eduardo Malta e na encosta de ligação entre a Columbano Bordalo Pinheiro e a José Malhoa. -----

----- Está apalavrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Campolide que sendo esta uma intervenção grande, que a primeira fase da intervenção seria feita pela Câmara Municipal e uma segunda fase pela Junta de Freguesia de Campolide, que foi aliás uma das propostas vencedoras do Orçamento Participativo do ano passado, na medida em que a nossa fase, a segunda, está dependente da primeira para ser realizada vinha-lhe perguntar qual o calendário previsto até porque

aqui em algures em 2013, por volta do mês de agosto foi divulgado à população que a primeira fase já estaria adjudicada, aguardaria apenas as DFD da Câmara e, portanto, gerou-se uma expectativa que até hoje ainda não se cumpriu. -----

----- Dizer-lhe também que esta situação é especialmente delicada por um lado por esta ansiedade que se criou nos moradores fruto desta divulgação que foi feita, por outro lado pela questão do turismo estas duas Avenidas têm múltiplos hotéis, recebem muitos turistas que acabam por andar por aquela zona, por andar pela Praça de Espanha e por utilizar todo aquele interface de comunicação e portanto esta acaba por ser também por esse motivo uma questão urgente na medida em que o turismo tem sido uma grande, e bem, uma grande aposta da nossa cidade. Portanto, pedia ao Senhor Vereador informação quanto a este processo. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Freire de Andrade (CDS-PP)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Senhores e Senhoras Deputadas Municipais, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Municípes. -----

----- O CDS intervém uma vez mais nesta Assembleia colocando questões que julga pertinentes para a vida dos nossos munícipes lisboetas. -----

----- Começo por questionar o Senhor Vereador Manuel Salgado, Jorge Máximo e Carlos Castro sobre as obras da Calçada da Ajuda. A intervenção no terreno começou em julho deste ano tendo a SRU Ocidental informado que a duração da obra é de cerca de 18 meses, no entanto tinha sido prometido aos moradores e comerciantes que a obra seria dividida em três troços e que o troço que tem mais comércio só seria intervencionado após o Natal. Acontece que ao contrário do prometido a obra avançou na totalidade quase um quilómetro provocando situações anómalas e prejudiciais para o comércio e para os moradores. -----

----- Não foram acautelados locais de descarga cargas e descargas e ainda mais grave, Senhor Vereador Carlos Castro, também não foi acautelado o acesso de serviços de emergência, os passeios ficaram reduzidos ao mínimo e ladeados de uma rede que não permite a circulação de um peão como chapéu-de-chuva aberto. O comércio restringe-se aos moradores da rua e regista quebras na ordem dos 50%, pelo que muitos estabelecimentos correm o risco de encerrar.-----

----- A quem devemos imputar a quebra da promessa efetuada à população local e também este plano que ignora as pessoas e a economia local? -----

----- Tinha aqui também uma pergunta para o Senhor Presidente António Costa, mas não estando penso que o Senhor Vice-Presidente poderá responder. A EMEL acaba de estender os seus serviços à área circundante do Mercado de Arroios. -----

----- Consta que também vai intervir na zona da antiga Freguesia dos Anjos, uma zona essencialmente residencial e com problemas de estacionamento. Qual é o plano de intervenção da EMEL e que zonas pretende cobrir na Freguesia de Arroios?-----

----- Ainda na Freguesia de Arroios os Hospitais do Desterro e Arroios continuam ao abandono, dando uma imagem de incúria e desperdício de recursos. Notícias dão

conta de que uma possível solução para o Desterro, mas reina o silêncio em relação ao Hospital de Arroios. -----

----- Senhor Vereador Manuel Salgado, sabemos que estamos perante casos distintos mas a Câmara Municipal de Lisboa está em condições de prestar informação sobre o ponto de situação para ambos os equipamentos?-----

----- Para o Senhor Vereador Jorge Máximo, as recentes e várias inundações agravaram o estado lastimoso em que já se encontrava o piso da Rua de São José, está prevista alguma informação com caráter de urgência na repavimentação da referida artéria?-----

----- Em nossa opinião a limpeza e higiene da cidade continuam a deixar a desejar, nem vou abordar locais recônditos ou periféricos, Senhor Vereador Duarte Cordeiro, o pavimento da Praça da Figueira mantém-se sempre sujo! Para quando uma limpeza profunda desta praça que é também uma das salas de visita da nossa cidade? -----

----- No início deste mês assistimos às queixas do Presidente da União Desportiva da Alta de Lisboa, fundamentadas no incumprimento de uma promessa da Autarquia, promessa que data de 2005 e que consiste na renovação do Campo do Chão do Loureiro, caso o Charneca se fundisse com o Sporting da Torre, o que veio efetivamente a acontecer. A renovação não aconteceu e o campo está ao abandono fruto da fusão nasceu a União Desportiva da Alta de Lisboa que tem neste momento 200 jovens praticantes a treinar no campo nº. 2 do Complexo Desportivo da Alta do Lumiar que pertence à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Sobre este campo cito o Presidente da União Jorge Malacho que diz o seguinte: “Os candeeiros dos acessos não funcionam, só um dos projetores em cada torre de iluminação funciona, não se vê nada, a vedação está destruída e as bolas vão parar à estrada, os bancos suplentes não têm coberturas e as balizas estão degradadas.”. Perante estas afirmações gostaria de conhecer a opinião do Senhor Vereador Jorge Máximo sobre este assunto. -----

----- Para finalizar coloco duas questões ao Senhor Vice-Presidente Fernando Medina sobre as transferências de recursos humanos para as Juntas no âmbito da Descentralização dos Serviços Municipais. -----

----- Primeira, constatamos que os efetivos adstritos aos Serviços de Higiene Urbana continuam a ser inferiores face às necessidades reais. Está previsto um reforço dos efetivos? Com que calendarização? -----

----- Por último, há inúmeras Juntas que ainda não possuem recursos humanos que lhes permitam assumir competências em matérias de licenciamento. Quando pensa a Câmara Municipal de Lisboa ter solução para este problema? Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra apresentou a seguinte questão:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- No âmbito das questões ao Executivo sobre as Juntas de Freguesia o BE gostaria de colocar aqui a questão à Câmara Municipal sobre segurança nos estabelecimentos de ensino do 1ª. Ciclo, nomeadamente sobre os planos de evacuação. -----

----- Considerando que estes estabelecimentos são da responsabilidades das Autarquias e que a existência de um plano de evacuação é obrigatório, é verdade que as escolas do 1º. Ciclo, na cidade de Lisboa neste momento não têm um plano de evacuação e de emergência atualizado? Mesmo sobre transferência de competências, como está a Câmara a garantir de facto que as escolas estão em bom estado de segurança, adequadas às crianças e funcionários? -----

----- Que tipo de articulação tem sido feito com as Juntas para garantir que os planos de evacuação estejam implementados? Estas questões acabam por ser pertinentes relativamente à segurança nas escolas porque mesmo no âmbito de um processo de transferência de competências e visto que alguns destes estabelecimentos passarão também para a competência das Juntas de que forma é que está a ser vista a salvaguarda da segurança destes estabelecimentos? -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra informou: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada Municipal. -----

----- A Mesa informa entretanto que cada um dos Grupos Municipais apresentaram perguntas, portanto, as intervenções serão de sete Grupos Municipais.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Muito boa-tarde Senhora Presidente, boa-tarde Senhores Deputados Municipais, boa-tarde Senhores Vereadores. -----

----- O PCP traz a esta Assembleia perguntas concretas e na formulação já definitiva ou quase definitiva para o objetivo de encontrar respostas e naturalmente limitar o grau de liberdade de não responder aos Membros Executivo do Município. -----

----- As perguntas que eu trago são três essencialmente ligadas primeiro ao Parque das Nações, sobre a iluminação pública, a zona nascente da Freguesia e a área envolvente da Gare do Oriente têm vindo a ficar privados de iluminação pública durante muito tempo, causando naturais problemas de segurança e outros. Pergunta: qual a origem do problema e para quando a sua resolução? -----

----- Obras nos parques infantis do Passeio de Neptuno e na Quinta das Laranjeiras que estão bastante degradados? No auto de transferência de competências a passagem da gestão destes equipamentos para a Junta de Freguesia ficou dependente da sua reabilitação por parte da Câmara Municipal de Lisboa. Pergunta: qual a data prevista para esta reabilitação? -----

----- Quanto à Freguesia dos Olivais a obra suspensa no lote 31 da Rua de Bolama a pergunta é: obra suspensa há meses, com licença a terminar em 2015, pergunta-se o que se prevê construir neste lote e porque está suspensa a obra? Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhores Vereadores e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Nesta sessão de perguntas sobre freguesias “Os Verdes” gostariam de começar por colocar uma questão relacionada com as condições de habitabilidade no Bairro da Cruz Vermelha, na freguesia do Lumiar. Há cerca de um mês, tivemos oportunidade

de, juntamente com representantes da Associação de Moradores, fazer uma visita a este bairro e contactar com os moradores. -----

----- Deparámos-nos com um conjunto de problemas como vigas a desfazerem-se, ficando o ferro à mostra, falta de vidros, portas que não fecham, intercomunicadores que não funcionam, e infiltrações e humidade dentro das casas, o que traz graves problemas de saúde, entre outros. Podemos, por exemplo, relatar a situação de crianças com asma e outros problemas respiratórios que dormem num quarto sob um teto completamente escurecido e com um cheiro insuportável a humidade, ou de um rapaz deficiente que não sai de casa e que vive, 24 horas por dia, nestas condições, agravando os seus problemas de dia para dia. -----

----- Podemos dizer que este bairro está esquecido, como os Senhores Deputados Municipais e Senhores Vereadores tiveram oportunidade de testemunhar através das fotografias que foram distribuídas, pelo que “Os Verdes” gostariam que a Câmara esclarecesse: - quando prevê iniciar a requalificação deste bairro, uma vez que os moradores não podem esperar mais nem continuar a viver sem condições?-----

----- Sobre o Bairro do Tarujo, na freguesia de Campolide, e também no seguimento de uma visita que lá fizemos, deparámos-nos com um conjunto de problemas relacionados com a falta de condições de habitabilidade e com a necessidade urgente de requalificação, devido ao estado de abandono e degradação.-----

----- As questões que colocamos são: - que soluções estão previstas para resolver os problemas deste bairro? E para quando? -----

----- Outra questão que temos, e também no seguimento de uma visita e contacto com os trabalhadores, é sobre o jardim do Campo Grande, na freguesia de Alvalade. Após a requalificação da zona norte, seguir-se-ia, segundo a Câmara, a reabilitação da metade sul do Jardim. Neste momento, e passado pouco tempo da intervenção na parte norte, já são visíveis alguns sinais de degradação nos pavimentos. Também os jardineiros municipais estão instalados em contentores cedidos pela autarquia, situação provisória que se prolonga há mais de 6 anos.-----

----- Assim, “Os Verdes” perguntam: - Para quando prevê a autarquia o início e a conclusão das obras de reabilitação da zona sul deste Jardim? Para quando prevê a conclusão e abertura ao público da Piscina do Campo Grande? E para quando prevê a conclusão das obras e entrega ao município das instalações municipais do pessoal no Jardim do Campo Grande? Ou, se as obras já estão concluídas, porque continuam os trabalhadores instalados em contentores? E se não estão, qual a razão?-----

----- Outra questão que gostaríamos de colocar é sobre a subestação elétrica no Alto de São João. Em 2013, a Câmara apresentou uma proposta que visava a constituição do direito de superfície de uma parcela de terreno municipal com 8200 m², permitindo à REN a implantação de uma subestação de alta ou muito alta tensão elétrica no Alto de São João, na freguesia da Penha de França. Essa proposta não chegou a ser aprovada por esta Assembleia e há agora uma nova versão que aqui será discutida em breve. A localização para esta subestação é muito próxima de áreas residenciais, de equipamentos escolares e desportivos, havendo muitas dúvidas sobre os impactos na saúde dos moradores, pelo que gostaríamos de saber se:- O terreno em

questão estava ou não destinado no Plano de Urbanização do Vale de Chelas a equipamentos e não a infraestruturas? - Como pode o estudo de impacto ambiental para esta subestação garantir baixos níveis de exposição radio elétrica e o controlo do ruído, quando sobre estes aspetos existem frequentes queixas dos moradores para com a subestação da EDP da Rua André de Gouveia, junto à Calçada de Carriche? Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Morgado, Presidente da Junta de Freguesia de santo António (PSD)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões:-----

----- “Muito boa-tarde Senhora Presidente, Executivo. -----

----- Eu venho aqui lembrar a necessidade de informação quando existem obras de grande porte nas Freguesias e em especial ali ao Vereador Jorge Máximo, gostaria de saber o que se está a passar na Rua Luciano Cordeiro, visto que não há informações, a única informação que temos é de quem está a fazer a obra, que é a CME.-----

----- É um buraco aberto que vai da Rua de Santa Marta até ao Hospital dos Capuchos, um buraco único, é uma única obra toda feita ao mesmo tempo. Ficámos sem estacionamento na zona, as pessoas são obrigadas a estacionar fora da zona regradada pela EMEL, o que muitas das vezes traz multas a quem estaciona sem o dístico, como óbvio. -----

----- Deixo aqui também a questão do plano de intervenção, que já temos falado várias vezes, nos coletores da zona que quase todas as semanas ultimamente, pelo tempo, é fustigada com as cheias e com a falta de drenagem dos solos da Rua de Santa Marta e Rua de São José. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu:-----

----- “O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos em princípio poderia inscrever-se, não estávamos à espera da sua inscrição, portanto, se quiser usar da palavra pode usar agora porque é o final da primeira ronda. -----

----- Há aqui uma dúvida que me está a ser colocada e que eu gostava de esclarecer com a Bancada da Câmara, está a terminar a primeira ronda, já falou um Senhor Deputado Municipal do PSD já da segunda ronda, portanto, houve aqui uma precipitação da Mesa, mas vai ser corrigida. -----

----- A pergunta é esta: se a Câmara Municipal quer responder agora no final da primeira ronda ou como é que querem fazer para saber como é que gerimos aqui assim na Mesa as inscrições.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Fernando Medina, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra respondeu: -----

----- “Senhora Presidente, a Câmara responde depois no fim, dada a escassez de tempo, de forma a otimizar a resposta responderia no fim aos Senhores Deputados Municipais.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “Então eu pedia que tomassem a devida nota das perguntas que estão a ser feitas segundo o guião que vos foi transmitido, para não falharem as respostas.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Muito boa-tarde Senhora Presidente. -----

----- Antes do mais eu gostava de referir que embora aqui não venha referido estas perguntas foram dirigidas ao Senhor Presidente da Câmara no documento que nós enviámos. -----

----- Quanto às Freguesias a que dizem respeito o próprio teor torna bem explícito quais as Freguesias.-----

----- Sendo assim a primeira pergunta é a seguinte: no âmbito do Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes, o PEARS da AML, o PAN vem por este meio questionar qual o ponto de situação em cada Junta de Freguesia quanto às seguintes matérias. Pergunta: se estão definidos os responsáveis coordenadores em cada Junta em caso de catástrofe? -----

----- b) Se estão definidos os pontos de concentração deferidos e população ilesa, conforme previsto no ponto 3.1.3 do PEARS? -----

----- c) Onde se localizam? -----

----- d) Se tais locais contém armazenados medicamentos e alimentos e outros bens fundamentais para o caso de catástrofe?-----

----- e) Os locais têm comprovadamente resistência sísmica?-----

----- f) Quem é que sabe a existência desses locais, quando eles existem, designadamente entre a população?-----

----- Segunda pergunta: Na grande maioria do Bairro de Campo de Ourique, principalmente nas zonas comerciais concentradas em torno do Jardim da Parada e do Mercado de Campo de Ourique há enormes problemas de mobilidade pedonal, sobretudo para os denominados utilizadores vulneráveis. Um passeio em Campo de Ourique equivale a uma prova de obstáculos, quando se tenta caminhar em Campo de Ourique somos confrontados com o estacionamento anárquico, designadamente nas passadeiras e curvas, estacionamento em cima do passeio, estacionamento de segunda fila, nas paragens de autocarros, nos locais para cargas e descargas e mesmo em frente às garagens dos moradores. O PAN gostaria de saber, gostaria que nos fosse informado quanto ao seguinte: Pergunta quais as medidas que foram tomadas no sentido de pôr cobro a esta situação, nomeadamente através da colocação de elementos impeditivos de mau estacionamento, exemplo pilaretes.-----

----- Segunda pergunta: Quais as diligências que foram efetuadas junto das entidades fiscalizadoras, nomeadamente PSP e Polícia Municipal, dado que não é usual ver qualquer destas forças policiais a atuar neste território no que concerne à matéria aqui referida. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Saldanha (PS)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente. Boa-tarde aos Senhores Vereadores, aos Senhores Deputados Municipais.-----

----- Duas perguntas para a Câmara: a primeira prende-se com saber o seguinte: na Rua Maria Lalande com a Rua Amélia Rey Colaço está uma antiga fábrica de tinta

desativada cuja cobertura tem amianto. Em julho, através da comunicação social, soube-se que pertenciam ao BCP aquele terreno e que iriam proceder muito em breve à sua demolição. Até ao momento não ocorreu qualquer demolição nem ocorreu nada naquela zona. -----

----- Estando o edifício ocupado por sem-abrigo e toxicodependentes, criando problemas de insalubridade e insegurança no local e até de saúde pública. O que se pretende saber é qual o ponto de situação quanto a esta situação já relatada na comunicação social e que a Câmara também tem conhecimento e quando é que também podemos todos nós esperar que este problema esteja resolvido, pelo menos era essa a questão que queríamos colocar quanto à questão do amianto. -----

----- Segunda questão, na Rua Vila de São Martinho, no Calhariz Velho de Benfica, nas hortas junto à linha de caminho-de-ferro encontra-se um ribeiro que continua a céu aberto e que representa grande perigo, grande perigo para a saúde pública e para a segurança de pessoas porque de facto no verão há um conjunto, face ao calor e face ao facto de estar a céu aberto e haver ali hortas, há muitos mosquitos, criação ali de potenciais doenças e como tal também potenciais para a saúde pública e por outro lado ni inverno, com cheias, com as chuvas que aumentam sempre, um dia uma criança qualquer pode desaparecer ali e só vai parar ao Tejo.-----

----- O que se pergunta aqui é quando também poderemos ter este problema resolvido e quando é que a Câmara Municipal de Lisboa poderá intervir para resolver este assunto em definitivo porque de facto quem conhece aquilo e aquela zona e todos os cidadãos daquela zona continuam a reclamar, estão fartos de pedir ajuda para a resolução daquele problema, ainda não encontraram resposta e daí esta questão que eu gostaria também de ver esclarecida. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra apresentou a seguinte questão:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Boa-tarde Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Gostaríamos de colocar à Câmara uma questão relacionada com o tema da mobilidade e com o Programa Porta-a-Porta, sabemos e vimos no Relatório de Monitorização que foram transferidas para as Juntas de Freguesia 24 viaturas no âmbito das que faziam este programa, sabemos que alguns dos percursos foram alterados, temos notícia que alguns terão sido cancelados, outros foram inaugurados e criados novos percursos, portanto, há uma alteração deste ponto de vista. Gostaríamos de saber se há uma articulação e uma programação com as Juntas de Freguesia sobre este programa porque conhecendo a rede e a malha dos transportes públicos em Lisboa, sobretudo dos mais significativos, do Metro e da CARRIS, é verdade que o sistema Porta-a-Porta consegue chegar a sítios onde os outros não conseguem e consegue sobretudo fazer o transporte de utilizadores que recorrem a este método de transporte, atendendo às suas condições de mobilidade mais condicionada e, portanto, sabendo que não tínhamos colocado esta questão na lista de perguntas e atendendo às limitações que isso possa causar ao Executivo, se não tiver a disponibilidade dessa informação podemos aguardar uma resposta por escrito. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Boa-tarde Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Trabalhadores e Trabalhadoras desta casa.-----

----- As três questões que aqui trago referem-se às Freguesias do Areeiro, Arroios e Avenidas Novas. -----

----- No que concerne à Freguesia do Areeiro, na área residencial que integra as Ruas João Villaret, Augusto Gil, David Sousa, Capitão Ramires e ainda as Avenidas Sacadura Cabral e Óscar Monteiro Torres têm ocorrido regularmente atropelamentos de peões devido ao excesso de velocidade de alguns veículos. A pergunta que se coloca é a seguinte: que medidas pretende a Câmara Municipal de Lisboa tomar para evitar os acidentes na travessia dos peões nas passeiras em segurança?-----

----- No que concerne à Freguesia de Arroios e concretamente no Largo do Leão foram arrancadas árvores a pretexto de que estavam doentes, apesar de terem florido, diz-se que a Câmara terá um projeto para aquela zona, que projeto e para quando, é a pergunta. -----

----- Relativamente ao Casal de Santa Luzia, Rua da Escola de Medicina Veterinária, propriedade da Braga Parques, há um terreno que se encontra desocupado, que confina com os campos de andebol do Liceu Camões, sem utilização atual por questões de segurança e levanta também problemas de salubridade. Que medidas tomou a Câmara de Lisboa junto à Braça Parques para que proceda à limpeza do terreno e ao arranjo do muro enquanto o projeto previsto para aquele espaço não avança.-----

----- Por último e no que concerne às Avenidas Novas, as obras no bloco de Jardim de Infância da Escola nº. 44, no Bairro de Santos ao Rego, começaram há vários meses e estão paradas. Esta situação cria prejuízos às crianças abrangidas mas também às que frequentam o 1º. Ciclo, uma vez que o estaleiro ocupa uma parte importante da área total.-----

----- A Junta de Freguesia informou que a responsabilidade desta obra é da Câmara, que já fora contactada e que não deu qualquer justificação para a paralisação da obra. A pergunta é para quando está previsto o final desta obra? Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Ora muito boa-tarde a todos de novo e a todas. -----

----- Dando continuidade à sessão de perguntas dos Verdes o Grupo Municipal tem mais três questões para colocar sobre recursos humanos, sobre os equipamentos e sobre espaços verdes.-----

----- Na Reunião de Câmara do passado dia 10 de setembro foi aprovada a lista nominativa de trabalhadores que voluntariamente manifestaram vontade em transitar para o mapa de pessoal das Freguesias, a par da qual ressalta o desinvestimento q que tem sido sujeitos inúmeros setores profissionais do Município de Lisboa e onde se observa uma crescente escassez de meios humanos e materiais essenciais à execução e

desenvolvimento dos serviços públicos junto da cidade e das respetivas populações, mas em muitos casos esta descentralização de competências da Câmara não foi acompanhada pela transição dos trabalhadores considerados necessários, pelo que nesta conjuntura sobressai o constante recurso a serviços externos para a execução de inúmeras tarefas que na sua esmagadora maioria poderiam e deveriam ser prestados quer pela Câmara quer por algumas Juntas de Freguesia. -----

----- O Município admite que o regime de voluntariado não foi suficiente e as Juntas, incluindo as do PS admitem que não têm outra alternativa senão recorrer à prestação de serviços por recibos verdes e à contratação externa de empresas. Ora na ação chave nº. 4, incluída na página 33 da sua Moção ao Congresso Agenda para a Década o Senhor Presidente da Câmara defende que se torne mais expedito o combate à precaridade ilegal, neste contexto pergunta-se ao Executivo: será curial as Juntas de Freguesia optarem por recibos verdes e o trabalho precário em vez de recorrerem à mobilidade interna de pessoal e a contratos permanentes de trabalho interna de pessoal e a contratos permanentes de trabalho?

----- Pondera o Executivo estudar a viabilidade de preencher vagas nas carreiras do seu mapa de pessoal com a sua transferência, colmatando aquelas vagas onde é mais premente o seu preenchimento, se sim para que carreiras e categorias profissionais? ---

----- Sexta questão, a gestão dos equipamentos das juntas. Neste mesmo processo de reorganização constatasse que mais de 700 equipamentos foram transferidos para as Juntas de Freguesia, incluindo escolas, instalações desportivas, mercados, bibliotecas, parques infantis, postos de limpeza, balneários, lavadouros, sanitários, chafarizes e fontanários. A este nível as principais dificuldades identificadas pelas Juntas prendem-se com os contratos de concessão herdados da Câmara e com a necessidade de realização de obras nalguns destes imóveis recebidos em estado deficiente.-----

----- Também perante esta panóplia de novas tarefas os Executivos das Juntas de Freguesias apontam a dificuldade para assumirem a gestão de todos estes equipamentos pela, vou citar, impossibilidade de atribuição de mais tempos inteiros aos Executivos, o que tem criado dificuldades óbvias a uma governação que se pretende permanente e ativa. Alguns Executivos têm inclusive alterado unilateralmente as taxas de uso de alguns equipamentos. Pergunta-se: como é possível a um Executivo da Junta, com apenas um titular a tempo inteiro substituir-se a vários Departamentos Municipais? Vai a Câmara assumir financeiramente a responsabilidade pela reparação dos equipamentos que transitaram para as Juntas e que não se encontram em condições? Se sim, quando? -----

----- Como vão ser corrigidas as distorções de serviço público no uso de equipamentos pela diferenciação de tarifas entre fregueses e não fregueses.-----

----- Sétima questão: espaços públicos em Telheiras. Os espaços verdes de Telheiras, gostaria de recordar que nós pedimos para serem distribuídas um conjunto de fotografias, não sabemos se os Senhores Vereadores e se as Senhoras Vereadoras receberam as fotografias, porque as vejam em cima das mesas nem dos Senhores Deputados Municipais nem dos Senhores Vereadores, não receberam?" -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu:-----

----- “Aos Senhores Deputados Municipais foi certamente distribuída, aos Senhores Vereadores não lhe posso responder, mas já foram também. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “Ok, obrigado Senhora Presidente. -----

----- Os espaços verdes de Telheiras sempre foram maioritariamente da responsabilidade da EPUL, atualmente em extinção. -----

----- No caso específico da praça central, desde 2003, ano em que foi concluído este empreendimento, que a EPUL assumia os custos inerentes à sua manutenção, desde finais de 2012 parece ter ficado ao abandono e tanto a Câmara como a Administração do condomínio vizinho rejeitam responsabilidades, no verão as palmeiras ficam amarelecidas, as oliveiras em agonia, os canteiros com flores esturricadas pelo sol e os lagos, antes alimentados por repuxos de água secaram e encheram-se de lixo e insetos nas poças de água parada e imunda, como atestam as fotografias. -----

----- O mesmo acontece com o lago da Rua Professor Francisco Gentil, em frente à Padaria Portuguesa, à noite a via de acesso ao Metro entre os arbustos dos jardins Caldeira Cabral e Sousa Franco está parcial e perigosamente às escuras. -----

----- Em 31 de outubro do ano passado os moradores levaram o problema à Reunião Pública de Câmara, a Junta de Freguesia do Lumiar já procedeu a uma operação de limpeza nas fontes de água tendo comunicado à Câmara o facto da iluminação pública nos acessos ao Metro estar fundida há mais de um ano, pelo menos. -----

----- Perante estes factos o Grupo Municipal dos Verdes questiona de quem é a responsabilidade atual pela manutenção de todos os espaços verdes de Telheiras e em particular os da praça central? A quem compete repor a iluminação pública da zona envolvente do Metro e a manutenção do normal funcionamento dos lagos: à Câmara ou à Junta? E para quando se prevê o arranjo da circulação da água e da iluminação? Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra informou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. A Mesa informa que terminámos a segunda ronda, vamos entrar na terceira ronda. -----

----- Para já temos inscritos um Deputado Municipal do PDS, um Deputado Municipal do PS e três Deputados Municipais do PCP e não temos mais inscrições, de maneira que se algum Senhor Deputado Municipal se quiser inscrever agradeço que mencionem isso à Mesa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ribeiro Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Belém (PSD)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- Eu hoje não venho cá falar da instalação péssima das instalações da escola da Freguesia de Belém nem nos brasões da Praça do Império, são assuntos que pela sua importância virão cá em breve! Hoje tenho outras perguntas importantes porque às vezes dá ideia que Belém como está na zona ocidental de Lisboa está ali um pouco esquecida e já não é Lisboa, mas Belém é Lisboa integralmente! -----

----- Vinha aqui falar pela primeira vez aqui numa pergunta que eu gostaria de colocar à Câmara: quando é que está previsto regularizar-se uma situação que há imenso tempo está prevista, com “n” estudos feitos e não avança. Todos os dias há pelo menos uns dois acidentes naquela zona, que é no cruzamento da Avenida da Torre de Belém com a Rua de Pedrouços, Rua Bartolomeu Dias.-----

----- Há vários projetos, há um deles em que a Câmara tentou fazer uma ligação também com um outro que dava para a Rua António de Abreu, que é ao lado, eu vi logo que isso não ia dar boa coisa porque era uma forma logo de não se tentar fazer a obra que era necessário ser feita na Avenida da Torre, portanto, não vamos andar com manobras dilatórias, vamos avançar com o projeto da Avenida da Torre no cruzamento com a Rua de Pedrouços, Rua Bartolomeu Dias e vamos esquecer a António Abreu porque isso está razoável, mas vamos mas é avançar com isto que temos lá o projeto. Eu gostaria de saber quando é que isto está para avançar, já que há “n” de bonecos feitos nos serviços da Câmara sobre esta matéria e gostaria de saber o que é que se passa, porque realmente é urgente, é dos sítios mais caóticos no referente ao trânsito e mais perigosos da Freguesia. -----

----- A outra situação que gostaria de falar é sobre o mau estado do pavimento do Terreiro das Missas, o mau estado do pavimento do Terreiro das Missas. O Terreiro das Missas foi um dos espaços que passou para a Junta de Freguesia no âmbito da Reorganização Administrativa de Lisboa, mas foi-nos dado num estado completamente degradado, aquilo parece que caiu ali uma bomba! Realmente não caiu uma bomba mas caíram os dinossauros aqui há uns anos, esteve ali uma exposição dos dinossauros, evento apoiado pela Câmara, sem parecer da Junta porque não fomos consultados na altura. O que é certo é que os dinossauros desapareceram e ao contrário do que estava determinado ninguém arranjou o Terreiro das Missas, neste momento há quem fale num orçamento de cerca de 150 mil euros, é o que o Estado vai perder se realmente os privados, que estragaram aquilo, não o arranjam, aquele espaço do Terreiro das Missas. Portanto, o que é que se passa com essa questão porque realmente foi-nos dado num estado completamente estragado e como está previsto nos acordos é que está estragado e têm que nos passar num estado pelo menos decente. -----

----- Outra questão que gostaria de falar e pedir era a questão do asfaltamento de algumas ruas. Há anos que estão aqui duas ou três que estão há imenso tempo previstas, nomeadamente a Rua de Pedrouços, a Rua Bartolomeu Dias, a Rua dos Cordoeiros a Pedrouços, que é mesmo nas traseiras da nova Unidade de Saúde Familiar e também a Rua Padre Luís Fróis, Anselmo Levy e Estrada de Caselas, lá em cima em Caselas, estão num estado lamentável e realmente também gostaria de saber o que é que está previsto para o asfaltamento destas ruas, também já assisti a “n” comunicações da Câmara, que vão avançar na Rua de Pedrouços, na Rua Bartolomeu Dias, na Rua dos Cordoeiros a Pedrouços e depois voltam outra vez atrás porque não há dinheiro, enfim, e presentemente estão cheias de buracos.-----

----- Por exemplo, em frente ao Mosteiro dos Jerónimos aquilo está cheio de buracos neste momento, essa zona que é o prolongamento da Rua Bartolomeu Dias. -----

----- A regularização do trânsito na Avenida Ilha da Madeira e na Rua Tristão Vaz também está previsto, “n” estudos já feitos com passadeiras levantadas pelo menos na Avenida Ilha da Madeira e tentámos que cresça ali algo que possa regularizar o trânsito de uma forma mais segura, continua tudo também na mesma, zero. -----

----- Outra questão é a definição de regularização do sentido único do trânsito na Rua do Galvão, Rua de Santo António a Belém, Travessa de Santo António a Belém, Travessa da Silva, Largo do Galvão e Rua da Correnteza, portanto, este pacote está mais do que feito, os estudos, absolutamente, nós, a Câmara, a própria SRU também, agora ficou definido logo o circuito porque aquilo não dá para os carros terem dois sentidos, arranjámos um sentido único que virá facilitar muito a vida àqueles q'ue moram naquela zona ao pé da Igreja da Memória. Está tudo feito, porque é que não avança? Está bem que se tem que gastar, em sinais? Eu bem sei que não existem sinais neste momento, é uma das coisas graves que também temos sentido no dia-a-dia, temos ruas de sentido proibido em que faltam sinais! Temos “n” *mails* a insistir na Câmara para os sinais e os sinais não vêm, qualquer dia há um acidente e vai ser muito complicado! -----

----- Aqui penso que deve ser por causa disso, mas realmente facilitaria bastante isto ficar resolvido de vez para a vida dos moradores nesta zona. -----

----- Depois há uma outra situação que é também na parte da Francisco Xavier, lá em cima, nas Ruas Rodrigo Reinel e Capitão-Mor Pedro Teixeira e a discussão do parque de estacionamento, está há imenso tempo isto resolvido pela Câmara, já foi tido como uma prioridade, já está o projeto todo feito, até já tem cabimento orçamental, zero, continua tudo na mesma. -----

----- Outra questão que também ainda não veio nenhuma resposta da Câmara e é muito fácil, temos o parecer positivo da Direção Geral do Património Cultural, ex IGESPAR, o Mosteiro dos Jerónimos, que é a possibilidade de se poder estacionar em frente ao Mosteiro dos Jerónimos aos fins de semana durante as horas de algumas missas, que estão definidas nesse ofício. É completamente impossível, quer quiser ir à missa ao fim de semana aos Jerónimos poder estacionar o carro, isto não tem qualquer inconveniente e tem um parecer positivo da Direção Geral do Património Cultural, dos Jerónimos, mas a Câmara não responde. Tenho insistido várias vezes com o Senhor Diretor Municipal mas de facto não há resposta e isto urge porque é muito fácil resolver a questão, é só pôr uma placazinha debaixo do sinal de “Proibido trânsito”, “Proibido estacionar” a dizer das tantas às tantas, o horário das missas e era isto fundamentalmente que eu gostaria de pedir e sensibilizar a Câmara para que nos possa dar uma resposta cabal a estas questões. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica (PS)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, o envelhecimento da população na cidade de Lisboa tem vindo a revelar o grande *deficit* de respostas em termos de equipamentos sociais para idosos na nossa cidade e estes idosos estão cada vez mais dependentes e cada vez mais desprovidos de recursos económicos. -----

----- É urgente repensar os equipamentos para idosos na cidade de Lisboa! Benfica não é exceção e neste momento constitui uma grande preocupação face aos dados que vou apresentar. -----

----- De acordo com o Instituto Nacional de Estatística no primeiro semestre deste ano em Lisboa 70 idosos ficaram indevidamente mais de um mês com um prolongamento de alta hospitalar por falta de respostas em termos de equipamentos de lar. De acordo com os dados do Programa Sós da Câmara Municipal de Lisboa Benfica foi a Freguesia que mais chamadas fez, 15% das chamadas são provenientes de Benfica espelhando a quantidade dos idosos que estão em situação de isolamento. -----

----- Através do Programa Giro, o Programa da junta de Freguesia de Benfica cuja missão é identificar os idosos que estão isolados nesta zona da cidade e foram identificados 311 idosos a viverem isolados sem qualquer suporte familiar ou institucional por falta de recursos económicos. -----

----- No último mês faleceram dois idosos sozinhos em casa, em Benfica e apesar de estarem identificados e sinalizados pela Junta de Freguesia não tinham o necessário suporte institucional que os apoiasse nesta matéria. -----

----- De acordo com os dados fornecidos pela Associação Casapiana de Lisboa, que é o lar mais próximo na Freguesia, neste momento estão em lista de espera 140 idosos para integrar este lar, sendo muitos destes residentes em Benfica. -----

----- Em março de 2010 o Departamento de Planeamento Estratégico da Câmara Municipal de Lisboa elaborou os critérios base que servem para definir as capacidades a nível dos equipamentos para idosos e de acordo com os cálculos efetuados na altura para a Junta de Freguesia de Benfica estavam identificados a necessidade de serem criados 7 equipamentos para idosos entre lares e centros de dia. -----

----- Neste sentido, tendo em conta o Programa Portugal 20/20 e os respetivos apoios estruturais da União Europeia para o período da programação 2014/2010 gostaria de saber qual a prioridade da Câmara Municipal de Lisboa no sentido de à semelhança do que foi feito com as Creches BA-Bá dar alguma resposta à criação de lares ou residências para idosos. -----

----- Senhores Vereadores, uma outra questão que gostaria de colocar tem a ver com o Orçamento Participativo de 2013, numa altura em que celebramos a apresentação dos vencedores do Programa do Orçamento Participativo para 2014 a população de Benfica questiona-se porque é que ainda não está a ser executado o Orçamento Participativo 2013 que prevê um valor de 500 mil euros para rebaixar todas as passadeiras da Freguesia de Benfica, até ao momento esta obra ainda não começou. ----

----- O que a Junta de Freguesia de Benfica gostaria de colocar e a questão que eu gostaria de colocar aos Senhores Vereadores era se à semelhança do que foi feito no âmbito do Orçamento Participativo 2011/2012, em que a Câmara Municipal de Lisboa acreditando na competência técnica da Junta de Freguesia de Benfica delegou esta competência na Junta para a execução de estacionamento na Freguesia, delegando a competência de 1 milhão de euros nesta Autarquia. -----

----- Nesse sentido vínhamos propor e saber se haveria disponibilidade da Câmara Municipal para fazer uma proposta de delegação de competências para este valor para

que a Junta de Freguesia possa com rapidez executar este Plano do Orçamento Participativo, salvaguardar aqui a importância do Plano de Acessibilidade Pedonal também aqui aprovado por esta Assembleia e aprovado pela Câmara e a importância deste Orçamento Participativo para o cumprimento das metas do Plano de Acessibilidade Pedonal. Ficaríamos com a implementação deste OP com uma Freguesia com as passadeiras todas rebaixadas, toda acessível e com pavimento tátil em todas as passadeiras, portanto, reforço mais uma vez que gostaria de saber da disponibilidade para delegar esta competência na Junta de Freguesia de Benfica. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra informou:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada Municipal.-----

----- A Mesa informa que tem neste momento três inscrições do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, em primeiro lugar a senhora Deputada Municipal Ana Páscoa e são as últimas inscrições que a Mesa tem aqui registadas e agora caberá à Câmara responder às perguntas, têm o guião das perguntas e far-me-ão sinal quem é que responde a quê, ou pelo menos a ordem como querem responder.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente.-----

----- Em primeiro lugar uma questão relacionada ou duas questões relacionadas com a Freguesia de Alvalade e a primeira diz respeito à passagem pedonal de Entrecampos.--

----- Pelo menos desde janeiro de 2010 que o PCP e os utentes têm vindo a levantar os problemas da má conceção da passagem pedonal aérea de Entrecampos e das dificuldades ou mesmo impossibilidade de mobilidade de cidadãos deficientes, de idosos, de carrinhos de bebé, sendo também um obstáculo ao desenvolvimento do comércio local.-----

----- Às questões levantadas a Câmara respondeu que as soluções técnicas para estes problemas estão a ser equacionadas com a EMEL. Embora o Senhor Vereador Manuel Salgado tenha dito na Reunião Descentralizada da Câmara, na Freguesia de Alvalade, que a obra estava adjudicada, o que pretendemos saber é para quando é que está previsto o início da obra e qual a sua duração?-----

----- A segunda questão da Freguesia de Alvalade prende-se com o muro da Escola 24 do Bairro de São Miguel, a questão aqui eu não sei, posteriormente entregámos a pergunta e fomos informados que afinal o muro já foi demolido para ser construído, não sei se ainda fará muita questão continuar a levantar, de qualquer forma eu vou perguntar se de facto é verdade isto e para quando é que a Câmara pensa resolver mesmo este problema.-----

----- Uma questão relacionada com a Penha de França diz respeito ao terreno desocupado entre a Rua Paio Peres Correia e a Rua Cruzado Osberno. O terreno, que é uma ravina, desocupado entre estas ruas, para além da acumulação de lixos não existe nenhuma barreira física, apenas alguns pilaretes e uma séria de baias colocadas pela Câmara no dia 20 de outubro de 2011, situação que pode pôr em risco a segurança das pessoas que ali circulam, em particular de crianças.-----

----- O PCP levantou esta questão em várias ocasiões sem que tenha havido resposta ou solução, portanto, perguntamos para quando está prevista realmente a resolução deste problema, o Chafariz da Avenida Afonso III, para além da necessidade de requalificação carece de limpeza regular. Para quando a requalificação deste Chafariz?-----

----- Finalmente, nos terrenos junto à escola Patrício Prazeres, nos terrenos mesmo ao lado desta escola cresce o lixo das mais variadas proveniências, situação que é inadmissível e particularmente perigosa dado que estamos a falar de uma lixeira junto a uma escola básica integrada. Sendo este um problema recorrente que medidas podem ser tomadas para resolver esta assunto?-----

----- Nós tínhamos também uma outra questão que por questões regulamentares e do nosso Regimento não pode ser agora formulada que diz respeito ao estacionamento na Praça António Sardinha e a ação da Polícia Municipal no dia 10 de novembro. Vamos entregar, posteriormente, um requerimento à Senhora Presidente da Assembleia Municipal sobre este assunto. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra informou:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada Municipal.-----

----- Será dada a entrada ao requerimento e será enviado à Câmara.-----

----- Temos agora o Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro, também do Partido Comunista Português.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Excelentíssima Câmara.-----

----- Em relação à Freguesia da Ajuda, das obras do Bairro 2 de Maio e situação das ruas e casas nós queremos que dizer o seguinte: na colocação de novos pisos em arruamentos há a ausência de marcação correta e visível para o estacionamento. Em ruas do bairro os carros ficam nos espaços mais próximo das casas, impedem a fruição e convívio junto das entradas e escadas exteriores com riscos nomeadamente para idosos e crianças.-----

----- São inúmeras as queixas de moradores do bairro 2 de maio! Há deficiências e problemas graves para a saúde pública nomeadamente no saneamento e esgotos de parte dos prédios, faltam espaços verdes e os poucos existentes não estão em condições, com vegetação selvagem, ervas e pisos estragados. Pergunta-se: qual é o ponto da situação que a Câmara faz quanto às obras e os problemas existentes no Bairro 2 de maio? Quais são exatamente os trabalhos a serem executados com estas obras? Está incluída a resolução de problemas graves de saneamento de que o Bairro padece e para o qual a população exige soluções há várias décadas? Estão incluídas outras reparações no Bairro, que foram iniciadas nalguns lotes há alguns anos atrás mas que nunca foram concluídas? Campanhas, corrimões, caixas de correio, etc., qual a previsão do término das obras?-----

----- Em relação a Campolide, Bairro do Tarujo, o estado de abandono do bairro acentuou-se sendo que a única loja que ali existia fechou, a maioria das habitações encontra-se devoluta e existem estruturas em risco de ruína cujas baias de segurança

colocadas pela Câmara Municipal de Lisboa foram retiradas, encontrando-se algumas dentro das estruturas arruinadas. Existem construções abandonadas, ainda em esqueleto sem que se tenha dado qualquer solução, é notória a inexistência de ações de recolha de resíduos e deservagem. Pergunta: que soluções prevê a Câmara Municipal para este Bairro? -----

----- Em relação a Santa Maria Maior, Convento do Salvador perguntamos qual o uso que a Câmara Municipal prevê para o Convento do Salvador? -----

----- Miradouro de Santa Luzia. Pergunta: qual o ponto de situação do projeto de requalificação do Miradouro de Santa Luzia? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Venho colocar duas questões, três questões relativamente a parques infantis na Freguesia de Carnide e aos Orçamentos Participativos. -----

----- No âmbito do Orçamento Participativo de 2013 foi aprovado um parque infantil na Quinta das Camareiras, Freguesia de Carnide. Ainda não sabemos o ponto de situação relativamente ao início das obras. -----

----- Também na Quinta da Luz existe desde 2012 uma aprovação também de requalificação da via pública na Quinta da Luz e a construção de um parque infantil que aguarda também informação da Câmara no que concerne ao início das obras. -----

----- Também no Bairro Padre Cruz, no âmbito na delegação de competência, no auto de transferência ficou assegurado, através do anexo d), na identificação de equipamentos, identificados três parques infantis no Bairro Padre Cruz, que se encontram neste momento completamente destruídos. A Junta de Freguesia informou que só assumiria a gestão e manutenção destes equipamentos após a intervenção necessária por parte da Câmara, portanto, solicitamos também um ponto de situação relativamente à previsão da Câmara Municipal para a resolução destes problemas, que consideramos naturalmente de natureza urgente. -----

----- Ainda no que concerne a várias freguesias queríamos um esclarecimento, o Grupo Municipal do PCP queria esclarecimento no âmbito da Recomendação de 21 de janeiro de 2014 sobre a responsabilidade do estado das instalações transferidas pela Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia e constatando-se o estado crítico em que se encontram os Postos de Limpeza Urbana, nomeadamente na Rua 1.º de Maio, a Alcântara, Mercado do Rato e Restauradores e Santo António, a Travessa do Forno e Avenida Infante D. Henrique, Freguesia de Santa Maria Maior; Sete-Rios, Freguesia de São Domingos de Benfica; São Sebastião, Freguesia de Avenidas Novas; Charneca, Freguesia de Santa Clara; Junta de Freguesia do Beato a criação de um novo posto, portanto, gostaríamos de saber também qual a intervenção prevista por parte da Câmara para essas instalações. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu: -----

----- “Senhores Deputados Municipais, como viram há um acervo muito grande de questões colocadas pelos vários Grupos Municipais. -----

----- Eu pergunto agora à Bancada da Câmara, o Senhor Vereador Sá Fernandes começa a responder, eu agradeço, na medida do possível, que diga a quem é que está a responder. -----

----- A Câmara tem 40 minutos, tem tempo portanto agora para responder, mas que digam a quem é que estão a responder, já agora.” -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra deu as seguintes respostas: -----

----- “Eu vou aqui responder pelos temas, posso começar já aqui pelo último tema em relação ao Bairro Padre Cruz e aos parques infantis, posso fazer aqui sucintamente uma pequena resenha em relação aos parques infantis. -----

----- Havia parques infantis que estavam sob a gestão da Câmara, outros que estavam sob a gestão da EPUL, outros que estavam sob a gestão da GEBALIS e de facto durante este ano, estamos num ano de transição, tem havido alguns problemas nesta transição, sendo certo que aquilo que a Câmara assumiu de que arranjaria os parques infantis, nomeadamente no Padre Cruz, que vinham da Gebalis, o fará a seu tempo, julgo que para o ano esse problema ficará resolvido e de facto o ano de transição é exatamente para detetarmos os problemas que estão para ser resolvidos e os irmos resolvendo um a um, sendo que é impossível resolvermos todos ao mesmo tempo, mas é isso que vamos fazer em relação ao bairro, aos parques infantis do Bairro Padre Cruz e mesmo aqueles que foram há pouco também citados pelo PCP em relação a Carnide, irá acontecer a mesma coisa, eles serão reabilitados e julgo que para o ano essa situação será definitivamente resolvida, sendo que um ou outro ainda poderá ser resolvido este ano, mas com a certeza de que para o ano serão resolvidos. -----

----- Em relação à Casa de Jardineiros do Campo Grande, pergunta feita pelos Verdes, a Casa dos Jardineiros do Campo Grande está praticamente com a obra concluída. Nós quisemos começar o arranjo do Campo Grande Sul precisamente pelo sítio dos jardineiros, a obra está praticamente concluída, julgo que em dezembro ela será, os jardineiros poderão ser transferidos dos contentores para o edifício reabilitado no Campo Grande Sul, sendo que no Campo Grande Sul também esperamos ainda este ano lançar o concurso para a obra de remodelação do Jardim do Campo Grande Sul. ---

----- Eu acho que o Campo Grande Norte está em bom estado, posso ir verificar se há algum problema num pavimento ou noutro, se houver é num determinado pavimento e que tem a ver com a conduta da EPAL, mas irei verificar se haverá mais algum sítio, não tenho a informação disso. Sendo também de informar que as obras do Caleidoscópio deverão começar também em breve. -----

----- Por fim, em relação a Telheiras, aí está mais uma situação, eram espaços verdes mantidos não pela Câmara mas na sua maioria pela EPUL, há uma transferência para a Junta de Freguesia, há um problema naquilo que foi citado aqui também pelo Deputado Municipal dos Verdes em relação ao jardim central de Telheiras, que tem a ver com a fonte, com os lagos e com os próprios arranjos verdes, isso vai ser transferido ou já foi transferido para a Junta de Freguesia mas há um compromisso da Câmara de conjuntamente com a Junta de Freguesia tratar de toda esta área. O que é que estamos a fazer neste sentido? Precisamente a falar e aí a Junta de Freguesia tem

feito um trabalho extraordinário com o condomínio da zona porque como sabe os motores dos lagos encontram-se nessa zona. Estamos a chegar a um entendimento, o assunto vai ser resolvido em breve, espero que para o ano o problema dos lagos, das bombas e do tratamento dos espaços verdes será definitivamente resolvido e é para isso que estamos a trabalhar em conjunto, a Câmara, a Junta de Freguesia e o condomínio onde havia portanto um litígio entre a EPUL, o condomínio e depois a Câmara quando assumiu o espaço da EPUL e depois passou para a Junta de Freguesia e em parte neste lugar o problema está resolvido e agora falta só calendarizar cada uma das atuações, o arranjo das bombas, o arranjo dos lagos e o tratamento dos espaços verdes. -----

----- Eu julgo que para o ano, no primeiro trimestre do ano que vem o problema fica definitivamente resolvido, sendo que a maior parte dos espaços de Telheiras passaram efetivamente, foram transferidos para as Juntas de Freguesia, senão na sua totalidade, com exceção do Parque Hortícola, salvo erro. -----

----- Creio que respondi a tudo, Campo Grande, Carnide, Telheiras, parques infantis, acho que está tudo. Ah, falta o quiosque! -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Areeiro tem toda a razão, mas eu acho que sim, que a Junta de Freguesia deve intervir neste tipo de licenciamentos de quiosques, agora em relação a este caso do quiosque que foi posto na Praça de Londres é anterior à transferência para a Junta de Freguesia. O quiosque já lá está, está a funcionar e aquilo que eu combinei com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia é dar-lhe todo o processo, se não lhe foi enviado esta semana lhe será enviado o processo da concessão que foi feita pela Câmara. -----

----- Como sabem as concessões continuam a fazer parte das atribuições da Câmara, foi assim que foi entendido e é isso que está a acontecer na Praça de Londres, aliás, o quiosque tem sido um sucesso, temos que controlar os horários, neste momento está controlado! Qualquer outro quiosque que seja colocado num espaço verde da Freguesia, ou mesmo num espaço estrutural da Câmara, a Junta de Freguesia será informada deste feito. -----

----- É evidente que neste caso dos quiosques é preciso ter atenção ao seguinte, porque havia compromissos das anteriores Juntas de Freguesia com a Câmara e, portanto, das duas uma, ou os atuais Executivos da Junta de Freguesia, com toda a legitimidade ou com nenhuma legitimidade, depende da apreciação que a gente queira fazer, rejeitem em absoluto o que a outra Junta de Freguesia, as anteriores Juntas de Freguesia combinaram com a Câmara ou de facto podemos estar num problema de difícil resolução! -----

----- Eu pela minha parte e em relação aos quiosques que lancei os concursos fiz aquilo de acordo com aquilo que tinha sido combinado com as Juntas de Freguesia e, portanto, houve concursos que foram lançados antes mesmo da passagem das transferências para as Juntas de Freguesia com toda a boa-fé no âmbito, e com publicidade e com toda a gente a saber o que é que tinha acontecido e até mesmo a fazer parte das campanhas eleitorais de que ia existir um quiosque aqui e ali. -----

----- Se a Junta de Freguesia entretanto, com o concurso a correr se está contra isto ou contra aquilo, enfim, quer dizer nós temos que de alguma maneira assumir os compromissos que os anteriores Executivos tiveram com a Câmara Municipal de Lisboa, que esse continuou a ser o mesmo, porque se não de facto eu pela minha parte estou aberto a todas as discussões e a todas as aberturas em relação a esta questão, mas como disse ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Areeiro este problema da Praça de Londres era anterior à passagem da Junta de Freguesia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia tem razão para casos futuros, neste eu já falei com ele, já aqui na Assembleia Municipal lhe disse o que estava a acontecer, se eventualmente ainda não tem o contrato da concessão eu enviar-lhe-ei esta semana com toda a certeza. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra deu as seguintes respostas: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Peço alguma compreensão para um exercício sempre difícil que é responder a tantas questões com pouco espaço de tempo que temos, portanto, é natural que possa haver alguma resposta que não por qualquer tipo de intenção, que não seja respondida. Se assim o for pedimos aos Partidos que nos relembrem as questão, como tão habitualmente o fazem e nós teremos muito gosto em responder hoje se tivermos tempo, ou por escrito ou noutras sessões. Vou procurar dentro do possível fazer um exercício, responderei também na medida do possível às áreas da minha competência, das competências do Vice-Presidente e de algumas competências da Vereadora Graça Fonseca, que divide aqui com o Senhor Vereador João Afonso outras respostas. -----

----- Começando então vou tentar organizar talvez por Partidos, sendo que vos vou pedir alguma tolerância para perder algum tempo para procurar as respostas que temos aqui. -----

----- No que diz respeito à primeira questão que foi colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Areeiro, do PSD, a questão da data de transferências de licenciamento, a data que nós temos é 1 de janeiro, neste momento foram feitas formações aos técnicos das Freguesias, temos a consciência que algumas Freguesias ficaram satisfeitas e outras nem por isso com essa mesma formação. Vamos procurar rapidamente enviar um calendário de transição, que as Juntas de Freguesias tenham noção dos vários passos até à assunção das responsabilidades plenas do licenciamento que passa por aceder a um software que está online e passa por ter uma noção da quantidade dos processos de licenciamento que existem habitualmente para aquela Freguesia por mês do ano, digamos assim, para se ter uma noção também dos picos de trabalho. -----

----- Esse calendário será enviado o mais rapidamente possível sendo que a data é 1 de janeiro. -----

----- No que diz respeito à questão que foi colocada por mais do que um Partido, no que diz respeito à questão da Reforma Administrativa, quer a questão dos Recursos Humanos, eventual falta de recursos humanos e aproveito para falar também da questão dos contratos de concessão, que foi colocado pelo PEV, as questão de

Recursos Humanos, falta de recursos humanos, pelo meu registo foi colocado pelo CDS e pelo PEV, pelo menos em mais do que uma questão. -----

----- Dizer que a Câmara Municipal sempre foi muito clara no que diz respeito à transferência de trabalhadores para as Juntas de Freguesia, uma primeira fase em que no fundo se considerou que havia uma transferência de trabalhadores que acompanhavam equipamentos específicos e essa transferência foi feita.-----

----- Uma segunda fase que pressupunha o regime de voluntariado no qual um conjunto de trabalhadores voluntariamente transitava para as Juntas de Freguesia e para as competências que lhe eram designadas. Todos temos conhecimento que o número de trabalhadores transferidos ficou aquém daquilo que ficou definido como um objetivo e a Câmara Municipal a partir daqui o que procura com as Juntas de Freguesia é desenvolver da melhor forma respostas para uma assunção plena das competências.-----

----- Por um lado não desistir da possibilidade de ainda haver trabalhadores que queiram voluntariamente transferir-se para as Juntas de Freguesia, o que podem fazer no Regime da Mobilidade, nada impede as Juntas de Freguesia de também junto de outros organismos da Administração Pública procurarem soluções dessa natureza. Por outro lado temos consciência que haverá, à semelhança do que a Câmara Municipal fez, Juntas de Freguesia que optam por contratos de prestação de serviço cujo objetivo futuro é a inserção nos seus quadros, mas isso é algo que está na autonomia da gestão das Freguesias e, portanto, para a qual a Câmara, digamos assim, não tem interferência do ponto de vista direto. -----

----- Temos plena consciência sim que na medida das nossas possibilidades, tendo em conta aquilo que foi de forma transparente assumir o processo da transferência de competências, tudo faremos para apoiar as Juntas de Freguesia no que diz respeito aos recursos que têm, a eventuais recursos futuros que possam vir a ter da Câmara Municipal e no apoio que possamos ter do ponto de vista da gestão das competências que cada uma das partes tem. -----

----- Portanto, para ficar claro, a Câmara Municipal optou por reforçar, e digo-vos já, do ponto de vista de algumas áreas em concreto na transferência de competências existe uma enorme rotação de pessoal, porque estamos a falar de áreas em que quer por abandono de atividade, quer por idade de reforma dos trabalhadores, pode perfeitamente haver as necessidades constantes de quadro e, portanto, as Juntas de Freguesia no âmbito da sua própria autonomia enquanto autarquia terão disponibilidade para gerir os seus recursos, a Câmara Municipal dará todo o apoio necessário para que as Juntas à medida que sintam essas necessidades as vão colmatando.-----

----- No que diz respeito aos contratos de concessão ficou aqui claro que há um processo de negociação em curso entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia no que diz respeito a uma reapreciação daquilo que foi o momento do auto de transferência. A Câmara Municipal no auto de transferência transferiu responsabilidades e essas responsabilidades ao fim de um período de apreciação obviamente merecem reflexão de parte a parte, a Câmara Municipal com cada Junta

de Freguesia está a fazer esse processo de reapreciação e nesse processo de reapreciação serão levantadas naturalmente essas questões, como o facto de poder haver casos concretos de despesas acima daquelas que estavam estimadas com alguns dos contratos que transitaram para as Juntas de Freguesia.-----

----- A Câmara Municipal está naturalmente a apreciar todas essas matérias e está a negociar com as Juntas de Freguesia um novo enquadramento do ponto de vista daquilo de recursos financeiros que de alguma maneira são aqueles que de forma voluntária ambas as partes reconhecem como necessários para a execução, digamos assim, da Reforma Administrativa e, portanto, também nessa matéria ninguém está fechado e tem sido feita a análise caso a caso em cada Freguesia em relação ao processo de transferência das Juntas de Freguesia, portanto, em relação a este bloco de questões.-----

----- Em relação a algumas questões que foram colocadas no que diz respeito em concreto ao PCP, começo pela questão da iluminação pública, que foi colocada nomeadamente no que diz respeito à Freguesia do Parque das Nações.-----

----- Quero deixar bem claro, já aqui foi dito, tem sido algo que nós temos procurado na medida do possível ter uma relação de extraordinária proximidade na comunicação e nas dificuldades que temos sentido com a Junta de Freguesia do Parque das Nações, há dois aspetos que é preciso distinguir, há um aspeto estrutural, ou seja, estamos a falar de redes de iluminação pública com problemas de deficiências estruturais e que de alguma maneira em muitos aspetos implicam regularizações face àquilo que é a rede de iluminação pública da cidade e estamos a falar por exemplo de correções nomeadamente na rede de iluminação pública, que a EDP estimou num aspeto concreto em cerca de 1 milhão de euros e, portanto, estamos a falar de coisas de alguma dimensão.-----

----- Ao nível dos equipamentos e das instalações de iluminação pública a regularização tem também do ponto de vista de estimativa, um estimativa inicial, cerca de meio milhão de euros do ponto de vista de regularização, portanto, estamos a falar de redes com deficiências estruturais, isso não elimina a responsabilidade da Câmara de procurar substituir equipamentos deteriorados ou desligados, que foi o caso que foi aqui identificado e que nós reconhecemos, nomeadamente a questão da Alameda dos Oceanos, no Passeio do Neptuno, que também foi aqui referido também a própria Praça do Oriente. Dizer que em relação a essa matéria a Câmara Municipal do ponto de vista de que algumas matérias em concreto, nomeadamente a Praça do Oriente, demorou mas efetivamente já tem o processo em curso e portanto estimamos que recebemos a entrega do equipamento, esperamos que seja entregue à Câmara projetores a 1 de dezembro e assim que recebermos os equipamentos que remos fazer a instalação na Praça do Oriente, pelo menos em relação a estas matérias de maior dificuldade de iluminação pública no Parque das Nações, temos a expectativa de ainda no mês de dezembro possamos instalar os projetores na Praça do Oriente.-----

----- Há algumas matérias que também temos obviamente como objetivo e nomeadamente erradicar algumas lâmpadas de mercúrio que inda existem naquela zona, mas pronto, dizer que por um lado há realmente questões de manutenção que

têm tido atrasos da parte da Câmara, nós estamos a tentar corrigir, nomeadamente a Praça do Oriente está identificada como relevante. -----

----- Por outro lado há questões estruturais que merecem um pensamento um pouco mais profundo em relação a esta matéria e para os quais objetivamente ainda não temos a totalidade das respostas. -----

----- Outra questão que eu queria também fazer referência em relação à questão do Largo do Leão, vou passar depois aqui ao Vereador Manuel salgado, no que diz respeito à questão que foi colocada do muro da Escola 24 do Bairro de São Miguel, efetivamente já tinha sido colocada esta questão penso que na última Reunião Descentralizada também e, portanto, temos a informação que os trabalhos iniciaram-se na semana passada e, portanto, estima-se que terminem no final do mês e, portanto, estamos só preocupados com as questões climatéricas mas fora isso estamos em crer que é uma situação que se resolverá com alguma rapidez. -----

----- No que diz respeito às questões, à questão que foi aqui colocada no que diz respeito ao Chafariz Avenida Afonso III, efetivamente temos a confirmação que é um chafariz que está inativo há muitos anos e a nosso entender justifica iniciarmos, digamos assim, aquilo que possam ser os projetos de restauro do chafariz, de reabilitação e de requalificação, obviamente que nesta matéria pensamos que faz sentido fazê-lo em parceria com a Junta de Freguesia. -----

----- No que diz respeito às questões de higiene urbana dizer que anotei as questões de higiene urbana na Penha de França, dizer que eu até já disse isto na última reunião de Assembleia Municipal, que esta assunto o PCP também o levantou a propósito da zona, uma zona mais ligada ao Beato, a questão das Vilas Operárias, dizer que eu próprio verifiquei que a questão da remoção da higiene urbana nestas freguesias não é satisfatória e já solicitei aos serviços no fundo para pensarmos numa forma mais adequada para dar resposta e, portanto, dizer que vamos anotar com cuidado estas matérias. -----

----- No que diz respeito, não sei, se calhar preventivamente dava a palavra já ao colega que iria continuar o assunto.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra clarificou:-----

----- “Podem gerir o vosso tempo. O Senhor Vereador Manuel salgado está-me a fazer sinal.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra deu as seguintes respostas: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Portanto, Rua Eduardo Malta, esta rua tem um projeto que foi executado pela Unidade de Coordenação Territorial e esse projeto prevê um parque de estacionamento da EMEL. Neste momento não sei se estão a ser feitas revisões ao projeto em função do parecer da Direção Municipal de Mobilidade e Tráfego.-----

----- Quem vai executar a obra do parque de estacionamento é a EMEL, está previsto ser realizada no primeiro trimestre de 2015. -----

----- A segunda questão que foi colocado pelo Partido Socialista tem a ver com os armazéns ou os barracões junto à Rua Maria Lalande, foi feita uma intimação, foi

feita uma vistoria por causa das coberturas em fibrocimento, o BCP que é proprietário de dois dos pavilhões entregou um relatório feito pelo Instituto de Soldadura e Qualidade, que vem argumentar que efetivamente não há risco para a saúde pública por causa daquele amianto porque o amianto não está em condições de degradação porém na minha opinião acho que devemos insistir numa notificação para demolição dos armazéns até porque eles são de facto neste momento um foco de insegurança e de no fundo pôr em causa a saúde pública e, portanto, a orientação que eu dei é que fizessem uma intimação para demolição dos pavilhões. -----

----- Também relativamente à Freguesia de Benfica há uma pergunta que eu imagino que será respondida depois em mais detalhe pelo Vereador João Afonso, que tem a ver com o envelhecimento da população. Lisboa é de facto uma das cidades mais envelhecidas do mundo, segundo um estudo recebido recentemente da OCDE, é a segunda cidade mais envelhecida e será a primeira em 2015 se nada for feito em contrário!-----

----- De facto os idosos são uma prioridade, há um conjunto de equipamentos que estão previstos na Freguesia de Benfica, nomeadamente num Centro de Dia junto ao Centro Cívico, um Centro Inter Geracional, um Centro de Dia no âmbito do Plano de Pormenor da Palma de Baixo, porque já não é Benfica mas é lá perto e um centro de Dia no Plano de Pormenor do Eixo Luz/Benfica. A dificuldade que se coloca, estes equipamentos estão previstos na Carta de Equipamentos Sociais, a dificuldade que se coloca é que efetivamente estes equipamentos têm sido, a estratégia seguida é o Município cede os terrenos para as IPSS os realizarem e infelizmente neste momento as IPSS não os têm realizado. -----

----- Tenho depois aqui umas perguntas colocadas pelo PSD, nomeadamente quanto à questão da regularização do trânsito no cruzamento da Avenida da Torre de Belém. A informação que eu tenho não é totalmente coincidente com a afirmação que foi feita pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belém, porque aquilo que me dizem, Senhor Presidente já agora... Bom, porque a informação que tenho é que efetivamente está um estudo feito, estava previsto que fosse a própria Junta de Freguesia a executar o pequeno projeto que tem uma obra naquele terreno, mas que neste momento a Junta de Freguesia não realizou e, portanto, que isto iria ser assumido pela Unidade de Intervenção Territorial Ocidental, esta é a informação que tenho, mas que eu vou confirmar junto dessa Unidade Territorial.-----

----- Depois colocou uma questão sobre o pavimento do Terreiro das Missas, devo dizer que esta pergunta me deixa um pouco surpreendido porque nós tivemos reuniões, como o Senhor Presidente sabe, recentemente, por uma ideia que eu acho que é bastante interessante que é fazer ali uma praia urbana, que era a sua ideia... Desculpe lá, não há direitos de autor, penso eu, Senhor Presidente! Fazer uma praia urbana naquele local e da última reunião que tivemos ficámos de facto de desenvolver em conjunto um estudo, o Senhor Presidente ficou de contactar um engenheiro especialista nessa matéria, que eu lhe dei a indicação e nós estamos totalmente disponíveis para colaborar consigo na execução desse projeto, pelo menos foi assim

que eu entendi e se efetivamente entendi mal peço desculpa pelo meu mau entendimento.-----

----- Depois relativamente à regularização do trânsito à Avenida da Madeira, isto eu estou a responder em nome do Senhor Presidente que não pôde estar presente, a informação que tenho é que foram executadas duas intervenções para controle de velocidade e com pintura das passadeiras, que já foram feitas e portanto fico aqui na dúvida. Está prevista fazer mais uma marcação de bandas cromáticas no sentido de reduzir a velocidade de circulação e portanto alertar para estes radares, mas esta é a informação que eu tenho daquilo que falta fazer, porque já houve uma primeira intervenção.-----

----- Depois relativamente à questão dos sentidos únicos há de facto um estudo que já está feito e a informação que tenho é que esse estudo vai ser entregue muito em breve, que ele está concluído, à Junta de Freguesia da Ajuda, porque parte disto já é Freguesia da Ajuda, para recolher parecer da Junta de Freguesia da Ajuda.... É na fronteira, portanto, neste momento vai ser ouvida a Junta de Freguesia da Ajuda!-----

----- Depois há uma pergunta a seguir que tem a ver com obras na Rua Luciano Cordeiro. Eu aí reconheço que efetivamente esta obra está a ser mal feita e está a ser mal feita porquê? Porque efetivamente não cumpre o Regulamento que nós fizemos, bem sei que o regulamento ainda não está em aplicação, o Regulamento um dos pontos é o Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público, foi aprovado em Câmara e está neste momento em consulta pública e prevê expressamente que sejam sempre anunciados o que é que está a ser feito, isto é um cabo de média tensão que vai ligar duas subestações da EDP, mas não podem realizar valas de comprimento superior a 150 metros, o que não é efetivamente o que está a ser feito e, portanto, eu quando ouvi a sua exposição falei imediatamente para os Serviços para saber como é que foi licenciado porque não obstante o Regulamento ainda não estar aprovado nada impede que tudo aquilo que seja para melhorar as condições de segurança seja desde já posto em prática.-----

----- Depois relativamente às questões colocadas pelo PCP, Rua Cidade de Bolama, é uma obra privada, tem dois alvarás, um que termina em 14-01-2016 e o outro em 19-11-2015, a obra está praticamente parada mas apesar de tudo mais mexendo, mas claramente é por dificuldades económicas ou pré-falência, entre aspas, do promotor que é um promotor privado.-----

----- Depois relativamente às questões levantadas na Freguesia do Areeiro, são perfeitamente claras as questões que colocaram e penso que pertinentes e, portanto, a indicação que já foi dada aos Serviços é que estudem a delimitação de uma zona 30, no Bairro dos Atores, para evitar efetivamente estas situações que foram aqui referidas.-----

----- Freguesia de Alvalade, passagem pedonal de Entrecampos à Empresa Smith Elevadores Limitada, no dia 10 de outubro, e o prazo de construção ou da instalação do elevador são 6 meses e foi adjudicado à Empresa Profica a fiscalização da obra no dia 21 de outubro, portanto, neste momento a informação que tenho é que está a ser

programado o arranque da obra e com reuniões marcadas já de imediato para que isto se realize.-----

----- Depois, feita também uma pergunta sobre o Bairro do Tarujo, o Bairro do Tarujo são edifícios particulares e aquilo que se fez foi convocar todos os proprietários para saber efetivamente qual era a capacidade que tinha ou a possibilidade para reabilitação destes edifícios e de facto o que se constatou é que são tudo proprietários que não têm capacidade para serem eles próprios a reabilitar os edifícios. Nós temos esta situação infelizmente bastante generalizada na cidade e há um dado que para mim é novo, provavelmente para os Senhores Deputados Municipais não será, mas uma das situações críticas na cidade de Lisboa é que cerca de 13% dos edifícios são heranças indivisas e isso coincide precisamente com os edifícios que estão em muito mau estado e, portanto, há aqui um problema acrescido, é que não há efetivamente a expectativa de que os proprietários tenham possibilidade de os recuperar e, portanto, aqui mais uma vez fica patente a necessidade de se conseguir lançar um grande programa de reabilitação urbana com Fundos Comunitários que permitam efetivamente acudir a estas situações. Se assim não for é extremamente difícil o Município conseguir por si próprio reabilitar prédios como este. -----

----- Pergunta sobre o Convento do Salvador, o Convento do Salvador tem duas cedências em direito de superfície, uma a Associação para a Promoção Cultural da Criança, que foi uma deliberação de 2009, publicada no Boletim Municipal de 2 de julho dessa data e tem uma obra com fins turísticos que está licenciada e financiada pelo Fundo Jessica, tem uma outra área que é o Centro Cultural Doutor Magalhães de Lima, que também é uma deliberação de 2009 e que segundo a informação que tenho neste momento passou para a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, portanto, está articulado com a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior. -----

----- Pergunta sobre o Miradouro de Santa Luzia, o Miradouro de Santa Luzia teve um projeto que esteve para ser incluído no PIPARU, mas era um projeto muito caro porque era uma transformação muito profunda. Neste momento como sabem está em obra um edifício na Rua Norberto Araújo, na qual é construído um elevador público, tal como os outros elevadores que já se fizeram que vai permitir vencer ali uma diferença de cota muito significativa e, portanto, terá uma exploração do mesmo tipo que têm os elevadores da Baixa e com a conclusão desse edifício, esse edifício vem sair exatamente na plataforma do Miradouro de Santa Luzia e com a conclusão dessa obra será feito um arranjo mais simples deste miradouro. -----

----- Obras da Calçada da Ajuda, as obras da Calçada da Ajuda foram divididas em três fases, este tipo de obras no espaço público tem um problema crítico que são as intervenções das concessionárias, nomeadamente aqui houve duas dificuldades de atraso, uma que foi a necessidade de substituir uma adutora da EPAL que não estava inicialmente prevista e, portanto, isto levou a que o prazo da obra se arrastasse relativamente ao calendário inicial. Prevê-se neste momento que a primeira fase, que é aquela que está em obras fique concluída em março de 2015, portanto, março do ano que vem. Há uma parte da obra que ainda não começou, que é a de cá de baixo junto à Presidência da República. -----

----- Hospitais, pergunta sobre os hospitais do Desterro e de Arroios. O Hospital de Arroios é privado, não tem projeto aprovado, tem uma ação a correr em tribunal. O Hospital do Desterro é propriedade da Estamo há um protocolo tripartido celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa, a Empresa MainSide, que é a que tem a exploração da LX-Factory, este protocolo que está a ser realizado prevê a instalação de um conjunto de Start Up no Desterro, a obra está a decorrer, é uma obra notável do ponto de vista de recuperação do património porque permitiu limpar todo o antigo hospital e pôr a descoberto um edifício que era o antigo Convento, com uma extraordinária qualidade arquitetónica e, portanto, é uma obra que está a decorrer e que pensamos que ficará concluída durante o próximo ano. -----

----- Subestação do Alto de São João, a subestação do Alto de São João foi dito aqui e bem que esteve na Assembleia Municipal no mandato anterior, na altura foi adiada a discussão desta proposta, já neste mandato tivemos primeiro uma reunião com o GABIP e com as Juntas de Freguesia do Beato e da Penha de França, com técnicos da REN e da EDP, foi apresentado o estudo de impacto ambiental, foram explicados exatamente a forma como seria construída e o impacto previsível daquelas duas instalações. Posteriormente houve uma Reunião Pública promovida pelas duas Juntas de Freguesia, houve visitas guiadas a uma subestação idêntica a esta que está localizada ou encostada ao Centro de Saúde de Sete-Rios, pensamos que de facto neste momento as situações estão esclarecidas, as pessoas estão informadas e, portanto, a proposta está em condições de ser reapreciada pela Assembleia Municipal.-

----- Julgo que relativamente às questões que me foram colocadas que estão todas.... Como? Isso não é comigo, é com o Vereador Sá Fernandes, ele é que está a acompanhar. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio: -----

----- “Peço desculpa, antes de dar novamente a outro Senhor Vereador a palavra o Senhor Deputado Municipal Ribeiro Rosa gostaria de esclarecer um ponto aqui com o Senhor Vereador Manuel Salgado, portanto, será mais útil se calhar fazê-lo já.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ribeiro Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Belém (PSD)** no uso da palavra colocou as seguintes questões: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Só duas questões, primeiro essa questão da definição da regularização do sentido único de trânsito naquele conjunto de ruas do Galvão até à Rua da Correnteza, é tudo 100% Belém! Eu não tenho nada contra a Ajuda, pelo contrário, temos belíssimas relações!-----

----- Se fosse a Calçada do Galvão havia metade que tínhamos que distribuir ali responsabilidades, mas não é a Calçada do Galvão, é o Largo do Galvão, Rua do Galvão e as outras todas que eu falei, portanto, são 100% de Belém, está mais do que definido, é só! Eu admito que aquilo não avançará eventualmente porque não há dinheiro para comprar sinais de trânsito, porque como os outros sinais temos umas dezenas largas de pedidos e não vêm também pôr nos locais que também são necessários, se calhar deve ser isso porque não há sinais, porque isso era facilímo e resolvíamos o problema a muita gente ali nessa zona, com isto resolvido. -----

----- Quanto à questão do Terreiro das Missas, de facto tivemos uma reunião da altura, uma reunião que até acho que foi bastante fortificante, mas se se lembra o Senhor Vereador na altura ficou definido indicar-me um especialista hidráulico que tinha feito umas obras na Parque Expo para ele me contactar, portanto, eu fiquei de forma passiva à espera que me dissessem alguma coisa. Obviamente também me estou a mexer, como é lógico! Mas houve algumas conclusões que fomos tirando e estamos a ouvir algumas propostas, que há muitas propostas para aquele sítio, mas há uma coisa que nós entendemos, porque aquilo deve ser um terreiro que deve ficar também preparado para ter grande eventos, quando for necessário, periódicos.-----

----- Agora o que se pretende ali fazer, a praia urbana, a chamada praia urbana não é como a do Torrel, com todo o respeito, são coisas diferentes! Ali não é uma praia com areia, aquilo é um espelho de água, como existe em Bordéus, que me mostrou, mas de 20 para 70 metros, uma coisa mais pequena no meio, uma língua de água, quem está no Palácio de Belém vê aquele prolongamento daquela língua de água no meio em que permite ter ali uma zona de lazer, com umas espreguiçadeiras, umas mesas, para uma pessoa ir ali à tarde tomar uma bebida e se quiser refrescar os pés! Como existe em vários sítios, Bordéus é a capital mundial da Unesco, não é? E por isso ali também podia ser um sítio ótimo para fazer uma coisa desse género sem gastar muito dinheiro, isso está implícito, entregarmos o espaço em condições, baterem à porta dos “Senhores Dinossauros” e pedir aos “Dinossauros” para fazerem o trabalho que se comprometeram a fazer no final, depois de terem destruído toda aquela situação, todo aquele piso, é que são quase 150 mil euros para o erário público, isto é muito sério!... Quer dizer, portanto, é o orçamento da Câmara, eu se calhar faço mais barato, mas para aguentar com caimões lá em cima aquilo tem que ser feito, enfim, com uma estrutura mais sólida e portanto, independentemente de fazermos essa faixa de água, aquilo é um espaço muito grande que tem que ser arranjado, tudo o resto com pedra e calçada e isto custa dinheiro e estamos a aguardar essa informação do engenheiro hidráulico para ver quando é que isso poderá custar, esse tipo de língua de 70 para 20 metros no Terreiro das Missas. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra deu os seguintes esclarecimentos:-----

----- “É só muito rapidamente para esclarecer que se por acaso não foi enviado o nome peço imensa desculpa, é o Engenheiro João campos e falta só dar-lhe o contacto telefónico.-----

----- Relativamente à recuperação do pavimento, eu julgo que o pavimento foi danificado antes mesmo de passar para a propriedade da Câmara Municipal de Lisboa e, portanto, antes do acordo de transferência do Terreiro das Missas para a Câmara. De qualquer modo, Senhor Presidente, aquilo que se sugeriu e que se falou é exatamente aquilo que existe na Parque Expo, que existe no Parque das Nações, a solução é idêntica, é um pavimento que obriga a mudar o pavimento todo do Terreiro das Missas, portanto, não faz sentido estar a fazer uma obra para depois se fazer, mas quer dizer, eu acho que isto é uma questão técnica que relativamente às perguntas que

está a colocar à Câmara não é propriamente aquilo que tem mais relevo e que é o objetivo desta reunião, penso eu. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio: -----

----- “Eu vejo um pedido de palavra do Senhor Deputado Municipal, eu sugeria talvez, porque isto é uma questão muito específica e que diz respeito a um sítio muito específico, uma reunião entre o Senhor Vereador e o Senhor Presidente para esclarecerem isto, porque realmente já uma questão muito, mas se é muito rápido o microfone ao Senhor Deputado Municipal.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ribeiro Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Belém (PSD)** no uso da palavra acrescentou: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Senhora Presidente, a questão não é esta, como eu gosto de fazer coisas e como quem vai pagar vai ser a Junta de Freguesia porque o Senhor Vereador já me disse que a Câmara não tem um cêntimo para esse projeto, portanto, eu quero fazer uma coisa à minha dimensão e naturalmente não posso entrar com coisas incríveis, muito megalómanas! Portanto, coisas concretas e que se possam fazer, que sejam realizáveis! Não é falta de ambição, é ser realista!-----

----- E como nós vamos pagar, portanto, já estive a fazer mais algumas contas por alto, até porque não pode ser aquilo que está de facto na Expo, tem que ser aquilo mais que está em Bordéus, mas mais pequeno! Adequado àquela situação, com certeza e em último caso nem se faz aquilo, mete-se só o piso e mete-se uma zona de lazer ali se realmente não tivermos meios para outra situação! Agora quero ver se já na próxima época balnear já lá tenho ali pelo menos a nossa praia urbana, com ou sem charca, mas somos nós que vamos pagar, portanto, não pode ser uns projetos megalómanos. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra respondeu às seguintes questões:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, é para concluir as questões que eu tinha. ---

----- Em relação às questões colocadas pelo PCP em relação a alguns terrenos em concreto, só para complementar aquilo que eu disse há pouco, alguns deles nomeadamente o terreno desocupado na Rua Paio Peres Correia, no fundo um terreno junto à Escola Patrício Prazeres, temos já programada desmatagem e limpeza. -----

----- No que diz respeito á questão dos Postos de Limpeza obviamente que não vamos conseguir responder aqui, teria muito gosto, é uma conversa que tem estado em curso com os Sindicatos, poderemos depois se o PCP quiser responder em detalhe uma vez que estamos a falar de vários Postos de Limpeza, cada um tem uma resposta específica, acho que seria desadequado estar a vê-lo aqui. -----

----- No que diz respeito a duas ou três questões finais dizer em relação ao CDS/PP e no que diz respeito à Praça da Figueira, obviamente que sendo uma competência da Junta de Freguesia e a Junta de Freguesia poderá responder em breve, dizer que temos plena consciência que existem projetos muito ambiciosos e interessantes da Junta de Freguesia para este espaço e que a Câmara Municipal tem feito o possível no sentido

de apoiar, mas a Junta de Freguesia até se tem queixado em algumas matérias, mas temos articulado no sentido da melhoria da resposta. -----

----- Por último dizer, não queria deixar de responder ao Bloco de Esquerda, a questão que foi colocada pelo Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles no que diz respeito ao Porta-a-Porta. Sim, a Câmara Municipal transferiu com a indicação de circuitos nos que existiam, a transferência de competências permitiu criar mais circuitos na cidade que não existiam e nós procuramos obviamente com as Juntas de Freguesia apoiá-los na constituição desses circuitos, mas poderemos fazer o levantamento e depois com um pouco mais de calma responder ao Bloco de Esquerda em relação a esta matéria. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador João Afonso, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra respondeu às seguintes questões: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, Caros Colegas Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

----- Referir e salientar que considero que este modelo não é minimamente viável e algo questionável, mas tentarei responder às perguntas que foram colocadas, se não o fizer agradeço que comuniquem ao meu gabinete o que falta responder. -----

----- Foi colocada a questão sobre a Freguesia do Areeiro sobre as questões de sentimento de atropelamentos e sentimento de insegurança por parte dos peões, de todos os cidadãos que nessa área habitam, o Senhor Vereador Manuel Salgado já teve a oportunidade de responder, como sabem no âmbito do Plano de Acessibilidade Pedonal também estão definidas algumas medidas sobre esta matéria que com certeza estarão integradas neste plano e nesta intervenção de zona de acalmia, zona 30, mas nomeadamente as questões das passadeiras, a unidade de modelo de passadeira e outras medidas congéneres. -----

----- Sobre a Freguesia de Alvalade havia uma questão que se prendia com o acesso ao, o campo Grande também foi já respondido, na medida do possível, mas estão previstas adaptações para 2015 no que refere às questões de acessibilidade, não do acesso, mas de acessibilidade. -----

----- Relativamente à Freguesia de Benfica foram colocadas duas questões, uma sobre os armazéns na Rua Maria Lalande, Rua Amélia Rey Colaço e só para informar que o núcleo de apoio aos sem-abrigo deslocou-se a esse local e tendo observado que o armazém contíguo ao edifício das Finanças se encontrava completamente fechado, sem possibilidade de acesso ao interior, mas terá servido de apoio às obras de construção dos edifícios colocados na envolvente. -----

----- A questão seguinte pertence ao PCP, já falámos sobre ele também, que houve sinais de pernoita mas que neste momento, também não é para perceber, isto é só uma performance... Não existem sem-abrigo nem toxicodependentes neste momento nesses armazéns, pronto! -----

----- Na Freguesia de Benfica levantou-se também a questão do orçamento, do OP 179-Benfica Acessível, que a equipa do Plano de Acessibilidades que está a coordenar esse projeto, ao qual tem dedicado recursos humanos em exclusivo e que na devida oportunidade será articulado com a Junta de Freguesia e será tomada uma decisão

sobre o modelo de implementação, algo que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia já sabe. -----

----- Sobre a questão das respostas à população idosa nós contamos que a Carta Social de Lisboa, para Lisboa essa carta social já é referenciada e o dossier técnico de equipamentos, com a participação da Rede Social de Lisboa, permitirá a carta municipal de equipamentos sociais da cidade de Lisboa, obviamente que quando ela foi feita dos antes da saída dos Censos 2011, portanto, esperamos que em breve seja atualizada sendo que todas as oportunidades que surjam a Câmara Municipal estará disponível não só pela cedência de equipamentos mas para o estabelecimento de parcerias das entidades que o queiram promover como é hábito nos programas de candidatura no quadro comunitário de apoio. Pronto, muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra respondeu às seguintes questões:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, muito boa-tarde a todos Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores.-----

----- Vou tentar então sumariamente responder....” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio: -----

----- “A Mesa estava a pensar que iria dar prioridade às senhoras, mas neste caso o Senhor Vereador Jorge Máximo.... Não lhe ficaria mal!”-----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra acrescentou: -----

----- “Terei todo o gosto e assim passo a palavra à minha colega Vereadora Paula Marques.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra respondeu às seguintes questões:-----

----- “Boa-tarde a todas e a todos. Obrigada. -----

----- Começar no tempo escasso, para não vos fazer perder tempo, responder primeiro ao PEV em relação ao Bairro da Cruz Vermelha, de facto as fotografias que foram distribuídas aos Senhores Deputados Municipais também me chegaram e não foi só pelas fotografias que tive conhecimento porque também com a Associação de Moradores e com a GEBALIS temos feito algum levantamento do existente. -----

----- Dizer que no Bairro da Cruz Vermelha todos os lotes têm frações alienadas, portanto, não há nenhum lote na Cruz Vermelha que não tenha pelo menos uma fração alienada e neste momento não há condomínio neste momento em função em nenhum deles e nós estamos também com a GEBALIS a promover a constituição de condomínios, porque por um lado também a Lei obriga que havendo frações alienadas que haja um condomínio, isto porque a partir do momento em que haja uma alienação de frações há uma corresponsabilização da permissão daquilo que tem a ver com o que está em propriedade da Câmara, gerida pela GEBALIS, e por cada um dos proprietários adquirentes dos fogos, mas neste momento o que nós estamos a fazer é que lançou a GEBALIS um procedimento de aquisição para fazer projeto de execução de projetos para análise de todas as intervenções que têm que fazer e o que é que implica em termos de estimativa, porque isto tem que ser uma coisa decidida lote a

lote, que não havendo o condomínio constituído pelo menos com uma Comissão de Lote, com a ajuda da Associação de Moradores, com a resposta dos outros coproprietários das frações dos lotes, mas está já feita a aquisição de serviços para fazer a estimativa de custos por lote e vemos depois como é que operacionalizamos a intervenção em relação ao Bairro da Cruz Vermelha. -----

----- Em relação, peço imensa desculpa por não ter estado presente quando foi feita a pergunta em relação ao Bairro do Padre Cruz mas eu tive que sair porque tive uma emergência, tive que fazer um telefonema e tive que sair.-----

----- De todas as maneiras em relação ao Bairro Padre Cruz o processo de requalificação e o processo de intervenção têm uma história, vem já de longo tempo. No mandato passado foi constituído o Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária Padre Cruz e no âmbito deste gabinete onde tem assento a Junta de Freguesia, a Associação de Moradores e os Serviços da Câmara Municipal ou da GEBALIS, temos vindo a acompanhar este processo e a tomar decisões em conjunto em relação a como fazer o processo, a progressão do processo de requalificação. -----

----- Portanto eu queria deixar também claro que o envolvimento da Câmara, da GEBALIS e dos parceiros, que se têm empenhado em que isto chegue a bom porto vem do mandato passado, há uma continuidade neste mandato com o novo Executivo e que na última quarta-feira apresentámos no grupo comunitário do Bairro Padre Cruz, depois de termos apresentado aos parceiros no GABIP e ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia e à Associação de Moradores, uma proposta de edificação dos primeiros dois lotes deste processo de requalificação. -----

----- Este projeto de arquitetura foi presente à população, esteve presente também o Arquiteto autor do projeto, há alterações ao projeto que vão ser feitas na decorrência da reunião que tivemos e na apreciação também da população e, portanto, o cronograma que podemos apresentar aqui neste momento foi o cronograma que oralmente também apresentámos no Grupo Comunitário, que é nos termos a possibilidade já com financiamento assegurado em remanescente daquilo que é o PIPARU na área da habitação de podermos edificar os dois primeiros lotes que estão neste momento a acabarem de ser estruturados com o financiamento QREN associado ao processo de requalificação e à construção do equipamento multifuncional e portanto neste momento o cronograma para estes dois primeiros lotes, digamos, eu diria do fim para o princípio, porque o PIPARU obriga-nos a que esteja tudo verificado até final de 2016, portanto, do fim para o princípio são 18 meses a contar para trás e depois todo o processo de procedimento de concurso público, isto *grosso modo* é nós estamos até ao final de dezembro, início de janeiro a fazer a adaptação do projeto de arquitetura para os dois primeiros blocos, depois até março temos que fazer o processo de lançamento de concurso público para podermos estar a fazer a adjudicação no final de março e a nossa intenção, assim corra tudo dentro dos prazos legais ou cumprindo os prazos legais, que em maio de 2015 possamos estar a fazer a primeira pedra de edificação dos dois primeiros blocos de nova habitação para substituição das alvenarias e, portanto, isto tem que estar edificado até, nos 18 meses que é normalmente o que demora uma obra desta envergadura.-----

----- A par deste processo de construção estará a ser, também em articulação com a Junta de Freguesia e com a Associação de Moradores e com a população a adaptação de um outro modelo construtivo para se poder implementar nos lotes respeitando a operação de loteamento que já foi aprovada e que nós não vamos alterar. A única questão é que há lotes em que pode ser decalcado este modelo que nós aprovámos e que estamos a fazer pequenos ajustes e há outros lotes em que pela morfologia do terreno não o podemos decalcar e temos que fazer adaptação, isto corre com os Serviços da Câmara já e com os Serviços da habitação. -----

----- Em relação ao Bairro 2 de Maio, que eu não posso responder porque não é da minha competência as obras que estão a decorrer, são de facto da competência do Senhor Vereador José Sá Fernandes, no entanto gostava de dizer que em relação, eu penso que foram levantadas duas questões, as do espaço público e depois algumas pequenas reparações que têm a ver acima de tudo com a questão das portas dos lotes e das caixas do correio.-----

----- Nós temos levantado algumas questões mas não tínhamos um presente que estivesse, isto é, não há reclamações presentes ou nos últimos tempos da questão das caixas do correio e das portas de lote, mas são pequenas reparações que em articulação com a Associação de Moradores podemos perfeitamente, e com a GEBALIS, operacionalizar a reparação. -----

----- Quanto às obras mais profundas de requalificação do espaço público, a única coisa que eu posso dizer, eu tenho acompanhado do meu lado porque trabalhamos intimamente e estreitamente com a Associação de Moradores, a Associação de Moradores tem-nos reportado algumas coisas que desagradam aos moradores, isso tem sido reportado ao Senhor Vereador, mas eu de facto não vou poder responder por uma coisa na qual não tenho competência.-----

----- Dizer também já a talho de foice que no Bairro 2 de Maio está-se a finalizar um processo também de longa data que tem a ver com a regularização dos vínculos dos lotes que são da ex Fundação Salazar e estamos também a trabalhar com a Associação de Moradores na finalização desse processo. -----

----- Eu penso que respondi basicamente a todas as questões, se por acaso me faltar alguma coisa digam-me, façam-me sinal. Obrigada. -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio: -----

----- “Muito obrigada Senhora Vereadora. -----

----- A Mesa alerta que estamos no limite do quórum, portanto, pedia que os Senhores Deputados agora procurassem ficar até ao fim para podermos terminar a sessão. -----

----- Ia dar a palavra então agora ao Senhor Vereador Jorge Máximo. -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra respondeu às seguintes questões:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Vamos então tentar responder sumariamente às perguntas que me foram colocadas e começaria pela intervenção do PSD relativamente à questão do Plano de Pavimentação. Eu já aqui transmiti várias vezes que esse plano existe, aliás, ele é do conhecimento de muitas Juntas de Freguesia com quem tenho vindo a trabalhar

nalguns casos em particular e que já vi aqui até inclusive aprovar propostas no âmbito do Plano de Pavimentação. -----

----- Esse Plano de Pavimentação foi apresentado em Câmara no dia 25 de junho de 2014, tenho aqui a apresentação e está detalhado por Junta de Freguesia e vem no acordo daquele trabalho que fizemos com o levantamento das Juntas de Freguesia, são as tais 200 ruas com 550 mil metros quadrados. -----

----- Eu já tinha proposto que a Comissão se quisesse, se assim o entendesse, a 5ª. Comissão me chamasse para eu fazer essa apresentação. Esse trabalho vai ser feito, já dei três datas este ano para poder apresentar à Comissão, na 5ª. Comissão este Plano, para detalhar assim e esclarecer dúvidas que possam ainda subsistir sobre esta Plano. --

----- Relativamente a este Plano dizer que diretamente às questões que foram colocadas do Presidente da Junta de Freguesia de Belém dar nota que as ruas que menciona e que questiona estão todas previstas no Plano, a Rua dos Cordoeiros de Pedrouços está prevista ser feita no primeiro semestre de 2015; a Rua Padre Luís Fróis no primeiro semestre de 2016 e a Estrada de Caselas idem aspas; A Rua Sam Levy no segundo semestre de 2016 e a Rua Bartolomeu Dias, a Rua de Pedrouços e a Travessa da Torrinha todas elas em 2017. É isto que consta do Plano, num total de 23 mil metros, 22.350 mil metros quadrados, portanto, o que eu sugeria era que possamos ter uma reunião específica em que lhe possamos apresentar o cronograma e se vir alguma viabilidade, se quiser antecipar algumas destas obras, que possamos trabalhar da mesma forma como já fizemos já com outras propostas aqui em sede da Assembleia Municipal, como foi o caso de Marvila e Lumiar e estamos a trabalhar já noutras de forma semelhante. -----

----- Relativamente à limpeza dos coletores também tenho transmitido isso, a Câmara Municipal tem duas formas de fazer esta limpeza, através das suas Brigadas de Manutenção de Coletores, que faz aquele trabalho mais junto aos ramais e sobre a qual nós temos tido um forte conjunto de intervenções, num ano fazemos cerca de 8 mil intervenções em ramais e sumidouros e caixas de visita pela Brigada de Coletores, mas em paralelo também temos umas aquisições de serviços de limpeza e desobstrução de coletores nomeadamente de grande caudal na zona para toda a cidade, mas fundamentalmente trabalhado na zona baixa da cidade de Lisboa.-----

----- Esse trabalho foi feito, aliás nós estamos crentes que esse trabalho, o facto de ter sido feito esse trabalho, essa aquisição de serviços este ano foi também mitigador de algumas zonas de inundação na Baixa da Cidade, portanto, obviamente não teve toda a cobertura até por causa dos casos que aconteceram de inundações que foram em dias muito específicos, e neste momento já tomei a decisão de no dia 12 de novembro lançar novo procedimento para a aquisição de uma nova aquisição de serviços semelhante, são empreitadas importantes, aquisições de serviço importante, na ordem dos 400 mil euros, para continuarmos nesta senda de desobstrução de coletores. -----

----- Dar nota que essa limpeza não se pode fazer em períodos de chuva, pelo risco que isso implica para quem faz estas limpezas porque os caudais são muito elevados, e é um pouco isto que se passa também na Rua de São José, para além de que como sabe para a Rua de São José e a Rua do Telhal, aquele nó é complicado do ponto de

vista de drenagem e de facto é o Plano Geral de Drenagem que prevê uma intervenção muito significativamente relevante em termos financeiros para aquele plano e nós estamos agora a rever o calendário desse Plano Geral de Drenagem.-----

----- De qual quer das formas dar nota que está claramente identificado pelos nossos serviços de saneamento que o cadastro da zona não é claramente conclusivo relativamente aos pontos de drenagem e, portanto, nós vamos ter que fazer uma sondagem naquele local, onde também não existem caixas que permitam fazer os acessos e nós temos que o fazer no primeiro semestre de 2015, sendo certo que neste período de chuvas também não podemos entrar naqueles caudais exatamente porque senão vamos parar todos ao Tejo, não é? Portanto, é algo que vamos precisar de fazer sondagens porque os cadastros que temos para aquela zona da Rua de São José, Rua do Telhal, etc., não permitem que façamos projetos conclusivos e que permitam mitigar de imediato algumas intervenções, alguns riscos de inundação na zona envolvente.-----

----- O mesmo se passa na Rua Luciano Cordeiro, sei que tem vindo a falar com a minha equipa de saneamento relativamente às dificuldades de drenagem da zona e alguns abatimentos de via por via desta componente de coletores. O que lhe posso dar nota é que de facto nós temos a conclusão de que há que fazer uma intervenção profunda na área, na zona, a rede de coletores ali é velha e, portanto, soluções paliativas não têm qualquer êxito e, portanto, iremos ter que fazer uma intervenção relevante nesta rua e, portanto, estamos a ver exatamente a sua exequibilidade e estamos a estudar a sua calendarização.-----

----- Ainda na área de esgotos foi-me questionado sobre a questão de um esgoto a céu aberto na Freguesia de Benfica. Eu só tive conhecimento desta situação a semana passada, entretanto já tenho a avaliação dos serviços que me transmitem que já em 2011 foi feita uma intervenção do Município para resolver aquela zona e que tem a ver com linhas de água que foram intervencionadas ainda no âmbito das obras da CRIL que portanto trouxeram algumas consequências. Em 2011 foi feito o reforço da área de drenagem para melhorar a drenagem da zona, mas de facto ainda existem problemas de drenagem de esgotos domésticos que até vêm presume-se da zona do Município da Amadora, mas que não se consegue identificar exatamente porque não existe um cadastro rigoroso daquela zona de caudais e, portanto, a intervenção que se pode fazer agora no início do próximo ano é criar um descarregador, um coletor a montante da linha de água para permitir que os esgotos, portanto, as águas sujas possam ser encaminhadas para a rede de saneamento e, portanto, serem tratadas nas ETAR e no caso quando houver excessos de pluviosidade essa água já não precisa de ser tratada na rede de drenagem e portanto será nos extremos normais... Para fechar, essa não é a solução que está identificada, porque fechar é uma coisa diferente que criar um descarregador! O problema é tratar as águas que vêm e os esgotos e os sistemas de insalubridade, para já poderemos discutir e avaliar essa possibilidade com as equipas de saneamento mas a solução que neste momento está identificada e o problema de facto é um problema de insalubridade.-----

----- Portanto, penso que relativamente ao saneamento era tudo. Relativamente à questão desportiva foram colocadas aqui duas questões segundo percebi, a Piscina do Campo Grande e a sua abertura ao público, portanto, a Piscina do campo Grande ainda não está construída, neste momento temos os projetos de arquitetura já aprovados e já está concluído junto da área urbanística, temos projetos de especialidade já em fase muito próxima de chegarmos a um acordo, o problema que ainda persiste e sobre o qual está marcada já uma reunião esta semana no meu Gabinete com o concessionário, tem a ver com o modelo do estacionamento de que são precisos admitir no âmbito do contrato com a concessionária, estamos a falar de cerca de 180 lugares de estacionamento e, portanto, é o ponto final para tentarmos chegar a um acordo relativamente com este tema, que não é simples por via de várias solicitudes que circundam a zona, existe já uma proposta feita da Câmara que a mim me parece bastante razoável e que irá merecer a concordância do concessionário, mas obviamente que sem falar com eles e ter essa certeza não o posso afirmar convictamente. -----

----- Relativamente à questão da União Desportiva do Alta de Lisboa posso dar nota que no que se refere ao Complexo do Alta de Lisboa este Complexo, nós iniciámos os procedimentos de reparação que estavam previstos no nosso Complexo da Alta de Lisboa ainda em setembro, salvo erro, e eles foram adjudicados no final do mês passado e ainda hoje por curiosidade assinei o contrato porque já está tudo formalizado com a empresa que irá reparar toda a componente das redes, das redes quer do Complexo do Alto do Lumiar, quer algumas situações que ainda estavam pendentes no Complexo Moniz Pereira. -----

----- Relativamente à União Desportiva da Alta de Lisboa tive uma reunião com eles a semana passada onde lhes pude transmitir a minha visão relativamente à questão que me foi colocada e que insistem, de uma promessa ainda no tempo do Presidente Carmona Rodrigues relativamente à requalificação do Equipamento Desportivo do Chão do Loureiro e de facto nós temos a noção de que o clube tem vindo a perder muitas receitas e praticamente hoje vive quase totalmente com apoios da Câmara, eles têm uma taxa de ocupação de mais de 800 horas por ano no Complexo da Alta de Lisboa e têm o apoio da Câmara porque eles não têm tido a capacidade, grande capacidade de crescimento e, portanto, eles pretendem, dizem que a requalificação do equipamento do Chão do Loureiro irá dar uma nova vida ao Clube, isso pode ser uma esperança mas não é certo que isso aconteça. -----

----- De qualquer das formas nós estamos a estudar ainda hoje falei com um clube importante da cidade de Lisboa, a possibilidade de nós fazermos aqui um acordo tripartido que permita requalificar este equipamento no Chão do Loureiro e voltar a transferir as instalações da União Desportiva da Alta de Lisboa exatamente com esse novo parceiro para este equipamento reabilitando assim este importante equipamento da Freguesia de Santa Clara. -----

----- Quanto às obras paradas na Escola Arnaldo Louro, uma pergunta aqui salvo erro do Partido Comunista Português, dar nota que de facto houve um ligeiro atraso nesta empreitada, o que considero que ela não é significativa até porque não está nas obras

que nós estamos a acompanhar, no grupo das obras que estamos a acompanhar de maior risco de atraso, portanto, o atraso neste momento é cerca de 8%, mas isso deve-se essencialmente ao facto do projetista das áreas elétricas ter falido, o que está a dificultar toda a componente de aprovação dos materiais em obra na componente da área elétrica e de ares condicionados, o que obriga que a equipa do DM tenha que fazer esse trabalho, situação que não estava inicialmente prevista. -----

----- Eu penso que o cronograma não irá ter grandes derrapagens apesar disso e estou convicto que a obra estará pronta em março. -----

----- Se me permitem penso que lhes respondi às perguntas todas que me foram colocadas.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador.-----

----- Eu penso que temos a intervenção do último Senhor Vereador inscrito e pedia-lhe então, é o Senhor Vereador Carlos Castro, para usar da palavra.-----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra respondeu às seguintes questões:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Respondendo ao Bloco de Esquerda faço só uma pequena chamada de atenção uma vez que não constava a questão que apresentaram, mas de qualquer forma temos a resposta para vos apresentar. -----

----- Em termos das escolas posso-vos informar que temos um plano de segurança interno para estabelecimentos de ensino e que no ano passado, no ano letivo passado de 2013/2014 foram formados cerca de 200 elementos do ensino básico de Lisboa, ou seja, entre professores e auxiliares e, portanto, estamos a desenvolver esse trabalho em conjunto com as escolas e no âmbito da Proteção Civil estamos sempre disponíveis para qualquer questão e qualquer proposta que seja suscitada. -----

----- Respondendo ao Senhor Deputado do PAN, se calhar fazendo da pergunta resposta uma vez que o Senhor Deputado Municipal foi muito concreto, quanto à questão dos responsáveis coordenadores de cada Junta em caso de catástrofe eles estão identificados, são os Presidentes de Junta, naturalmente que como sabe está a ser implementado o Plano Local de Emergência, portanto, os Presidentes de Junta, quer com Vogais, quer com o seu *staff* na Freguesia estão a desenvolver um trabalho no sentido de termos equipas da Proteção Civil a nível Local. -----

----- A questão B: serão definidos pontos de concentração, esses pontos serão definidos mediante aquilo que for o trabalho dos Planos Locais de Emergência. Onde se localizam? Como sabe, mediante as circunstâncias pode ser em espaços públicos, como praças ou jardins, ou outras circunstâncias em estabelecimentos de ensino, pavilhões, espaços desportivos.-----

----- Relativamente à questão do armazenamento de medicamentos e alimentos, bem, neste facto ainda não temos nada previsto nesse âmbito, mas mais do que isso o importante é depois haver uma capacidade de resposta caso aconteça alguma catástrofe e que esses bens cheguem às pessoas.-----

----- Relativamente aos locais de capacidade de resistência sísmica, como o Senhor Deputado Municipal colocou, questiona, isso também varia de local para local e, portanto, teríamos que fazer aqui uma abordagem mais exaustiva. -----

----- A última questão: se as pessoas sabem da existência desses locais, uma vez mais voltamos à questão, ao ponto de partida, estão a ser desenvolvidos planos locais, há Freguesias que estão mais evoluídas do que outras, cremos sinceramente que possa ser possível alcançar um grau de conhecimento final em que todas as pessoas estejam cientes dos locais da cidade de Lisboa onde devem dirigir-se em caso de catástrofe. ----

----- Relativamente à sua questão quanto ao estacionamento em Campo de Ourique, nem de propósito, a Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa acaba de apresentar um requerimento relativamente ao estacionamento na Praça António Sardinha. -----

----- A Polícia Municipal tem vindo a fazer um trabalho na Cidade de Lisboa e depois é esta questão dicotómica, é presa por ter e por não ter! -----

----- Eu percebo a intenção da Senhora Deputada Municipal e também da Senhora Presidente de Junta, mas quando age é porque age e também compreendo, se calhar estou mais próximo da visão do Senhor Deputado Municipal, quando não age é porque não age. Também compreendo e se calhar estou mais perto da visão do Senhor Deputado Municipal, quando não age é porque não age, mas nós em âmbito de Polícia Municipal estamos a fazer este trabalho na Cidade de Lisboa, a questão do estacionamento em segundas filas é um trabalho que estamos a desenvolver. Como sabe, não temos os elementos todos no âmbito do quadro. -----

----- Senhora Deputada Municipal, vamos ser muito frontais, a cidade não tem capacidade para acolher tudo. Tem que haver aqui um equilíbrio, salvaguardando desde logo os residentes, portanto, aquilo que o Senhor Deputado Municipal pergunta e bem é a questão da intervenção da polícia, aquilo que eu muitas vezes me confronto e devo ser sincero convosco é que quando a polícia é necessária requerem a intervenção, quando intervém as pessoas reclamam porque intervém portanto há aqui necessidade de um ponto de equilíbrio, mas penso que com o Senhor Deputado Municipal do PAN pretendemos uma coisa, que é disciplina e civismo. Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador, creio que chegámos ao fim desta longa maratona. -----

----- Senhores Deputados Municipais terminamos a nossa Sessão, temos Sessão Ordinária de hoje a oito dias. -----

----- Há um pedido de palavra do Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos. Eu pedia para explicitar o seu pedido de palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É só muito simples, é enumerar as perguntas sem resposta, que nós sentimos que sobre os parque infantis do Passeio de Neptuno e Quinta das laranjeiras que não foi respondido e muito claramente sobre o Bairro 2 de Maio que também não foi

respondido, mas eu penso que a Camarada Deolinda também tem perguntas não respondidas.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “Faça o favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais. -----

----- Eu queria saber relativamente ao Areeiro, foi dada uma resposta pelo Senhor Vereador Manuel Salgado que os Serviços estão a estudar a Limitação 30 no Bairro dos Atores, essa foi a resposta mas não foi a minha pergunta, portanto, presumo que alguém tenha feito essa pergunta e está aqui a resposta efetivamente, mas a minha pergunta era para as Ruas João Villaret, Augusto Gil, Davide Sousa, Capitão Ramires e ainda Avenidas Sacadura Cabral e Óscar Monteiro Torres. A questão era a mesma dos atropelamentos, da insegurança e tal e tal, não sei se a resposta, mas não veio.-----

----- Depois a outra questão era relativa ao Largo do Leão e não sei com quem ficou, as árvores que foram arrancadas a pretexto de estarem doentes, mas depois voltaram a florescer, e qual é o plano da Câmara para aquela zona, que projeto e para quando? ----

----- A terceira questão era relativa ao Casal de Santa Luzia, Rua da Escola de Medicina Veterinária, propriedade da Braga Parques, problemas de salubridade também naquele terreno, que medidas tem a Câmara ou que tomou junto da Braga Parques para proceder à limpeza daquele espaço, arranjar aquele muro, para que aquilo não continue assim. -----

----- Por último era as Avenidas Novas, relativo às Avenidas Novas, as obras do bloco do jardim-de-infância da Escola nº. 44 no Bairro de Santos ao Rego, também não teve resposta concreta, houve outras, eu queria saber se está alguma coisa prevista para este final de obra e foram noticiadas atempadamente, eu coloco à Senhora Presidente a resposta para estas questões. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “Muito obrigada, irei pedir a transcrição dessa sua intervenção final para poder mandar à Câmara e obtermos as respostas que consideram que ficaram em falta. -----

----- O Senhor Vereador Duarte Cordeiro e Manuel Salgado ainda querem agora voltar a falar, sim senhora, podem fazê-lo, ainda têm tempo cedido pelo PS.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra respondeu às seguintes questões: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Eu peço imensa desculpa, mas de facto naquele galope passou-me. -----

----- O Largo do Leão tem um projeto de arranjo de superfície que está a ser executado pelos Serviços da DMAU e que prevê esteja concluído em breve e que seja submetido à apreciação da Junta de Freguesia, portanto, não está diretamente na minha dependência, não são os serviços que estão a fazer projetos de espaços públicos mas sim na DMAU porque já vinha fazendo aquele projeto e de facto o abate das árvores foi feito também por indicação da DMAU na altura. -----

----- Quanto ao Casal de Santa Luzia, o Casal de Santa Luzia é um processo que se arrasta há muitos anos, é um loteamento que deve ter já mais de dez anos na Câmara Municipal de Lisboa, neste momento, portanto, teve uma primeira versão que foi indeferida, depois teve um projeto que foi aprovado em que baixou a densidade, mas em que ainda não entregaram os projetos das obras de urbanização, portanto, aquilo está num limbo entre a aprovação e o deferimento que ainda não teve. -----

----- No ano passado, provavelmente recordam-se, houve a intenção de fazer lá os santos populares e instalar lá uma série de equipamento lúdico e nessa altura foi o próprio promotor que fez a limpeza do terreno ou alguém a quem terá sido concessionado, isto foi mais ou menos no verão. O que acontece é que aquele terreno com a chuva e com o sol a vegetação vai crescendo e portanto aquilo que me diz o Vereador é que estão a acompanhar e que irão limpando à medida que aparecem de facto estas coisas. -----

----- Colocou uma terceira questão que eu peço desculpa mas não...” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio: -----

----- “Senhor Vereador, eu peço desculpa, nós estamos no limite do quórum, a Mesa fará chegar a questão que a Senhora Deputada Municipal colocou transcrevendo a sua intervenção, porque evidentemente que podemos continuar enquanto houver quórum, mas estamos já só 38 Deputados Municipais na sala, se algum Senhor Deputado Municipal sair a Mesa imediatamente suspende a sessão, como é evidente.-----

----- Se o Senhor Vereador quer continuar, faça favor de continuar, os Senhores Deputados Municipais estão avisados, se entretanto houver falta de quórum ficaremos onde estamos. Faça o favor Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra esclareceu: -----

----- “Senhora Presidente, eu preferia responder por escrito, até porque algumas das matérias eu não conheço muito bem, nomeadamente o jardim infantil e, portanto, eu preferia responder por escrito.” -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra interveio: -----

----- “Senhora Presidente, eu posso responder a essa questão, é que a Escola 44 é a Escola Arnaldo Louro, foi aquilo que eu expliquei.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio: -----

----- “Senhores Deputados Municipais, não é possível nestas condições, ou temos microfone e a Mesa ouve o que se está a passar ou um diálogo aí em baixo que a Mesa não pode acompanhar é impossível! -----

----- Portanto, o microfone para a Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado se faz favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Era nas Avenidas Novas, a Escola 44 no Bairro de Santos, ao Rego.” -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado. -----
----- A menos que eu esteja equivocado a escola n.º 44 é a Escola Arnaldo Louro e a Escola Arnaldo Louro é aquela que eu referi, que está com uma derrapagem de facto de cerca de 8%, mas que prevejo que seja recuperado esse atraso que aconteceu. Estimo que a obra esteja pronta até final de março de 2015. -----
----- O atraso que se verificou deveu-se a um problema de insolvência do projetista responsável pelas área das infraestruturas elétricas e de ares condicionados que agora nós estamos em dificuldade em fazer o acompanhamento da obra nas entradas destes equipamentos que estão a ser feitos pelos Serviços da Câmara do DM, isso naturalmente teve implicações no normal funcionamento da obra, mas nós pensamos que isso é recuperável e o atraso que considero não é significativo, está bem?” -----
----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra concluiu: -----
----- “Muito obrigada. Terminámos. -----
----- Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, bom, então agora sim, boa-tarde a todos os Senhores Deputados Municipais e para a semana teremos Sessão Ordinária.” -----
----- A sessão terminou, eram dezanove horas e cinquenta minutos. -----
----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----
-----A PRESIDENTE -----